



Natividade-TO: Patrimônio do Brasil

Wátila Misla F.Bonfim - Simone Camelo Araújo - Núbia Nogueira do Nascimento (Orgs)



CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Antonio Almeida (in memoriam)

Coordenação da Editora Kelps

Waldeci Barros

Leandro Almeida

Conselho Editorial

Prof. Dr. Angel Marcos Dios (Universidad Salamanca – Espanha)

Prof. Dr. Antonio Donizeti Cruz (UNIOESTE, PR)

Profa. Dra. Bertha Roja Lopez (Universidade Nacional do Peru)

Profa. Dra. Berta Leni Costa Cardoso (UNEB)

Escritor Brasigóis Felício (AGL)

Prof. Dr. Divino José Pinto (PUC Goiás)

Profa. Dra. Catherine Dumas (Sorbonne Paris 3)

Prof. Dr. Francisco Itami Campos (UniEVANGÉLICA e AGL)

Prof. Dr. Iêdo Oliveira (UFPe)

Profa. Dra. Ivonete Coutinho (Universidade Federal do Pará)

Profa. Dra. Lacy Guaraciaba Machado (PUC Goiás)

Profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Lima (PUC Goiás e AGL)

Profa. Dra. Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão
(Universidade Fernando Pessoa. PT)

Escritora Sandra Rosa (AGNL)

Profa. Dra. Simone Gorete Machado (USP)

Escritor Ubirajara Galli (AGL)

Escritor revisor Prof. Dr. Antônio C. M. Lopes

WÁTILA MISLA FERNANDES BONFIM
SIMONE CAMÊLO ARAÚJO
NÚBIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO
(ORGANIZADORES)

NATIVIDADE-TO: PATRIMÔNIO DO BRASIL

Goiânia – Go
Kelps, 2021

Copyright © 2021 by Natividade-TO: Patrimônio do Brasil

Editora Kelps

Rua 19 n° 100 — St. Marechal Rondon- CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616 - Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br / homepage: www.kelps.com.br

Diagramação: Marcos Dígues

mcdigues@hotmail.com

Revisão:

Gabriela Albernaz

Capa:

Paulo Farsette

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

DARTONY DIOCENT. SANTOS - CRB-1 (1ª Região) 3294

N278

Natividade-TO: Patrimônio do Brasil. - Wátila Misla Fernandes Bonfim,
Simone Camêlo Araújo, Núbia Nogueira do Nascimento (orgs.) - Goiânia /
Kelps, 2021.

168 p.: - il.

ISBN:978-65-5859-268-6

1. História regional. 2. Memória. 3. Natividade-TO. I. Título.

CDU:821.134.3(81)-94

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei n° 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2021

SUMÁRIO

7 PREFÁCIO

Marco Antônio Faria Galvão

11 FILIGRANAS À SOMBRA DA SERRA: ORIGENS HISTÓRICAS E IDENTIDADE NATIVITANA

Wátila Mísla Fernandes Bonfim

Rosane Balsan

25 PALIMPSESTO: A ANÁLISE DO NÚCLEO URBANO INICIAL DE NATIVIDADE-TO

Camila de Queiroz Pimentel Lopes

43 PEREGRINAÇÃO AO CENTRO DA ROMARIA: TERRITÓRIO, PARTICULARIDADES E NUANCES DA FESTA RELIGIOSA NO POVOADO DO BONFIM EM NATIVIDADE (TO)

Weberson Ferreira Dias

Katiane da Silva Santos

61 MEMÓRIAS PERFEITAS: BOLOS, HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS SOB O TETO COLONIAL DA TIA NANINHA

Simone Camêlo Araújo

77 O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO: ARQUEOLOGIA EM NATIVIDADE - TO

Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros

91 NATIVIDADE - TO: MEMÓRIAS DO DOSSIÊ E ATA DE TOMBAMENTO

Núbia Nogueira do Nascimento

**105 RECONSTITUIÇÃO URBANA DE NATIVIDADE NO INÍCIO DO
SÉCULO XIX: UM EXERCÍCIO DE ESPACIALIZAÇÃO DA DÉCIMA
URBANA**

Nádia Mendes de Moura

**121 O SAGRADO E O PROFANO NAS FESTAS RELIGIOSAS: A FESTA
DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM NATIVIDADE**

Poliana Macedo de Sousa

**137 CONSTRUINDO CASAS E OFÍCIOS: MESTRES E ARTÍFICES DA
CONSTRUÇÃO TRADICIONAL EM NATIVIDADE-TO**

Francisco Phelipe Cunha Paz

**153 A IMPORTÂNCIA DE ROMANA DE NATIVIDADE PARA A SAÚDE
DO MUNDO: UM RELATO SOBRE A COSMOLOGIA DE ROMANA
DIANTE DO CENÁRIO DA COVID-19**

Nayara Lopes Botelho

PREFÁCIO

*“Natividade, minha velha cidade, minha terra,
Que aos níveos raios do luar branqueja.
Bem longa história seu passado encerra!”
J. Lopes Rodrigues*

Quase quarenta anos são passados de minha primeira visita a Natividade, quando Simone Camêlo Araújo me pede o prefácio para este livro. Imediatamente, me lembrei do pequeno livro de J. Lopes Rodrigues com suas saborosas lembranças que denominou *“Fragmentos do Passado”*.

Bem no final, Lopes Rodrigues fala que em tempos que já vão distantes existiu o “Grêmio Bibliófilo Nativitano”, onde se enfileiravam obras de valor, mas que hoje nem as estantes perduram.

Relembro também o viajante inglês William John Burchell, que em 1828 nos deixou lindos desenhos de Natividade. Em carta a um amigo observa: *“neste país de iletrados, não se encontra alguém que se interesse por ciências. Aqui a natureza fez muito – o homem, nada; aqui ela lhe oferece inúmeros objetos para admiração e estudo, e no entanto, ele continua vegetando no negrume da ignorância e em extrema pobreza, devido unicamente a preguiça”*.

Mas foi num fim de tarde, outubro de 1981, já escurecendo que, pela primeira vez, cheguei a Natividade. Conduzido por Dr. Jacinto Belém e Pedro Batista, engenheiro e arquiteto respectivamente, ambos pertencentes aos quadros de preservação do então Estado de Goiás. Após jogarmos um graveto na Cova de Mãe Ana, tradição que os dois companheiros de viagem já conheciam, pela Rua da Contagem, adentramos a pequena cidade, ainda sem luz elétrica e televisão. A iluminação pública, quase como lampiões, provinha de uma pequena central elétrica na cabeceira do Rio Praia e findava às dez horas da noite. Resultado, eram as praças incrivelmente movimentadas pela população, adultos e crianças que, aproveitando a gostosa aragem da noite, punham em dia seus assuntos e brincadeiras diárias. Ao percorrer suas ruas e becos no dia seguinte, fiquei surpreso com a integridade de sua arquitetura simples e encantadora. E hoje, possuo muito orgulho de ter proposto ao Estado de Goiás, que a preservação do Núcleo Histórico obtivesse proteção federal. O que se conta em uns dos artigos deste livro. Até aquele momento, apenas as três igrejas tinham registro estadual.

Natividade possui a riqueza de suas lendas, de seu passado histórico e da beleza de seu entorno ecológico, tendo a Serra de Olhos d'Água como pano de fundo. Entretanto, quão pouco se publicou sobre esse tesouro também tão pouco conhecido. E quanta coisa se perdeu na poeira do passado e da ignorância.

Este livro que ora vos chega às mãos, resgata um pouco dessa história construída desde 1734, a custa da luta e suor de bandeirantes, escravos e da gente altiva que desde então, ali se estabeleceu. Os autores, cobrindo amplos aspectos da cidade, como a ourivesaria, análises do núcleo urbano e seus espaços, festas religiosas e romarias, culinária, arqueologia, construção tradicional e tipos humanos. Estes, únicos e aqui representados por Dona Romana, que provavel-

mente reúne em seu universo cósmico toda riqueza do saber acumulado pelos sentimentos simples e não científicos.

Parafraseando o grande General: *“Nativitanos do alto da Serra de Olhos d’Água quase três séculos de história vos contemplam.”*

Marco Antônio Faria Galvão¹

¹ Arquiteto, ex-servidor do Iphan. Coordenou a área técnica do programa Monumenta e teve uma importante participação na candidatura da Cidade de Natividade a patrimônio nacional, com reconhecimento em 1987 e de Goiás a patrimônio mundial, com reconhecimento pela UNESCO em 2001. Recebeu várias homenagens pela sua atuação na área de patrimônio cultural, entre as quais, a medalha de honra ao mérito Divina Providência no ano de 2008 em Natividade-TO e a medalha Mário de Andrade, pelo IPHAN, em 2017.

FILIGRANAS À SOMBRA DA SERRA: ORIGENS HISTÓRICAS E IDENTIDADE NATIVITANA

Wátila Mislá Fernandes Bonfim¹

Rosane Balsan²

INTRODUÇÃO

A cidade de Natividade fica localizada no sudeste do Tocantins, sendo a primeira localidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Estado. O arraial e minas de Nossa Senhora da Natividade tiveram origem em 1734, fundados pelo bandeirante Antônio Ferraz de Araújo, que participou das descobertas dos primeiros veios auríferos de Goiás. Inicialmente, acredita-se que Natividade foi batizada de Arraial de São Luís, uma homenagem ao então Governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, que em 1740 veio pessoalmente às ricas minas recém-descobertas, visto serem elas alvo de disputas pelas Capitânias do Maranhão e do Pará. Ali estando, D. Luís comandou o alinhamento das primeiras ruas, tortuosas e estreitas (PALACÍN, 1987). Guarda nas suas ruas, praças e becos vestígios dos séculos XVIII e XIX. Um deles, e que codifica a cidade, considerada um patrimônio cultural imaterial por seus moradores, é a secular fabricação de joias utili-

1 Mestre em Geografia (UFT). Professor da Educação Básica do Estado e do Município de Dianópolis-TO. Assessor do currículo de História na Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis. E-mail: watila_5@yahoo.com.br.

2 Doutora em Geografia pela UNESP/ Rio Claro. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Coordenadora do Projeto de Extensão "Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional". rosanebalsan@uft.edu.br.

zando a técnica da filigrana, que consiste em curvar e trançar fios de ouro ou prata, formando grãos. Ao mergulharmos na investigação, descobriu-se que diversas civilizações utilizaram a filigrana, sendo esta técnica repassada a vários povos da antiguidade através de guerras, intercursos e conquistas, intercâmbio comercial; e que as joias mais antigas têm ligação com a cultura da comunidade, sobretudo no sentido religioso.

Desta forma, o objetivo principal deste trabalho foi investigar as origens desta técnica tanto a nível mundial, nacional, e local e suas relações com a identidade dos nativitanos. As joias tradicionais e/ou filigranadas de Natividade marcam a relação da sociedade com o lugar, dinamizando as relações sociais e econômicas das pessoas. A pesquisa está inserida na perspectiva da geografia cultural e teve como principais conceitos abordados: patrimônio, identidade e lugar. No que se refere à metodologia, a pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa bola de neve, ou seja, os entrevistados eram indicados pelos anteriores. Para análise dos dados utilizou-se fontes bibliográficas e orais. Fez-se uso também da pesquisa documental. Percebeu-se que passado e presente continuam entrelaçados e que essa manifestação artística, se articula com a identidade nativitana, simbolizando muito mais que uma joia.

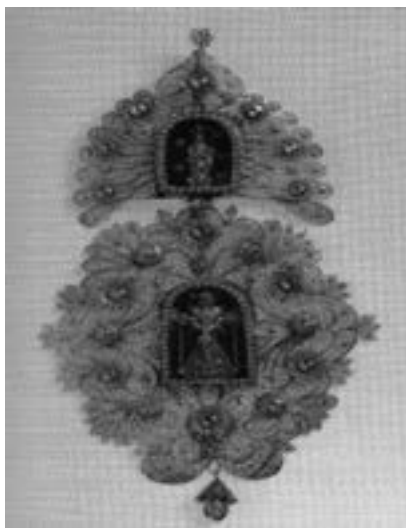
OS PRIMÓRDIOS DA FILIGRANA

A filigrana é uma arte de trabalhar metais, é essencialmente uma técnica de ourivesaria, do tipo popular. Marques (2014, p.43) explica que esta arte não é específica da tradição portuguesa, “[...] pois existe noutros países e culturas, porém é uma das formas mais típicas das artes portuguesas. A filigrana ao longo do tempo tem sido acompanhada por duas correntes, no que diz respeito à sua produção e ao seu uso”. Inicialmente, a técnica da filigrana foi considerada um

artefato secundário da joia, aplicada em adereços de luxo, de uso profano e sagrado, com detalhes dos desenhos, fazendo desta arte imaginária, um tipo de ourivesaria dirigida às classes com mais posses (MARQUES, 2014). Importante salientar, que com o tempo, tanto em Portugal, como também no Brasil, a filigrana também passou a ser utilizada pelas classes médias e populares.

Marques (2014) destaca que a peça em filigrana mais antiga que se tem notícia foi encontrada na cidade Suméria de Ur, na Mesopotâmia, atualmente ao Sul do Iraque. Trata-se de um elmo de ouro do rei Mes-Al-Kalam-Dung, datado de 2450 a.C. (Figura 1). Já em território português os objetos mais antigos confeccionados em filigrana datam de 2500/2000 a.C., como as contas encontradas nas grutas de Palmela, e na aproximação da idade do bronze na gruta de Ermegeira, onde foram encontrados dois brincos (MARQUES, 2014).

Figura 1- Elmo de ouro do rei Mes-Al-Kalam-Dung, peça filigrana de 2450 a.C.



Fonte: MARQUES (2014).

Assim sendo, embora não possamos certificar a origem das primeiras peças com a utilização da filigrana, sabe-se que esta técnica se fez presente na cultura de vários povos antigos: gregos, mesopotâmicos, egípcios, etruscos, assírios, fenícios, romanos, etc.

Ainda conforme Guarnieri e Ribeiro (2012), por volta do ano 800 a.C., os fenícios foram dominados pelos assírios, povo proveniente do leste da Mesopotâmia. O comércio com os gregos se intensificou e, então, os assírios se tornaram grandes parceiros comerciais, o que fez aumentar a circulação de bens das mais variadas procedências, a fim de atender os desejos de uma elite que se enriquecia. Os autores afirmam que essa ampliação do mercado atraiu ourives vindos do oriente que traziam consigo técnicas como granulação e a filigrana e se inspiravam nas culturas da Mesopotâmia, Egito, Assíria e Grécia.

No que tange a faixa litoral da Península Ibérica, na segunda metade do II milênio a.C., é caracterizada pela intensificação de intercâmbios mais extensos com o Atlântico e o Mediterrâneo, o que favoreceu trocas econômicas influenciadas pela metalurgia. Assim, tanto a metalurgia quanto a tecnologia sofreram um perceptível crescimento, no que diz respeito ao fabrico de objetos (PEREIRA, 2008).

Para Restivo (2016), o peito de uma minhota é como um céu estrelado, onde se exhibe o ouro reunido ao longo de décadas. No Entre Douro e Minho, o ourar está ligado aos acontecimentos populares da vida social e religiosa. Uma vez que a aprendizagem das técnicas de ourivesaria se fazia nas próprias oficinas e não em escolas, o número de ourives foi aumentando progressivamente nesta zona, até a ourivesaria se tornar a atividade mais forte do concelho na segunda metade do século XX.

É possível verificar que o comércio e as trocas comerciais foram essenciais na difusão da técnica da filigrana pela Península Ibérica: Espanha e Portugal. Ou seja, o comércio

marítimo que trazia alimentos, utensílios e armamentos, foi responsável pelos diálogos culturais que se manifestaram através do aperfeiçoamento das artes, das ciências, etc.

A FILIGRANA CRUZA O ATLÂNTICO

De Portugal vieram desde o começo da colonização e no decorrer do século XIX, ourives para o Brasil. No século XVIII, após as descobertas de ouro nas regiões centrais, ocorreu o aumento destas migrações, sobretudo de artesãos filigraneiros que habitavam o Norte, destacando-se Gondomar e Póvoa de Lanhoso (Figura 2).

Figura 2 - Mapa da origem dos mestres-ourives de Natividade, que migraram sobretudo da região norte de Portugal



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2017. Nota: Elaborado pelo autor, 2017.

Aqui desembarcando, repassavam a técnica em oficinas para os seus aprendizes. Desse modo, a técnica da filigrana, que chegou a Natividade há mais de cem anos, permanece até os dias hodiernos.

Em relação aos tipos de joias confeccionadas pelos artífices, Mota (2014), aponta que a existência de praticamente apenas dois polos de fabricação: Póvoa de Lanhoso e Gondomar, um no Minho e outro no Douro, favoreceram a preservação das características tradicionais das peças, pois ambas as localidades estão na mesma antiga província, outrora designada Entre-Douro-e-Minho. Desse modo, destaca Mota (2014, p. 130) que: “[...] os dois centros sofreram as mesmas influências sociais e estéticas, elementos capazes de influir na construção de uma estética única que se estendeu a todo Norte, possibilitando um conjunto muito semelhante de peças, salvo algumas exceções.”

No Brasil, a filigrana esteve presente em praticamente todas as capitanias e províncias, com destaque para a Bahia e Minas Gerais.

Dentre as diversas joias “crioulas”, preferidas pelas negras e foras usadas na Bahia colonial, salienta Machado (1973), encontram-se os “punhos” ou “pulseiras-de-copo”, pela sua forma larga de tronco de cone, eram pulseiras largas e filigranadas, de uso corrente entre as negras baianas. Essas joias, de acordo com Machado (1973, p. 31): “[...] eram usadas nos pulsos e no antebraço. Receberam também a denominação de “pulseiras-escravas”, por lembrarem grilhões de ferro que prendiam as pernas e às vezes os braços dos negros africanos trazidos como escravos”.

Pereira (2011, p. 6), em seu trabalho intitulado: “Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos em filigrana: vida cotidiana numa vila mineira setecentista”, explica que durante o século XVIII diversos objetos foram introduzidos nas vilas e arraiais mineradores, como a filigrana, presente em vários inventários de Sabará setecentista.

A presença de joias entre os objetos de ouro e prata descritos nos inventários post-mortem em Sabará, então uma das mais opulentas vilas mineiras, aponta para a importância que esses objetos assumiram no viver cotidiano setecentista. A minuciosa descrição dos ornamentos em ouro e prata, o trabalho manual empregado (técnica manual no ouro característica das regiões do Minho e do Douro) – como os brincos em filigrana, o material utilizado, tudo aponta para a relevância que esses objetos assumiram não somente como instrumentos de distinção social, não somente em vida, mas também, num cenário post-mortem, ou seja, no momento de partilha dos bens entre os herdeiros (PEREIRA, 2011, p. 6).

FILIGRANAS À SOMBRA DA SERRA DE NATIVIDADE

Embora não se possa comprovar documentalmente a presença da filigrana, arrolando documentos cartoriais do início dos oitocentos, notou-se a existência da ourivesaria nativitana, ou seja, em inventários do princípio do século XIX. Quando o arraial ainda se destacava como um dos mais prósperos da capitania de Goiás e talvez o mais requintado da parte Norte. Esses ourives, quiçá, vieram do Norte de Portugal e/ ou de outras regiões auríferas da Colônia, como Minas Gerais ou Bahia.

É muito provável que a ourivesaria nativitana teve grande influência além de lusitana, também dos povos africanos que para aqui vieram na condição de escravos, muitos dos quais eram artífices na África, e trouxeram técnicas de extração aurífera apuradas, ao mesmo tempo em que já conheciam algumas técnicas de confecção de utensílios e adornos. Nalgumas cidades tocantinenses, possivelmente os dois conhecimentos: o português e o africano tenham se fun-

dido sincreticamente dando uma singularidade às joias, assim como aconteceu na Bahia, com as chamadas “joias crioulas”.

Conforme Teles (1998), Silva e Souza esteve em Natividade em 1812, época de plena transição econômica do arraial e descreveu o oficialato mecânico existente, entre outros, constatou a presença da ourivesaria: das artes liberais só existe 1 mestre de música com 2 aprendizes; dos ofícios mecânicos existem mestres, 14 sapateiros, 22 oficiais, 10 aprendizes; 7 alfaiates, 17 oficiais, e 8 aprendizes; 3 latoeiros; ourives e oficiais, e 4 aprendizes; 6 ferreiros, 8 oficiais, e 4 aprendizes; 6 carpinteiros, 13 oficiais, e 2 aprendizes; 5 seleiros, 4 oficiais, e 3 aprendizes.

Em inventário de 1808, de Antônio Cordeiro Filgueira³, há a presença de joias que denotam evidente apreço cultural:

Por um laço cravejado de pedras de diamante, com peso de 6 oitavas de ouro. Por um par de brincos com seu laço com pedras verdes, com peso de 6 oitavas de ouro. Por um par de brincos com peso de 4 oitavas de ouro.

No inventário de Lourença Paiva⁴, de 1809, foi verificada a presença de bois de carro, cabeças de gado, sapatos de veludo e joias em ouro:

Por um par de brincos, um botão com o peso de uma oitava, três quartos e quatro vinténs vistos e avaliados pelos avaliadores que lhe deram o valor de dois mil e quatrocentos e cinquenta réis.

Até a atualização de nossa pesquisa, Natividade contava com 17 ourives, entre mestres e aprendizes, divididos em três ourivesarias,

3 Inventário de Antônio Cordeiro Filgueira, 1808. 1º Cartório Cível de Natividade.

4 Inventário de Lourença de Paiva, 1809. 1º Cartório Cível de Natividade.

todas localizadas dentro ou próximo ao centro histórico: Ourivesaria Mestre Juvenal, Bella Art Ourivesaria, e João Bosco Joalheiros.

Em Natividade as joias produzidas há mais de um século representam uma tradição que passou de geração em geração, desde os primeiros mestres. De acordo com Wal (2015), alguns mestres-ourives de Natividade têm se destacado desde meados do século XIX até os nossos dias, como o mestre Antônio Vicente Nunes, mestre Juvenal Rodrigues de Cerqueira, mestre Altino de Sena, mestre Jesumar Borges, mestre Joaquim Valdeídes (Wal). E mais recentemente, outros mestres têm se firmado no cenário local e nacional, como o mestre José Leal, mestre Uardon, mestre Orleid Sérgio, mestre João Bosco, mestre Ernani, etc.

No que diz respeito aos antigos mestres, tem-se notícia, por meio da história oral, que mestre Cazuza (José Fernandes Belo, já era ourives em Portugal), Antônio Vicente Nunes, Bernardino de Sena Fernandes, Leopoldo Hermano, Altino de Sena Fernandes e Juvenal Rodrigues Cerqueira, entre outros, foram grandes mestres que repassaram a arte de ourives a outros jovens.

Exercer um ofício que traz no seu âmago a antiguidade local, e que está ligada à memória e à identidade, traz orgulho e saudosismo à maior parte dos ourives e ex-ourives entrevistados, como é possível observar em suas palavras durante as entrevistas realizadas:

O3: O ourives tem que gostar, ter paixão...as peças são feitas com amor! Já ensinei para mais de 20 alunos.

O5: A gente fica super satisfeito, uma joia feita aqui numa cidade histórica, que passa a ser reconhecida...um dos nossos objetivos é não deixar acabar esse símbolo da cidade e do Estado.

O8: A filigrana simboliza Natividade...o Coração Nativo representa a origem da cidade.

EO2: Fui discípulo do mestre Juvenal...fui ourives, trabalhei no Basa. Juvenal era um mestre e tanto, fazia tudo na mão...manual...é uma profissão muito bonita.

EO3: Era uma coisa dentro de mim...eu me sentia muito feliz...me realizava. Naquela época era complicado, pra derreter o ouro era no fole. Usava o pau de Caetité que tem muito na praia do rio. Queimava ele, misturava com argila.... (Ourives e ex-ourives entrevistados, 2017)⁵.

A joia em filigrana além de atrair dividendos e turistas para Natividade e gerar renda para os artesãos artífices e suas famílias; também é símbolo identitário, como afirmam os seus moradores:

M1: Me sinto privilegiada, pois Natividade é um berço cultural, e essa tradição vem desde o tempo colonial.

M7: Em primeiro lugar, dá uma continuidade familiar, preserva os símbolos religiosos, peço proteção toda vez que uso.

M8: Muito feliz...segurança da natureza. Usando as joias da terra da gente, é um amuleto, sinto mais forte quando uso.

M9: Representa a minha origem, a minha tradição, enfim a cultura da minha terra.

M12: As joias têm significados, não é só uma ornamentação. Tem o sentido religioso, por exemplo eu uso o peixinho que ganhei no dia em que eu nasci...existe o significado. (Moradoras entrevistadas, 2018)⁶.

O sujeito e o lugar não se separam, estão entrelaçados um ao outro, ligando-se à produção da vida. A vida tende a emergir no lu-

5 Entrevista concedida por João Bosco Nascimento, José Leal Pereira da Silva, Ernany Pereira de Menezes, Alfredo Borges e Jesumar Borges.

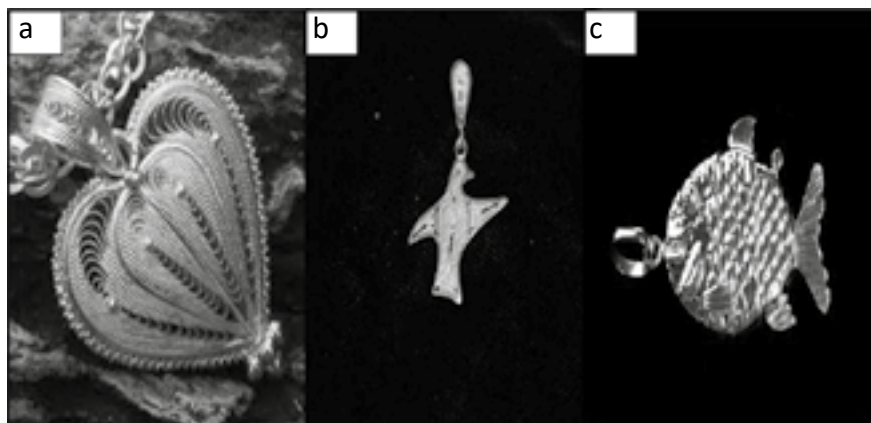
6 Entrevista concedida por Adília Camêlo, Délia Araújo, Gracinha Camêlo, Tânia Cerqueira e Ana Mendes.

gar, onde ocorre a ligação da vida social. No lugar cada sujeito se reconhece ou também se perde, vai usufruindo e modificando o espaço, o lugar tem usos e sentidos (CARLOS, 1996).

A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. Os povos analfabetos podem estar profundamente afeiçoados ao seu lugar de origem. Eles podem não ter o senso ocidental moderno, mas quando procuram explicar a sua lealdade para com o lugar, ou apontam os laços com a natureza ou recorrem à história (TUAN, 2012, p. 144).

Para os ourives e ex-ourives e aprendizes, algumas peças se relacionam mais estreitamente com a memória e com a religiosidade, como o Coração Português, Divino (filigranado), e a Peixa (Figura 3). E as festas religiosas, como do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Natividade são as datas preferidas para se adornar.

Figura 3 - Coração Português/ Divino/ Peixa



a) Coração Português; b) Divino filigranado; c) Peixa. Fonte: ASCCUNA, 2018, adaptada pelo autor, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante salientar que as joias nativitanas sofreram ao longo dos anos modificações em relação às joias produzidas em Portugal por exemplo, adaptações e ressignificações ligadas ao espaço e lugar, como a Flor de Maracujá e o Coração Nativo, que atualmente são as joias mais fabricadas. Constatou-se que a técnica da filigrana, porém, se preservou.

Nos dias hodiernos as joias filigranadas e/ ou tradicionais de Natividade são exportadas para outras cidades do Tocantins, como: Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Peixe; e outros Estados, se destacando: Goiás, Distrito Federal e São Paulo; além de outros países, como: Estados Unidos, Alemanha, Espanha, França e Inglaterra.

Destarte, intenciona-se com esta pesquisa contribuir com o conhecimento e a valorização dos ourives/ aprendizes e das ourive-sarias artesanais de Natividade, preservando e dinamizando as atividades tradicionais que marcam o lugar, com destaque para a arte da filigrana. Pois, detrás de uma joia há um autor, uma história, confeccionada pelas mãos de um artesão. Assim, a filigrana, representa tempo e espaço, que se interrelacionam a partir de uma teia tênue e firme.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 1996.

GOLA, Eliana. **A joia: história e design**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

GUARNIERI, Thais; RIBEIRO, Mariana. **Filigrana: história e técnica**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

MACHADO, Paulo Afonso de Carvalho. **Ourivesaria baiana**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1973.

MARQUES, Iolanda Vanessa Lopes Ribeiros Alves. **Estudo para aplicações de filigrana portuguesa em acessórios de moda**. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Design) - Universidade de Aveiro - UA, Aveiro, 2014. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/13187/1/Tese.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MOTA, Rosa Maria dos Santos. **O uso do ouro popular no Norte de Portugal no século XX**. 2014. 693 f. Tese (Doutorado em Estudos do Patrimônio) - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Escola das Artes, Lisboa, 2014. Disponível em: repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/1677/1/tese%20rosa%20versao%20final.pdf. Acesso em: 26 jun. 2017.

PALACÍN, Luís. **O patrimônio histórico de Goiás**. Brasília, DF: SPHAN/Pró-memória, 1987.

PEREIRA, Ana Luiza Castro. **Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos de filigrana: vida cotidiana numa vila mineira setecentista**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 331-350, jun. 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862011000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 4 jul. 2017.

PEREIRA, Mafalda Pinheiro. **Memórias de artesãos filigraneiros de Gondomar: um patrimônio a musealizar?**. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade do Porto - U. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8540?mode=full>. Acesso em: 02 jul. 2017.

RESTIVO, Manuela. **Malhas em imagem: um projeto sobre a ourivesaria de Gondomar**. Porto (Portugal): Midas, 2016.

TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Natividade**. Brasília, DF: MEC-Pró-memória, 1985.

WAL, Mestre; ARAÚJO, Simone Câmelo. **Manual 7 joias artesanais de Natividade – Tocantins por mestre Wal**. Natividade, TO: 10 – Empresa de Comunicação, 2015.

PALIMPSESTO: A ANÁLISE DO NÚCLEO URBANO INICIAL DE NATIVIDADE-TO

Camila de Queiroz Pimentel Lopes¹

INTRODUÇÃO

Localizada na região Sudeste do estado do Tocantins, Natividade teve seu arraial iniciado em 1734. Em um local já habitado pelos índios Akroá, a chegada dos bandeirantes à região no século XVIII ocorreu com o advento da exploração aurífera, tais bandeirantes, vindos da capitania de São Paulo adentravam pela região central do Brasil em busca do minério.

Segundo Vaz *et al.* (1985), o local onde se instalou o primeiro arraial apresenta três pontos de análise distintos, trazendo divergências quanto à sua origem. Existem relatos de que Natividade teria surgido, inicialmente, no alto da serra que, posteriormente, deu nome à cidade. Outra hipótese defendida alega que as ruínas encontradas na serra teriam acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido no sopé da serra. Ainda existe a vertente que apresenta que os dois arraiais eram distintos e existiam de maneira simultânea, mas devido à dificuldade de acesso ao arraial no alto da serra, o mesmo extinguiu-se com o declínio da exploração aurífera.

A malha urbana do centro, a qual permanece até hoje praticamente inalterada, encontra-se em uma região relativamente plana, ao

¹ Arquiteta e Urbanista (UFT). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Pós-graduada em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (UnB). Professora no Centro Universitário Luterano de Palmas (CELP/ULBRA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Documentação, Modelagem e Conservação do Patrimônio (UnB). E-mail: camila.qpimentel@gmail.com.

lado da Serra de Natividade e às margens do córrego Prainha. Com relação à sua configuração, acredita-se que as limitações naturais, como o córrego, a serra e as curvas de nível, delinearam o traçado inicial das ruas, bem como o sentido da expansão urbana.

As características do espaço urbano tombado da cidade, apontadas ao longo desse texto, trazem ainda uma série de elementos que ligam a morfologia de Natividade à assentamentos de origem portuguesa no Brasil, revelando semelhanças e especificidades de sua ocupação territorial.

A FORMA DA CIDADE DE ORIGEM PORTUGUESA NO BRASIL

Nos primeiros registros bibliográficos acerca da história da urbanização brasileira, surgidos nos anos 1950, Nestor Goulart Reis Filho² constituiu um novo enfoque na análise dos estudos a respeito das origens da urbanização brasileira, no qual questiona o mito da ausência de planejamento nos povoamentos coloniais.

Abordagens iniciais defendiam que na América Espanhola as formações urbanas conheciam um modelo de traçado regular, enquanto que as povoações portuguesas refletiam no plano a ausência de ordem e planejamento. “A ordem era ignorada pelos portugueses como assinalavam deliciados os viajantes. As suas ruas, ironicamente chamadas ‘direitas’, eram tortas e cheias de altibaixos, as suas praças de ordinário irregulares.” (SMITH, 1955, p. 12).

Inicialmente, a colonização portuguesa tinha o intuito de percorrer o território, utilizando-se de uma política colonizadora interessada e baseada na extração de pau-brasil. Apenas em 1532, com a criação das capitanias hereditárias percebe-se o primeiro interesse em fixar-se na terra, principalmente litorânea, como forma de prote-

2 Através de sua tese de livre docência, defendida em 1968 - Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720).

ção e desenvolvimento do território. Com o insucesso das capitânias, as terras voltaram a ser comandadas pela Coroa Portuguesa.

Os desdobramentos políticos e econômicos gerados por essa nova forma de administração, mais centralizadora, acarretaram em mudanças no cenário de ocupação territorial da colônia. Dessa forma, na segunda metade do século XVIII o território brasileiro passara ao controle direto da administração portuguesa, o qual promoveu a fundação de novas vilas e iniciou o processo de regulamentação das existentes anteriormente. Segundo Godoy e Bray (2003, p. 188), “a oficialização de núcleos urbanos perante o poder institucional dava-se com a edificação de uma capela que uma vez visitada por um cura, poderia promover o povoado à categoria de vila ou de cidade”.

Com relação à fundação dos povoamentos no território brasileiro, Marx (1991, p. 19) alega que, “não bastava, contudo, erguer uma ermida; não bastava construir, por melhor de fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo”. Diante disso, percebe-se nesse primeiro momento que a união entre Estado e Igreja foi muito relevante na fundação e na elaboração de políticas de expansão urbana.

A urbanização portuguesa passou por diversos processos de transformação, influenciados e, em sua maioria impostos, principalmente, pelo domínio romano e muçulmano. Após tais dominações, houve o período da reconquista cristã, onde foi fundado o Reino de Portugal. As povoações portuguesas entre a Idade Média e os períodos seguintes retornam, em grande parte, à utilização do formato ortogonal, influência deixada pelos romanos em muitas cidades já existentes. Aliado a isso, desenvolvem-se outras características relacionadas às condicionantes naturais, como a adaptação ao relevo e cursos d'água.

Já nas cidades implantadas ladeando as margens de rios e mares, a disposição dos caminhos que determinavam os povoamentos acontecia paralelamente ao curso d'água. Os elementos polarizadores que determinavam o caminho principal eram geralmente as capelas ou igrejas. Cada uma das capelas apresentava em seu entorno um largo, que posteriormente se tornariam praças. A partir desses elementos, formava-se o caminho principal do povoamento, denominado Rua Direita, nesta rua surgiam às primeiras edificações residenciais e a partir dela se implantavam as demais ruas.

Sabendo-se da existência de uma forma particular de ocupação do território em Portugal, e comprovando as divergências quanto ao ordenamento territorial nas povoações brasileiras, os historiadores convergem ao menos em um ponto, ao enfatizar que, no século XVI a política urbanizadora é a “solução mais eficaz de colonização e domínio.” (REIS FILHO, 1968, p. 66). Cabe destacar que, foi por meio da criação de vilas que Portugal definia suas fronteiras e protegia seu território. Estas primeiras vilas que surgiram através dessa motivação, apresentam o que Teixeira (2012, p. 13) denomina “urbanismo vernáculo”, o autor afirma que “essa componente vernácula corresponde habitualmente às primeiras fases de implantação urbana, feitas sem o recurso de técnicos especializados, em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características físicas de seus locais de implantação”.

Percebe-se ainda, na formação da colônia, a influência de três ordens na configuração do espaço urbano. A primeira foi a existência do sistema de sesmarias, o qual correspondia ao controle dos meios de produção da terra, a segunda influência que atuou sobre a configuração do espaço foi a igreja, e a terceira foi a importância da instituição municipal, que representava o controle político-administrativo por parte da Coroa Portuguesa. A confluência desses

agentes define o traçado das vilas surgidas nos primeiros séculos da colonização brasileira, tendo como personagem de destaque a igreja.

O plano das vilas fundadas nos séculos XVI e XVII, basicamente constituía-se pela existência de praças e ruas. Nas praças ou largos, eram onde se encontravam as principais edificações públicas e religiosas, serviam também de cenário para reuniões cívicas e manifestações religiosas. Havia também nesse período certa hierarquização dos espaços urbanos, determinada principalmente pela localização dos edifícios públicos e religiosos, era, portanto, a partir deles que desdobrava a lógica da organização da cidade. As ruas nesse período serviam apenas como local de passagem, elas eram tortuosas e irregulares, sua forma era determinada pelo alinhamento das fachadas, as quais, quase que em totalidade, não apresentavam recuo frontal e calçadas. O traçado das ruas definia a formação das quadras, que poderiam ser formadas por dois tipos de lotes, os estreitos e compridos que iam de um lado a outro do quarteirão, e as quadras compostas por duas fileiras de lotes, que se unem através da sua parte posterior. Nos lotes, as edificações locavam-se em sua parte frontal, sem recuo lateral e frontal entre as edificações, ao fundo ficavam os quintais.

A partir de meados do século XVIII, sob a liderança do Marquês de Pombal, as vilas e cidades do Brasil sofreram modificações em seu traçado. Nesse momento, novas vilas também surgem já adaptadas ao modelo geométrico determinado e, as que já existiam, deveriam adaptar-se. Ainda nesse período, os arraiais mineradores que surgiram de forma desordenada, sem preocupação com relação ao planejamento, também deveriam ser remodelados, o que não aconteceu em muitos casos, uma vez que estes arraiais apresentavam características distintas do restante da colônia.

PALIMPSESTO URBANO

Palimpsesto é uma palavra que vem do grego, utilizada para denominar um papiro que tinha seu texto apagado para ser reaproveitado.

A escassez de pergaminhos nos séculos de VII a IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação. (PESAVENTO, 2004, p. 26).

A utilização deste termo pode também ser replicada a diversas outras áreas, como é o caso dos estudos acerca da forma das cidades, bem como no entendimento de sua morfologia e aspectos intrínsecos, formados pela sobreposição do tempo e, consequentemente, da história relatada através do contorno das ruas, espaços livres e edificações.

Em Natividade, a sobreposição do tempo em sua malha urbana liga-se também aos antigos habitantes da região, segundo a historiadora Parente (1999, p. 57), “[...] os primeiros anos das minas dos Gozazes foram de intensa atividade. Como consequência das descobertas de ouro, quase todo o território de Goiás foi povoado [...], como foi o caso das minas que ficavam no norte e que foram descobertas a partir da terceira década do século XVIII”. Antes da chegada dos exploradores, a região já era habitada por indígenas pertencentes principalmente às etnias Xavante, Xakriabá e, principalmente, os Akroá e, assim como no restante do Brasil, muitos foram os embates e disputas para o domínio do território, escravizando os indígenas mais

pacíficos e dizimando os insubordinados. Boaventura (2007, p. 60), ao citar uma carta do século XVIII enviada à corte por D. Marcos de Noronha, alega que os Akroá eram a mais cruel de todas as tribos que circulavam na região, numerosa e extremamente enganadora, “[...] contrariamente à difícil natureza dos Kaiapó, Akroá e de algumas nações no norte, bem mais ao sul do território goiano encontravam-se os pacíficos Goyá [...]. Talvez estes pudessem estar mais sujeitos às graças divinas, mas aqueles certamente eram filhos do diabo”.

Através do livro *Economia e escravidão na capitania de Goiás*, de 1992, a historiadora Gilka Salles analisou a escravidão na capitania de Goiás sob a perspectiva das estruturas econômicas, trazendo como ênfase a participação do escravo na exploração do ouro da região. Nesta mesma publicação, Salles busca fazer uma cronologia da ocupação da capitania de forma a sintetizar o processo de urbanização no período aurífero.

Uma seqüência cronológica do encontro do ouro indica que os núcleos mineradores dos primeiros anos de ocupação situaram-se nas proximidades de Sant’Anna, às margens do rio Vermelho [...] A sucessão de descobertas ainda continua para o Nordeste entre 1735 e 1741, com os núcleos de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. (SALLES, 1992, p. 61).

Segundo Palacín (1994), o descobrimento das minas de Natividade corresponde ao segundo momento da procura de ouro em Goiás, quando se decide pela busca das minas do “Norte”, ou do “Tocantins”. A abundância de ouro encontrada na região logo se tornou objeto de cobiça às capitanias vizinhas, sendo alvo de disputas entre as Capitanias do Maranhão e do Pará. Devido a isso, em 1740, D. Luís de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo (a

qual pertencia ainda à região de Goiás), “[...] veio pessoalmente às ricas minas recém-descobertas [...]. Ali estando, D. Luís comandou o alinhamento das primeiras ruas, tortuosas e estreitas.” (FERNANDES, 2015, p. 32). Durante o apogeu do período aurífero, Natividade tornou-se um dos principais centros de captação de Goiás, contudo nota-se que, a partir de 1750, assim como em todo o restante da capitania, a atividade mineradora inicia seu processo de declínio e até mesmo de estagnação.

Moura (2018, p. 190) pontua que, em 1774, diante da ineficácia da administração da justiça e da dificuldade em gerir a capitania de Goiás, o governador José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho enviou um ofício pedindo ao rei a divisão da capitania em duas comarcas “mantendo-se os julgados da Cabeceira do Rio das Velhas, Pilar, Traíras, Meia Ponte e Santa Luzia junto à Comarca de Vila Boa. Os outros julgados ao norte, como o de Natividade, Carmo, Pontal, Arraias, Barra da Palmas, Paranã (Flores) e Cavalcante ficariam vinculadas a São Felix”. Contudo, foi somente em 1809, que a Coroa decidiu por criar as duas comarcas, optando-se por fundar uma nova sede para a Comarca do Norte, chamada de São João das Duas Barras, e não mais São Félix.

Por determinação do Príncipe Regente D. João, a sede da Comarca do Norte deveria ser construída em um local denominado São João das Duas Barras, extremo norte da capitania de Goiás. Enquanto esta nova sede não era construída, Natividade assumiu esse posto, entre 1805 e 1815, recebendo como ouvidor Joaquim Teotônio Segurado.

Sendo uma das alegações para a divisão das comarcas, a distância e a dificuldade de acesso para provimento das questões jurídicas e administrativas, a escolha da localidade da vila de São João das Duas Barras não agradou à população da Comarca do Norte, que iniciou a tentativa de convencimento pela mudança do sítio, liderada por Teo-

tônio Segurado. Foi então que, em 1814, um novo local foi escolhido para sediar a comarca, que seria na foz dos rios Palma e Paranã, o local recebeu o nome de Vila de São João da Palma.

A Vila de São João das Duas Barras ainda não havia sido devidamente ocupada e o ouvidor percebeu que seu trabalho sairia prejudicado em função da distância dessa vila em relação às cabeças de julgado. Foi então que em 1814 o Arraial da Barra da Palma foi elevado ao status de vila e passou a ser a sede da Comarca de São João das Duas Barras, também conhecida por Comarca do Norte. Os moradores do Arraial de Natividade ficaram muito ressentidos, pois almejavam a elevação do arraial a vila. Natividade, além de sede de freguesia, também era cabeça de julgado – e o núcleo urbano mais populoso da Comarca Norte. (MOURA, 2018, p. 194).

Ainda nesse período, já sentidos os reflexos da decadência pela redução da exploração do ouro, Natividade passou por um processo de ruralização, subsistindo a partir de então através da atividade pecuária que, anos mais tarde, passou a exercer papel fundamental na economia da região, assim como em toda a capitania de Goiás. Através do desenvolvimento dessa nova atividade, Natividade obteve fortes relações comerciais com a Bahia, recebendo também profissionais em várias áreas, o que veio a influenciar e modificar aspectos urbanos e da arquitetura da cidade. Novas casas foram construídas em substituição às antigas edificações, outras foram alteradas sob a influência das características Ecléticas, Neoclássicas e até mesmo *Art Déco*.

Os registros acerca das características da região podem ser encontrados em diários de viajantes, apesar de não se ter disponíveis relatos sobre os primórdios da exploração aurífera, os textos apon-

tam vestígios da opulência vivida e quais os resultados do declínio econômico. Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821, e em seu diário de viagem registrou que “[...] o Arraial de Nossa Senhora da Natividade [...] está entre os maiores arraiais desta Capitania, ocupando o segundo lugar, depois de Meia Ponte. Entretanto, o seu aspecto externo não é pitoresco nem especialmente convidativo. O número de casas sobe a 300.” (POHL, 1976 p. 271). George Gardner, botânico e médico britânico, esteve em sua viagem ao Brasil, entre os anos de 1836 e 1841, percorrendo principalmente a região central, descreveu em seu diário as impressões ao chegar à Natividade:

A Vila de Natividade está situada perto da base ocidental da extremidade sul da Serra [...]. A população, com cerca de duas mil almas, compõe-se das mesmas raças mistas já frequentemente encontradas. Tem quatro igrejas que, embora bem velhas, ainda se acham inacabadas e não há probabilidade de que se acabem. Há também uma cadeia, mas feita de tijolos crus [...]. A maioria das casas é edificada do mesmo material. (GARDNER, 1975, p. 157).

Além de transitar pela vila, Gardner também se aventurou em fazer coletas para seu acervo botânico na região da serra, onde encontraram vestígios do primeiro povoamento, ele apresenta em seu diário que,

[...] chegamos ao sopé da serra e logo depois, em ascensão gradual, alcançamos o topo de baixa ramificação, onde encontramos um grande e pouco fundo vale, de solo inteiramente escavado em busca de ouro; e, perto do centro dele, demos com as ruínas do que nos disseram ter sido o sítio primitivo da vila. (GARDNER, 1975, p. 159).

Acerca do traçado urbano de Natividade, de acordo com os relatos encontrados e as informações contidas na tese de doutorado de Nádia Moura, estima-se que a configuração urbana em seu estágio inicial assemelha-se ao mapa hipotético³ elaborado. Conforme citado anteriormente, acerca das povoações portuguesas lindeiras à cursos d'água, geralmente se estabelecem duas edificações importantes, a igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade e a Igreja de São Benedito, no entorno das duas igrejas, são deixados os largos. Entre esses dois pontos surgiu a Rua Direita, adaptada às curvas de nível e, de certa forma, paralela ao córrego da Praia. A partir da demarcação dessa rua, o restante do arruamento foi definido.

Figura 1 – Mapa hipotético de Natividade em 1987



Fonte: IPHAN / MOURA (2018), adaptado pela autora

3 Para a elaboração do mapa hipotético, foi utilizado como base o levantamento realizado pelo IPHAN, juntamente com o mapa hipotético elaborado por Nádia Moura em sua tese de doutorado.

Conforme abordado anteriormente, a disposição do arruamento inicial da cidade seguiu um modelo muito comum em núcleos portugueses, a qual consistia na locação de duas edificações relevantes e a formação de um caminho que as uniria e, a partir deste, o restante da cidade de desenvolvia. Nesse caso, as edificações não pertenciam a ordens religiosas, como acontecia em Portugal, pois nesse momento os Jesuítas já não podiam iniciar os aldeamentos. Apesar disso, as irmandades religiosas formadas por civis, baseadas em suas relações sociais e origens, estabeleceram povoamentos semelhantes, implantando suas próprias edificações.

Na análise relacionada à implantação do povoamento na região, percebe-se que a existência de um curso d'água e terreno fértil facilitou tanto a atividade extrativista, como o abastecimento local para a subsistência dos habitantes. A topografia desenvolve-se de forma suave, conforme curvas de nível indicadas no mapa hipotético, tornando o núcleo inicial pouco acidentado, contudo mesmo a sutil declividade do terreno configurou o posicionamento e a configuração das ruas, que se adaptaram às curvas de nível.

Percebe-se no delinear do arruamento a estrutura tipicamente colonial da fase inicial dos povoamentos do Brasil, representada por caminhos irregulares tanto em seu percurso, como em suas larguras. Isso revela uma possível ausência de planejamento nesse momento, tornando as ruas apenas o produto da disposição do casario, característica excepcionalmente alterada no entorno das edificações públicas e religiosas, como se pode observar ao redor das igrejas Matriz de Nossa Senhora da Natividade e de São Benedito, além do largo que ladeava as edificações públicas centrais da vila. A presença dos largos revela a importância das edificações religiosas e públicas nesse contexto. Estes espaços abertos também concediam ênfase e destaque a estes edifícios que, em grande parte, não dispunham de monumentalidade.

Segundo Reis Filho (2000), no período entre meados do século XVII e início do século XVIII, as ruas e as praças compunham os elementos básicos do urbanismo. As ruas consistiam apenas em locais de passagem, enquanto as praças continham os principais edifícios públicos e religiosos, os quais eram de uso comum e, consequentemente, atraíam um maior número de pessoas.

Analisando-se o desenvolvimento e a configuração das ruas, juntamente à disposição de algumas edificações, o centro administrativo pode ser atribuído ao entorno do Largo da Praça (conforme indicado no mapa), que contempla a localização da cadeia, da capela do terço e da Igreja Matriz, desenvolvendo-se a partir desse núcleo um grupo de ruas sinuosas e tortuosas, como a Rua Direita e a Rua do Cruzeiro. Outras ruas apresentam certa linearidade e constância desenvolvendo-se à oeste e sul, como a Rua de São Benedito, a Rua Nova, a Rua dos Fuzis e a Rua dos Caxoros. Segundo Cunha Mattos (1979), ao registrar sua passagem por Natividade em 1874, ressalta que se tinham boas casas e belas ruas, largas praças e quatro igrejas. Nesse período as ruas não tinham calçamento e, em sua maioria, também não possuíam calçadas.

As parcelas, dentro do contexto urbano, representam a unidade básica da construção da cidade, espaço responsável pelo recebimento das edificações e elemento decisivo na formação de cada uma delas, influenciando não apenas seu formato, mas também seu uso. Ao longo do tempo, as parcelas e as edificações tornam-se os elementos mais suscetíveis a mudanças que ocorrem no contexto urbano, pois permitem ao proprietário a autonomia de adicionar parcelas formando lotes maiores, ou subdividi-las. Devido a isso, o parcelamento possui configurações diversas que vão influenciar na formação e configuração dos quarteirões.

Com relação ao parcelamento territorial definido pela formação das quadras e configuração de lotes, percebe-se no mapa

hipotético de 1817 uma espacialização desordenada que culminou na formação de quadras irregulares e, conseqüentemente, lotes irregulares.

Nestes momentos iniciais das povoações no Brasil, os lotes não eram vendidos, mas sim concedidos. Segundo Marx (1991), o parcelamento resultante desse sistema de concessão consistia na presença de lotes bastante estreitos e profundos, muitas vezes de geometria não muito regular e delimitado de forma pouco precisa em relação ao espaço público. Essa configuração do parcelamento reflete o modo de vida e as relações sociais e econômicas que permeavam o cenário urbano. Uma população, em parte advinda do meio rural, passa a habitar um núcleo urbano, porém permanece com a necessidade de executar atividades relativas à sua subsistência, dessa forma, os quintais das casas abrigavam certa produção de alimentos e, até mesmo, a criação de animais.

Com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, como a pecuária e a agricultura, o papel do quintal como provedor para a subsistência da família vai perdendo seu sentido. Aliado a esse novo modo de vida, em meados do século XIX o modelo de concessões de terra passa por uma modificação, sendo substituído por um novo sistema que veio a institucionalizar a propriedade privada do solo. Diante disso, o surgimento de novas quadras e bairros por meio dos loteadores tornou-se uma operação rentável, onde a terra era vendida por metro quadrado. Portanto, os lotes que antes iam de um lado ao outro da quadra, subdividem-se, permitindo construções em ambas as faces, como se pode perceber atualmente na configuração da cidade, onde as ruas revelam as fachadas em ambos os lados do lote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca da forma urbana e do desenvolvimento das cidades coloniais brasileiras no centro do país apresentam-se como um vasto campo de pesquisa, o qual ainda carece de documentação. Percebe-se que as análises, há muito tempo, concentravam-se em cidades das regiões nordeste e sudeste, principalmente, mas o emergir de novas pesquisas no âmbito acadêmico tem buscado englobar sítios da região central do Brasil, valorizando o patrimônio e a cultura local.

O presente estudo, em um anseio pelo fomento à pesquisa do patrimônio histórico e origens tocantinenses, buscou elencar as características do contexto urbano que permearam a cidade de Natividade, definidas com base na disponibilidade dos relatos e documentos, por vezes insuficientes para a completa fundamentação e confirmação de determinadas informações. A compilação de dados de fontes primárias, tendo como ponto de vista o âmbito da arquitetura e do urbanismo, trouxe uma releitura acerca dos dados disponibilizados, revelando novas possibilidades de análise em bibliografias já estudadas em outros campos, estreitando a relação entre as características do traçado nativitano à aspectos das cidades de origem portuguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13052010-090028/en.php>. Acesso em: 04 abr. 2017.

FERNANDES, Wátila Mislá. **Natividade**: história, esplendor e resistência (1734-1840). Palmas: Nagô, 2015.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira; BRAY, Silvio Carlos. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (org.) **Ambientes**: estudos de Geografia. Rio Claro, SP: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP: Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2003. p. 185-234. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2003/livro_completo.pdf#page=213. Acesso em: 03 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Natividade**. Goiás, [s. n.]: 1984. Documento disponibilizado pelo órgão na Superintendência do IPHAN Tocantins.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: EDUSP, 1991.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia histórica da província de Goyaz**. Goiânia: Líder, 1979.

MOURA, Nádia M. de. Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726-1830). 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23102018-170716/pt-br.php>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás, 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. Goiânia: UCG Editora, 1994.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720**. 1968. Tese (Doutorado em Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart (org.). **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2000.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: UFG, 1992.

SMITH, Robert Chester. **Arquitetura colonial**. Salvador: Progresso, 1955.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: UNESP, 2012.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho *et al.* **Natividade**. Brasília: Pró-mémória, 1985.

PEREGRINAÇÃO AO CENTRO DA ROMARIA: TERRITÓRIO, PARTICULARIDADES E NUANCES DA FESTA RELIGIOSA NO POVOADO DO BONFIM EM NATIVIDADE (TO)

Weberson Ferreira Dias¹

Katiane da Silva Santos²

INTRODUÇÃO

A Romaria do Bonfim acontece anualmente de 06 a 17 de agosto no povoado homônimo, distante cerca de 20 km de Natividade (TO). Nesse período, cerca de 100 mil peregrinos³, deixam suas casas no intuito de agradecer por uma bênção, fazer novas promessas ou simplesmente seguir o fluxo infrequente do evento na região sudeste do Tocantins. Por considerarem sagrado, os mais religiosos possuem uma forte ligação com o *fac-símile*⁴ do santo.

Este trabalho nasce da necessidade de discorrer verbalmente sobre a festa religiosa por dentro, para além da questão teórica, seu território, particularidades e nuances quanto ao comércio, movimentação de pessoas, lazer, habitações e constantes

- 1 Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e Assistente em Administração do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). E-mail: webersondias@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3638-5590.
- 2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins. Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Tocantins. E-mail: geo.katiane@uft.edu.br. ORCID: 0000-0002-0689-2375.
- 3 Durante o campo, encontramos pessoas do Pará, Maranhão, Goiás e Bahia.
- 4 Fac-símile, no contexto religioso, significa cópia, reprodução ou recriação de imagens, gravuras e partes do corpo do elemento sagrado.

negociações entre o sagrado e profano durante a festividade do orago⁵.

A descrição do ambiente festivo e, conseqüentemente suas análises, se deram a partir das observações dos autores descritos inicialmente nos Diários de Campo de 2017 e 2018.

SEGUINDO OS PASSOS DA ROMARIA

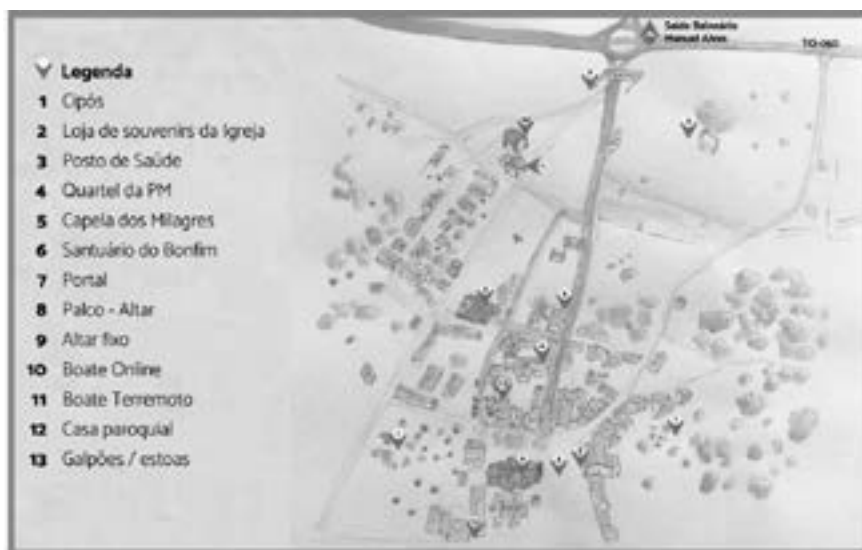
No período da Romaria, partindo da cidade de Natividade (TO), há pelo menos dois grupos de pessoas que trilham/peregrinam até o povoado: alguns em veículos, e outros certamente a pé. A peregrinação praticada a pé é constituída por romeiros (individualmente ou em grupo), que seguem até o lugarejo com foco religioso. O calor de agosto e a distância do trajeto dão o tom do sofrimento. No percurso, há tendas do Estado que amenizam a sede e a fome, e “Estações de Fé” em formatos triangulares⁶, com imagens em cerâmica que representam a via dolorosa de Jesus⁷.

5 Segundo o costume católico, a palavra designa um santo ou anjo a quem é dedicada uma localidade, associação ou templo (capela, igreja). O termo deriva de oráculo (TEMPESTA, 2016).

6 Para os cristãos, as formas triangulares representam o aspecto divino da trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. Na simbologia bíblica, o número três exprime sentido de totalidade, firmeza e perfeição. Há ainda a tricotomia humana, que refere-se às três partes do seu ser: corpo, alma e espírito (COELHO, 2016).

7 Estações de Fé são construções triangulares visitadas pelos romeiros durante o percurso. Algumas estão pichadas, desgastadas, no lado oposto ao caminho do romeiro e até localizadas em propriedades particulares. É como se transmitissem uma mensagem para que os romeiros imitem os passos de Jesus Cristo.

Figura 1 – Croqui da organização espacial no povoado do Bonfim, durante a Romaria



Fonte: Desenho gráfico elaborado por Arthur Maresca, 2018

O povoado possui apenas sete ruas (asfaltadas e estreitas) e algumas dezenas de casas, construídas ao redor do Santuário. Foi possível, através de levantamentos, constatar que há um povoado residindo no local, cerca de 28 famílias, um total aproximadamente de 100 pessoas. Já no período da festa, milhares de pessoas fazem com que o lugar saia do estágio predominantemente rural para momentaneamente “urbanizado” (SOUZA, 2012), o que surpreende os iniciantes. Durante o evento, o lugarejo torna-se, guardadas as devidas proporções, uma grande “cidade”, quando muitas pessoas, entre turistas, fiéis e festeiros, passam a “morar/habitar” durante os onze dias de Romaria.

A algumas décadas, antes da chegada dos veículos, as pessoas iam até o povoado a pé ou em lombos de animais⁸, não havia energia elétrica (apenas motor que era desligado após os rituais noturnos); a água⁹ não era encanada e a TO-050/BR-010, que liga Natividade ao povoado do Bonfim, era estrada de chão/terra.

Em 2017 e 2018, à frente do Santuário foi montado um Palco-Altar¹⁰. E, em 2017, fitas coloridas ligavam, pelo ar, o Palco-Altar ao Santuário; no ano seguinte, bandeirolas vermelhas faziam a mesma função. No interior e nas proximidades do Santuário os fiéis acendiam velas ao Bonfim.

No início da Romaria nativitana, a capela tinha estrutura simples e rústica (SPRICIGO, 2006). Com o acelerado crescimento do público, o espaço se tornou pequeno para o número de devotos, e, para ampliá-la, iniciou-se a construção da primeira igreja no ano de 1940, hoje Santuário, em honra ao Senhor do Bonfim. Os mais antigos lembram que na parte externa e bem próximo ao Santuário, havia camelôs e barracões de festas. O responsável por retirar a parte profana do *locus* sagrado teria sido o padre Joatan Bispo de Macedo¹¹, ocupando o lugar, a partir de então, prioritariamente, com ritos religiosos: orações, cumprimento de promessas, batizados e missas.

8 Levando em consideração o contexto histórico, antes as formas de transporte mais comuns na região eram através das vias fluviais no Rio Tocantins, lombos de animal equestre e, logo depois, pelo espaço aéreo (após a década de 1930). Godinho (1988, p. 41-42) cita os jornais “Informação Goiana” e “O Imparcial” para ratificar a afirmação de que foi em agosto de 1929 que os primeiros automóveis adentraram as ruas de Porto Nacional.

9 Por não ser encanada, a água era escassa e de difícil acesso no batismo, ainda assim, os sacristães ficavam com preguiça de carregá-la (PEDREIRA, 2016).

10 Palco-Altar é a denominação encontrada para a estrutura de palco montada diante do Santuário Diocesano, onde atualmente acontece parte da programação da Romaria do Bonfim, como as missas. A denominação palco se justifica pelo fato de, em anos anteriores, receber shows, católicos ou não, na mesma estrutura.

11 Natural de Almas do Tocantins e de família tradicional da região, o padre há mais de 30 anos organiza a Romaria do Bonfim.

Figura 2 - Fitas que ligam Palco-Altar ao Santuário, romeiros face a face com o fac-símile do Bonfim



Fonte: Weberson Dias, 2017.

Durante a festa ao Bonfim há no povoado quatro tipos de “habitações”: a) casas fixas de moradores do povoado; b) barracos improvisados ou estoas, galpões que se tornam residências e pontos comerciais no período; c) barracas de *campings* para aluguel; e d) os tradicionais e famosos “cipós”. Estes últimos quase sempre são feitos com troncos de árvores do cerrado e cobertos por lonas e palhas. Parte destes acampamentos têm estrutura precária, embora compo-nham também em seu cenário “circuitos fechados” de barracas de camping. Assim descreve Silva (2011, p. 3):

Os cipós são uma atração à parte na Romaria. Para lá vão famílias inteiras de romeiros que montam suas casas no meio do mato. O cenário é de uma cidade improvisada, com ruas e quintais misturados, espaços delimitados por plásticos, cozinha e muitas redes armadas nas árvores. Em cada espaço (casa) uma trempe, cheia de panelas, e um fogão, que pode ser a gás ou a lenha. A água é carregada das bicas do povoado. À noite, fogueiras são acesas para afastar os mosquitos e o frio, já que o clima no Bonfim cai muito

de madrugada. E, onde tem gente morando, tem que ter comércio. Curioso, é que em determinados espaços você pode ler placas de “vende-se bebidas”, “serviços de manicure e pedicure”, e por aí vai.

Na visão de Pedreira (2016), a “casa verde” tem a missão social de ser um lugar de rancharia, hospedagem, encontros, desencontros e muitas tratativas, além de propiciar presumíveis relacionamentos. Além disso, sendo espaço gastronômico e de partilha, na visão do autor.

Divertido é poder circular pelo cipó, sentir o cheiro das comidas nas trempes fumegantes, as panelas e caldeirões de feijão, carne com abóbora, o tradicional arroz sirigado [sic] e uma grande variedade de comidas. Animadas ainda, cheias de histórias e causos são as rodadas de café com bolo, normalmente oferecidas para as visitas. Todos querem partilhar um pouco do que têm (PEDREIRA, 2016, p. 49).

No que diz respeito à vegetação, são bastante conhecidos dos romeiros no povoado os pés de coco, mangueira e mirindiba. Quanto à mirindiba, acredita-se que na sua copa, entre os galhos, reside um espírito secular, que acompanha a passagem dos milhares de romeiros do Bonfim. “Quem sabe mesmo se ali não está o anjo daquela Romaria [?]”, suspeita Pedreira (2016, p. 19).

Figura 3 - Registros dos “cipós”



Fonte: Weberson Dias, 2018.

Nos galpões/estoas as lonas funcionam como paredes; a estrutura é dividida em duas: na parte frontal ficam os pontos comerciais; nos fundos, as moradias, onde as pessoas se organizam em colchões e redes. Os barracões são geridos por pessoas comuns da comunidade local que, numa visão empreendedora, veem no evento uma oportunidade de fazerem bons negócios e garantirem uma renda extra ao final da Romaria. Segundo relatos dos mais antigos, muitos desses galpões foram doados pela Igreja Católica para criar ali um núcleo urbanizado, e com o falecimento de muitos, os alojamentos foram herdados por filhos e netos.

Forte é também o comércio informal na principal rua do povoado, que sai do Portal de Entrada do lugarejo e leva o visitante até o Santuário do Bonfim. Para atingir o lugar sagrado, o visitante inexperienced precisa atravessar o caminho do consumo¹². O percurso é, nos dias principais do evento, difícil de se atravessar. Há muitas pessoas, um barulho ensurdecedor e pouca fluidez. Percebem-se muitos vendedores da Bahia, Paraíba, Ceará, Goiás e Tocantins, que tentam forçosamente atrair e persuadir o público. Por consequência, a via é

12 Weege (2008) coloca o consumo na romaria como uma das características do sacro, juntamente a beleza e aos shows.

ladeada por uma enorme variedade de barracas, que vendem artigos variados como: alimentos e bebidas, vestuários e acessórios, itens de decoração, utensílios domésticos, *souvenirs* e artigos religiosos, entre outros bens de consumo.

Figura 4 - Barracas de comércio a céu aberto



Fonte: Weberson Dias, 2018.

Há também outros pontos comerciais, no meio das ruas do povoado, que são negociados pela Igreja. Os comerciantes alugam o ponto e pagam pela cessão da energia elétrica durante a estadia. Conforme o tamanho do ponto e sua localização, os aluguéis dos pontos chegam a 450 reais e a energia a 70 reais, ambos para uso durante os onze dias. Há reclamações a respeito dos valores cobrados, considerados abusivos¹³. Já, em 2018, se observou menos barracas.

Outrossim, existem também barracas que se especializam em ofertar serviços de beleza e lazer, personificado nas boates Terremoto e *On-line*. Logo, estas têm como estrutura, Terremoto uma grande tenda e a *On-line* uma danceteria com uma potente estrutura de som. São montados camarotes e há a presença de DJs, bandas/conjuntos,

¹³ Para estacionar o veículo no povoado, por exemplo, é cobrado R\$ 10,00 por dia, além de taxas para uso de banheiros nas datas de maior movimentação e euforia, dificultando a permanência dos romeiros durante todos os dias da Romaria.

que embalam os pagantes, predominantemente, com forró e *funk*, e muitos jogos de luzes. Além do período noturno, também de dia, há inúmeras opções de bares com música ao vivo, paralelos aos eventos religiosos. Ainda que tenha perfil religioso, e, devido às lonas que envolvem os galpões e barracas de *camping*, estas acabam facilitando pequenos furtos.

Figura 5 – Fachada das boates On-Line e Terremoto



Fonte: Weberson Dias, 2017.

Após fazer a travessia do caminho do consumo, o participante chega ao espaço do Santuário, cuja regra é o silêncio. No lugar não há muitas barracas de venda, é livre de excessos, há pouco tumulto de pessoas e inexistente música profana. O único barulho é do sistema de som da própria Igreja. Em todo o povoado, especialmente no pátio do Santuário, e nas proximidades do Altar Fixo¹⁴, são comuns as vendas de artigos religiosos. As “famosas” fitinhas do Bonfim, marcações atadas ao braço, são as campeãs de venda.

Dois dias são os mais importantes na programação da Romaria: dia 15, em que ocorre a Missa do Bonfim no Altar Fixo; e o dia 17, cuja Missa dos Romeiros encerra o evento.

14 Denominação dada a uma estrutura construída em 2016, numa região de cerrado, dentro do povoado do Bonfim.

No dia da Solene Missa do Senhor do Bonfim, 15 de agosto, uma fila quilométrica se forma para subir a escadaria do altar do Santuário, onde os romeiros ficam seguidamente sem descanso debaixo do sol ardente com sensação térmica de 40 °C. São duas escadarias, uma de entrada e outra de saída. Dentro do Santuário, a imagem do Bonfim está estrategicamente posicionada na parte superior e central do altar, e, protegida por um vidro, sendo venerada a todo o momento pelos fiéis, que também cultuam Nossa Senhora da Conceição¹⁵, à esquerda do *fac-símile* do santo. A proximidade das imagens representa o elo entre mãe e filho. Especialmente nessa data, muitos devotos depositam suas ofertas, agradecem, ficam de joelhos, tentam tocar nas fitas atadas à cintura da imagem¹⁶, fazem uma breve oração e finalizam com o sinal da cruz diante da estátua do Bonfim.

Na parte inferior do Santuário, é possível ver imagens de Nossa Senhora de Fátima e Frei Galvão. Muitas famílias são levadas a registrar seus momentos, especialmente no serviço de fotografia pago, cujos fotógrafos se posicionam na escadaria de saída do Santuário. Antes, em respeito à promessa, alguns romeiros fazem a subida da escadaria de joelhos. Ali, há meia dúzia de pedintes aos pés da escadaria¹⁷ de entrada.

No dia 17 de agosto, na Missa dos Romeiros, é feito um percurso de quase 1 km do Santuário ao Altar Fixo. Uma réplica da imagem do Bonfim sai do Santuário e segue para a celebração. A fé motiva muitos romeiros a agradecerem ao Bonfim continuamente. Por saber

15 A Imaculada Conceição é, segundo a doutrina católica, a concepção da Virgem Maria cheia de graça divina e sem a mancha do pecado original. Em relação ao Tocantins, Pedreira (2004, p. 81) acrescenta que ela é “carinhosamente invocada também como a padroeira da Romaria do Senhor do Bonfim”.

16 O toque das fitas representa o contato físico com o próprio Senhor do Bonfim.

17 Resgatemos as ponderações de Eliade (1992), quando sinalizou existir uma porta para o alto, onde os deuses podem descer à Terra e o homem subir simbolicamente ao Céu; O templo é uma espécie de “abertura” para o alto e viabiliza a comunicação com o mundo dos deuses.

disso, em 2017, durante esse ato litúrgico, a Igreja Católica anunciou o asfaltamento do “Caminho dos Romeiros”¹⁸. No ano seguinte, não ocorreu qualquer melhoria.

Durante a celebração, é feita a benção dos objetos com água benta e alguns romeiros assistem à missa de joelhos. Nos anos anteriores, a Missa dos Romeiros acontecia dentro da capela, porém, por não comportar a multidão, se deslocou para fora do Santuário, no Palco-Altar. Durante a liturgia, o sol muito quente castiga severamente o corpo dos romeiros, que demonstram resiliência; muitos utilizam o livreto de cânticos e guarda-sóis individuais para amenizar a exposição ao sol. Alguns ainda carregam suas próprias cadeiras, para não ficarem de pé durante as homilias.

Na plateia, políticos do Estado falam com o povo, buscando uma aproximação. Em 2018, um grupo deles foi criticado pelo padre Leomar Sousa da Silva¹⁹, que, ao microfone afirmou que entre 24 deputados estaduais, oito deputados federais e três senadores do Estado, apenas um senador havia destinado um recurso de R\$ 5 mil para contribuir com a Romaria daquele ano. Ao final da queixa, o senador, que estava presente, foi ovacionado pelos fiéis. O padre também destacou que aquela era a maior Romaria do Estado e pediu para que os presentes repetissem a frase por três vezes quando questionados por ele: “Qual a maior romaria do Estado?” Ao passo que o povo respondia: “Romaria do Bonfim de Natividade!”. A repetição foi utilizada para justificar a cobrança por parte das autoridades eclesiásticas às autoridades políticas do Estado. Naquele episódio, a maior parte de deputados e senadores do Tocantins ficou em situação embaraçosa com a igreja.

18 Trata-se de uma estrada paralela a TO-050/BR-010, utilizada pelos romeiros no percurso a pé até o Bonfim.

19 Natural de Porto Nacional (TO), atualmente é o reitor do Santuário do Bonfim e organiza a Romaria do Bonfim nativitana desde 2016.

Em 2017, o título definitivo da área do povoado do Bonfim foi entregue pelo Governo do Estado à Mitra Diocesana de Porto Nacional, agora proprietária do território. O documento tramitava desde 1991. Antes, o território do Bonfim era propriedade do casal José Constâncio e Sena e Joana Martins Chaves Sena (SPRICIGO, 2006).

Entre os serviços ofertados pelo Estado, Prefeitura e Igreja estão: segurança (PM, Corpo de Bombeiros), fiscalização (Naturatins), infraestrutura (limpeza e recolhimento do lixo, manutenção e sinalização das estradas, fornecimento de água e infraestrutura de esgotos²⁰, banheiros coletivos) e assistência à saúde (posto de saúde). Enquanto Weege (2008) observou que o sagrado aparecia como um serviço oferecido pelo turismo, no Tocantins notamos que o sagrado é um serviço ofertado pela esfera pública e pela igreja.

Ao final da missa, a imagem sai num carro-andor e muitos romeiros se esforçam para tocar no *fac-símile* do Bonfim, que passa pela multidão, no começo e final da celebração. Do mesmo modo, as pessoas se esforçam para tocar nas fitas atadas à cintura do santo. A estatueta sai do Altar Fixo e retorna para o Santuário. No cortejo, o calor do sol novamente maltrata os romeiros no percurso. Uma cruz vai à frente carregada por um fiel e o som de um berrante tocado por uma mulher remete ao som bastante conhecido pelo homem sertanejo, em lembrança ao vaqueiro que encontrou a imagem do Santo Bonfim. Algumas bandeiras seguem logo atrás, entre as quais a bandeira do Divino. Alguns desistem no caminho para fazerem compras ou retornarem para suas rotinas nas barracas. As músicas sacras de CDs gravadas ao vivo por artistas católicos são ouvidas pelos romeiros todos os dias, nas proximidades do Santuário, especialmente às 6h da manhã.

20 Apesar disso, o Rio Salobro, o único que corta o povoado do Bonfim, fica visivelmente contaminado, durante a Romaria.

Figura 6 - Altar Fixo; saída da imagem do Bonfim durante a Missa do Bonfim



Fonte: Weberson Dias, 2018.

A Sala de Milagres, o segundo lugar sagrado mais importante da Romaria após o Santuário, fica escondida em meio às barracas comerciais. Para acessá-la, o visitante precisa passar por um pequeno vão entre as barracas que ocupam sua frente. Além disso, ela está totalmente escondida em meio ao crescente comércio. Embora testifique o poder milagroso do Bonfim e seja um espaço de agradecimentos dos fiéis, o lugar fica apertado, por entre as barracas. Ainda assim, neste local acontecem os cursos de preparação para o batismo e há inúmeros ex-votos²¹, objetos e um álbum dos milagres, com registros desde 1986, com fotos, cartas e outros documentos que agradecem, atestam e simbolizam as bênçãos recebidas.

Ainda não há um registro oficial do total de ex-votos na sala, mas já em 2017, pensava-se como melhor organizá-los. Destaca-se que o corpo está bastante presente neste espaço, há réplicas em madeira e gesso de cabeças, braços, pernas, mãos, pés, entre outros; bem como fotos de corpos doentes, acamados e outras mazelas.

21 Conforme Dourado (2007) ex-votos são provas reais de milagre alcançados e materializados em fotografias, mechas de cabelo, membros esculpidos em madeira ou cera constantemente expostos nas Casas de Milagres, santuários, sepulturas e ao lado das igrejas.

Figura 7 - Livro de registro e ex-votos na Sala de Milagres no Bonfim



Fonte: Weberson Dias, 2017.

A respeito da imagem que há na parte central do Santuário, a comunidade religiosa não soube informar se é a mesma encontrada pelo vaqueiro, conforme a história. No entanto, isso não tem significância para os devotos, que apenas creem. Quando questionados sobre a adoração de imagens, os romeiros afirmam que não adoram, mas, somente as veneram e reverenciam. Adoração mesmo, só a Jesus.

Enquanto ocorre a Romaria, os romeiros vivem momentos de lazer, no mês de agosto, nas águas do Rio Manoel Alves (Grande), onde famílias inteiras montam barracas de *camping*. Nos acampamentos ficam moradores de Natividade, Chapada de Natividade, Palmas e outros municípios. Para suportar as altas temperaturas do cerrado tocantinense no mês de agosto, as pessoas se refrescam no rio, enquanto outros dançam despretensiosamente a tarde inteira. O percurso do Santuário ao rio é de 3 km, feito por meio de van, ônibus ou táxi.

As barracas comercializam alimentação e bebidas alcóolicas, e realizam shows com bandas locais. Os ritmos que contagiam os presentes são predominantemente forró e arrocha. O público dança

e bebe à vontade, esquecendo-se, momentaneamente, que estão em uma extensão da Romaria.

Figura 8 – Participantes em momentos de lazer no Rio Manoel Alves e músicos animando o público presente no povoado do Bonfim



Fonte: Weberson Dias, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquestionavelmente, cada pessoa/romeiro demonstra sua forma de professar sua fé, e agradecer os milagres reivindicados pelo Senhor do Bonfim. Decorrente disso, os veículos de comunicação caracterizam a Romaria do Bonfim como a “maior manifestação religiosa do Estado” ou “a maior Romaria do Tocantins”; ainda além, “a maior e a mais tradicional festa religiosa [católica] do Tocantins” e também o “maior evento histórico, cultural e religioso do Tocantins”, dado seu volume de público.

De tal modo, como irmãos siameses, sagrado e profano compartilham o mesmo espaço e um torna-se extensão do outro, tanto que, no contexto da religiosidade popular, a sonoridade, os bailes e as bebidas não criam tensões entre ambos. Na Romaria é aceitável pelo grupo social que se vá à missa na “boca” da noite, e, após deixar o espaço sagrado do Santuário, posteriormente se vá para a boate ou

aos bares que oferecem, inclusive, música ao vivo. Dito isso, sinalizamos que, embora distintos em suas caracterizações, há a presença do sagrado e profano que, juntos, formam em sua plenitude: a Romaria do Bonfim nativitana.

A devoção, a diversão e o consumo imperam e movem os participantes da Romaria em busca do contato com o Senhor do Bonfim, bem como as relações políticas, sociais, comerciais e de lazer. Ora para pedir ou agradecer, angariar votos, negociar, ou mesmo para festejar. As apresentações religiosas (ritos, missas e procissões) compõem a manifestação cultural e religiosa com suas próprias especificidades e as festas funcionam como o descarregar do peso do trabalho cotidiano. Nessa época, o sertão nativitano desconfigura a sua essência natural (tranquilo) ao receber tantos fiéis, sendo totalmente remodelado e preenchido pelos calorosos romeiros, comércio, serviços e lazer nos dias que recepcionam a Romaria.

REFERÊNCIAS

COELHO, Renato Arnellas. Para uma correta compreensão do homem, composto de corpo, alma e espírito. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 10, n. 17, jan./jun., 2016. p. 84-93.

DOURADO, Jacqueline. Ex-votos. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICK, Karina Janz (org.). **Noções Básicas de Folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007, p. 117-120.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARESCA, Arthur. **Desenho gráfico dos espaços no Povoado do Bonfim**. Natividade, TO: [S.l.: s.n.]: 2018.

PEDREIRA, Jones Ronaldo do Espírito Santo. **Contas do Meu Rosário**. Porto Nacional: Editora Pote, 2004.

PEDREIRA, Jones Ronaldo do Espírito Santo. **Romaria do Senhor do Bonfim**: Natividade - TO. Porto Nacional: R&M Gráfica e Editora, 2016.

SILVA, Maria Arienar. **O fenômeno da Romaria do Senhor do Bonfim no sudeste do Tocantins**. 2011. Disponível em: <http://abrajet-to.com.br/site/2011/08/15/romaria-do-senhor-do-bonfim-missao-oracao-conversao-e-uniao/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SOUZA, José Arilson Xavier de. Entendimentos geográficos da religião e peregrinações: Em análise a Romaria do Senhor do Bonfim em Natividade (TO). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 219-238, jul./dez. 2012.

SPRICIGO, Caroline. **Religiosidade e fé marcam Romaria do Bonfim**. 2006. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticia/11669/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

TEMPESTA, Orani João. **Padroeiros**. 2016. Disponível em: <https://pt.zenit.org/articles/padroeiros/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

WEEGE, Adriana. **Viagem ao centro da romaria: o corpo como espaço teológico na Romaria de Nossa Senhora de Salette de Marcelino Ramos**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2008.

MEMÓRIAS PERFEITAS: BOLOS, HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS SOB O TETO COLONIAL DA TIA NANINHA¹

Simone Camêlo Araújo²

INTRODUÇÃO

O município de Natividade localiza-se no Estado do Tocantins na região sudeste, parte da colonização mais antiga. Em 1987, se tornou a primeira cidade tocaninense reconhecida como patrimônio histórico nacional. A cidade nasceu a partir de ricos veios de ouro descobertos no ano de 1734, no alto da serra, conhecidos hoje por “São Luís”, uma homenagem ao governador da capitania de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, que veio pessoalmente conhecer os promissores veios auríferos (PALACÍN, 1987).

Natividade guarda um importante patrimônio material, traduzido nas suas igrejas coloniais, casarões setecentistas e oitocentistas, praças e becos. Além de traços materiais, também conta com elementos imateriais que codificam e simbolizam o lugar. Um deles, atualmente, um dos mais conhecidos é a confecção artesanal do biscoito “Amor-Perfeito”, da “Tia Naninha”, produzido, manualmente, num casarão bicentenário, em fornos movidos a lenha. A tradição, que fora apreendida da mãe de tia Naninha, fora repassada para filhos e netos. O nome do bolo relaciona-se com o casal Naninha-Dozim, uma história conjugal de mais de 60 anos.

1 Os relatos orais foram obtidos por tia Naninha, seu Dozim e fontes documentais do Cartório de Ofício de Natividade-TO.

2 Economista, fotógrafa, microempresária, pesquisadora e ativista da cultura tocaninense, mais específico sobre Natividade. E-mail: simonedenatividade@hotmail.com.

Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar a trajetória familiar ligada ao fabrico das iguarias, que ligam-se à identidade nativitana e tocantinense, fortalecendo a economia local através das vendas e da geração de empregos (ARAÚJO, 2019). Utilizou-se a pesquisa oral, com entrevistas direcionadas à família detentora desse modo de fazer, em específico, tia Naninha e seu Dozim. Foram consultadas as bibliografias acerca de Natividade e do Tocantins, bem como análise documental e fotográfica por meio do Cartório de Ofício de Natividade. Foi possível descortinar que por trás do bolo há uma conexão afetiva e histórica, que ventila o sentido de lugar, de pertencimento e de sabor.

NANINHA-DOZIM: RAÍZES FAMILIARES

Para Bosi (1995), a memória em si marca íntima relação com a vida social, na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembrança. Em seu estudo, busca compreender a correlação entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente. Logo, a junção de memória e percepção sobre as formas de lembranças sobrevive de forma consciente (no tempo presente), mesmo que em estado inconsciente. Desse modo, os velhos assumem caráter essencial na vida e na formação do indivíduo, visto que eternizam memórias e lembranças, sejam elas pessoais, de um tempo, lugar, pessoas e objetos (BOSI, 1995).

O senhor Teodoro Nunes da Silva (Dozim), nasceu dia 15 de fevereiro de 1928, na Fazenda Areião, município de Natividade, quando era estado de Goiás, de propriedade do tio-avô Teodoro Nunes da Silva e Arqucelina Sarzeda (Crioula). Nome em homenagem ao tio-avô.

Primeiro filho do casal de nativitanos Domingos Nunes da Silva (*03/08/1898, + 02/01/1972) e Maria do Bonfim Costa Nunes (*15/08/1911, +11/04/1954).

Os irmãos de seu Teodoro (12): Noemi (*16/10/1929, +10/11/1936) – Marcolino (natimorto) – Odete (*03/09/1934, +10/07/1980) – Nair (*27/05/1936) – Lourenço (*16/02/1939, + 8/09/1962) – Eunice (*16/06/1941) – Abelardo (*29/05/1943) – Carlos (*29/04/1945) – Maria Helena (*04/08/1947) – Elias (*11/06/1949) – Rosalina (*09/08/1951) – Eduardo (*11/04/1954).

Os avós pelo lado paterno, Marcolino Nunes da Silva (+ 27/07/1912) e Joana de Sena Ferreira (+ 12/08/1922), casaram-se no religioso, em Natividade, no dia 13/09/1883. São irmãos do avô Marcolino: Teodoro (casado com Arquecelina Sarzeda) – Fulgêncio (Filomena Antônio dos Santos) – Benício (Benvida Benedito Borges) – Felismina (Manoel Lourenço Rodrigues).

Um fato mudou toda a trajetória familiar do seu Dozim. Joana de Sena Ferreira, avó pelo lado paterno, tinha problemas mentais, hoje, a conhecida depressão pós-parto. Um dos seus atos influenciou a vida familiar: escondeu o filho Domingos no mato quando ele ainda era bem pequeno. Depois desse fato, o bebê Domingos passou a ser criado pelo tio e padrinho Teodoro (casado com Arquecelina), na Fazenda Areião, município de Natividade. O casal Teodoro e Arquecelina não tinha filhos.

Ainda segundo seu Dozim, disse: “tenho muitas lembranças da Fazenda Areião. Meu tio-avô Teodoro faleceu em 2 de agosto de 1928, quase 6 meses após seu nascimento; fato que teve influência direta na vida familiar”. Seu Dozim explica que: “após o falecimento do tio-avô Teodoro, surgiu uma questão que fez a família mudar de fazenda: a viúva Arquecelina não concordava com a forma de trabalho do seu pai, seu Domingos. Então deu ¼ de terra na Fazenda Lajeado”. Foi assim que a família se mudou para a Fazenda Lajeado. Na época, seu Dozim tinha quase 3 anos.

Lá, o seu pai, seu Domingos, construiu a sede atual. Na mudança, sua mãe (Maria do Bonfim), que estava grávida, deu à luz um

bebê (Marcolino) no caminho, que logo faleceu. Conforme seu Dozim (2019, Informação verbal):

Meu pai e irmãos do pai eram muito unidos, todos gostavam da vida no campo. Meu pai Domingos era famoso vaqueiro na região. Ele fez muitos transportes de mercadorias e de animais. Muitas vezes, eu participei. Desde muito pequeno eu montava e ia para a fazenda da família, mesmo sozinho.

Já Ana Benedita Cerqueira e Silva (tia Naninha), nasceu no dia 4 de janeiro de 1938, em Natividade, no casarão da família na Praça Matriz. Primeira filha do segundo casamento do nativitano Artur Oscar Rodrigues Pinto de Cerqueira com a portuense Corina Cantuária de Cerqueira. Cabe lembrar, que tanto a família de Naninha como a de Dozim, estão em Natividade há mais de 100 anos.

Figura 1 - Ana Benedita (Tia Naninha), os pais Oscar e Corina, e os irmãos



Fonte: Acervo familiar, 2020. Nota: A tia Naninha é a criança que está sentada ao lado da mãe, dona Corina.

O pai da tia Naninha teve dois casamentos. O primeiro casamento do pai de tia Naninha, com seu Artur Oscar, foi realizado em Natividade, no dia 4 de abril de 1926, quando tinha 28 anos, com Honorina Alves Monteiro, 21 anos. Dessa união, nasceram as filhas: Liz (*5/11/1927 e +17/06/2012), Celuta (*16/06/1930 e +08/08/2007) e Elza (*12/06/1932 e + 20/03/2012).

Ficou viúvo em 06/04/1934, estando com as filhas nas idades de 7, 4 e menos de 2 anos. Casou-se com Corina em 12/02/1937, em Porto Nacional. Foi Corina quem criou as filhas do primeiro casamento. Na figura 1 estão os filhos de seu Artur Oscar e Corina (pais de tia Naninha).

Segundo tia Naninha (2019): “[...] os meus irmãos, do 2º casamento do meu pai (Artur) com minha mãe (Corina): se-chamam João (*01/04/1939), Oton (*06/08/1940, +2005), Julio (*27/01/1943), Jorcelina (*01/08/1944), Maria Eni (*1946, +1953), Eunina (*28/04/1948) e Bernardino (*08/11/1949)”.

Ainda conforme tia Naninha (Informação verbal, 2019):

São avós pelo lado paterno João Rodrigues Pinto de Cerqueira e Ana Benedicta Viana de Cerqueira (Naninha), nativitanos. O avô João, nasceu no ano de 1871 e faleceu em Natividade, no dia 08/02/1940. Está enterrado no Cemitério São Miguel. Dá nome a rua no Centro histórico de Natividade. Foi o primeiro prefeito nomeado, gestão de 04/12/1930 a 25/03/1938. A avó Ana Benedicta faleceu em Natividade no dia 06/01/1937, com 60 anos. A família da sua mãe é de Porto Nacional, neta de Bernardino Thomaz Cantuária e de Ana Macedo Cantuária, que moravam em um casarão no final da Rua do Cabaçaco. O casarão era residência e comércio da família.

VIVÊNCIAS DA TIA NANINHA

Subindo e descendo as ruas históricas do antigo Norte de Goiás, Naninha estudou em Natividade, no Grupo Escolar D. Pedro II, denominado hoje Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva. No acervo do colégio, ano de 1951, Ana Benedita (tia Naninha) cursava o 3º ano primário e eram suas professoras: Coraci, Josina, Junieta, Georgina; Jesuíno Lustosa era diretor. Ela diz que guarda poucas lembranças da escola e que estudou até o 4º ano primário.

Participou dos Bailes de Pastorinhas, fazendo várias vezes o papel de cupido. Lembra também que gostava de participar de outras encenações que eram organizadas pela Sra Belarmina Araújo Cerqueira (Belita). Que os ensaios eram na residência do casal Juvenal Rodrigues (mestre ourives) e Belita Araújo, e as apresentações em um palco na Praça de São Benedito, na frente da residência de Belarmina Nunes Araújo (D. Bela).

Naninha lembra que dentre as atividades de casa, lavava muitas roupas no Córrego Praia, que carregava trouxas grandes na cabeça e as estendiam no varal na área interna da casa. Que ajudava na confecção dos bolos/biscoitos. Com 10/12 anos, fazia os bolos/biscoitos junto com a mãe, iniciando seu aprendizado. Que na época fazia todo tipo de bolos/biscoitos. Que se lembra da existência de dois fornos (sendo que ainda estão sendo utilizados na área de produção atual) o 1º forno é o mais antigo e que o 2º foi recuperado/refeito, pois teve uma época em que desmoronou em virtude da ação do tempo. Segundo tia Naninha (informação verbal, 2019): “Na residência dos meus pais havia o hábito de receber visitas e servir o café com bolos/biscoitos. Os bolos e biscoitos eram produtos que serviam para agradar/presentear algumas pessoas da comunidade. Não confeccionava todos os dias e não comercializava”.

De acordo com o passar dos anos os irmãos foram cada um seguindo seus caminhos, constituindo família, mudando de casa ou cidade. A irmã Eunina morou no Casarão após o casamento, em torno de 4 anos. Em seguida, Naninha, ficou morando com a mãe até após o casamento, realizado no ano de 1956. Mesmo indo morar na fazenda em 1956, a residência na cidade continuou sendo a casa da família.

Figura 2 - Praça da Matriz na década de 1960



Fonte: Acervo ASCCUNA, 2020. Nota: Em destaque o casarão da família de Ana Benedita (tia Naninha). Esse na lateral da igreja de fundo para Serra de Natividade.

VIDA CONJUGAL: UM LAÇO PERFEITO

Quanto à vida conjugal, seu Teodoro – Dozim, fala com muito amor e afeto. Segundo ele, os dois foram feitos um para o outro e tiveram uma vida de muitos desafios, de muita luta,

mas que tudo foi sendo superado com trabalho, carinho, respeito, dedicação, amor e muita fé. Tudo confirmado pela companheira “Naninha”.

De acordo com seu Dozim: “quando eu era rapaz novo, não queria assumir compromissos amorosos. Morando na cidade depois de alguns anos, deparou/notou Naninha. Ficaram uns 2 anos apenas de olho. Já havia um certo compromisso (assim era o namorar na época). Eu no casarão de minha avó Joana e ela no casarão da família, que ficava na mesma Praça da Matriz, de frente um para o outro”. Dozim revela que tinha muito medo de se casar. Tentou escapar de todo jeito, mas não deu conta. Um fato marcante que demonstrou o desejo de um pelo outro foi na época da Romaria do Senhor do Bonfim, do ano de 1955. Tinham combinado de ir à Romaria anual. No entanto, Dozim não foi e ficou preocupado temendo que Naninha pudesse arrumar um namorado por lá. Teve uma surpresa com o retorno de Naninha no dia 16/08, antes do final da romaria. E que ela ainda foi brigar com ele por não ter ido, apesar de ter combinado que iria. Segundo Dozim, depois disso... fato que gostou muito, acabou seu medo de casar.

Em dezembro de 1955, Dozim teve coragem de falar em casamento e teve uma conversa com Naninha na calçada da Igreja Matriz. Uma conversa sobre a realidade que poderiam enfrentar, caso se unissem em matrimônio: “Se ela sabia que ele era grosseiro, que cada criatura tinha uma cruz para carregar; que no caso de adultério, ele pensava em se separar (que não bateria ou mataria); que não ia prometer coisas boas, porque não sabia se ia ter condições de dar; que não ia fazer promessas; perguntou se um dia fosse preciso morar numa beira de chão, na roça, se ela enfrentaria”. Segundo ele, falou tudo antes, de forma pesada, e ela aceitou. Foi assim que resolveram falar em casamento com a família.

O pedido oficial de casamento foi em dezembro de 1955. Naninha já ia completar 18 anos. Dozim foi acompanhado do padrinho Joaquim Costa e do amigo Joaquim Rodrigues. O padrinho tomou a palavra e falou, entre outras coisas, da necessidade do afilhado ter uma esposa. Os pais de Naninha (Artur e Corina) reclamaram que o espaço entre o pedido e a data proposta para o casamento era de pouco tempo. Seu Dozim sempre foi muito decidido, manteve a data.

Figura 3 - Casamento de “Naninha” e “Dozim”, ocorrido na Igreja Matriz. A recepção no casarão da família, no dia 25 de janeiro de 1956



Fonte: Acervo familiar, 2020.

Depois que se casaram, ficaram alguns meses morando na casa dos pais de Naninha. Dozim ia e voltava da fazenda. Naninha foi algumas vezes na garupa de animal. No dia da ida definitiva para mo-

rar na fazenda (não se lembram a data certa), teve uma caravana que acompanhou o casal. Lembram que foram várias pessoas, familiares e amigos. Naninha foi montada no cavalo chamado Boletim – animal de grande beleza e muito desejado. O percurso demorou pouco mais de 3 horas. Lembram-se que a vida não foi fácil no campo, com muito trabalho, eles faziam tudo sozinhos. E destacam que sempre tiveram muita coragem, sempre juntos!

De acordo com seu Dozim (2019, informação verbal): “moravam misturados com os bichos. Cedinho saía para campear e voltava tarde da noite e ela sozinha”. Já Naninha (2019, informação verbal), lembra que tinha medo e ficava esperando na porta da casa: “tinha medo de ficar sozinha dentro da casa. E quando Dozim chegava, o acompanhava na lida de colocar gado no curral, desarrear o animal e guardar os arreios no pieiro”.

Logo vieram os filhos, grandes alegrias do casal. Vários partos. Total de 15, entre os anos 1957 e 1980. Teve todos os partos com facilidade. Os primeiros, através de parteiras, depois através da missionária Batista enfermeira D. Ana Teixeira de Carvalho e outras profissionais da área de saúde que vieram morar em Natividade (irmãs do Imaculado Coração de Maria). Morava na fazenda e vinha para a cidade na época de ganhar os bebês. Somente o segundo filho (Marques) é que nasceu na fazenda mesmo, e contou com a ajuda do esposo Dozim e de uma moradora vizinha de fazenda. Teve também um natimorto, o parto foi realizado em Natividade, pelo esposo Dozim; e, ainda um aborto. Atualmente, doze estão vivos: Noemi, Marques, Lourenço, Hélio, Félix, Noélia, Joélia, Lívia, Corina, Viviane, Zoélia e Mariane. A Ângela foi a terceira filha, era parálitica total, e faleceu em 1984, com 23 anos. Consideram a Fazenda Lajeado como a residência da família. Foi lá que viveram grande parte de suas vidas.

AMOR-PERFEITO: A HISTÓRIA DE UM BISCOITO

Para a tia Naninha, com a falta da mãe e ficando mais tempo na cidade de Natividade, as pessoas da comunidade (amigos) pediam que ela confeccionasse bolos/biscoitos. Davam o material e ela não cobrava a mão-de-obra pela confecção. Às vezes tirava um pouco da produção como sua parte, que era para o consumo da família e, também, para servir os parentes e amigos que os visitavam.

De acordo com Nascimento (2013), a diversidade cultural se reflete também na sua culinária. Do bandeirantismo setecentista da época do ouro, depois dos criadores de gado do período da pecuária herdamos muitos costumes, tais como da paçoca, arroz cerigado, bolos, biscoitos, doces e licores que fazem parte da rica gastronomia do Tocantins. De diversas regiões do Brasil vieram as interferências. Natividade mantinha relação comercial com o Pará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais, e mais intensamente com a Bahia, para onde convergia grande parte do contrabando realizado através da Serra Geral (VAZ, 1985).

Quanto à confecção do biscoito amor-perfeito e da pipoca (conhecida também como peta) ela disse que começaram a produzir com mais frequência para presentear a esposa do juiz de direito Dr. Ney Aires da Silva – D. Dalva Leão Aires, moradores de Natividade entre outubro de 1962 e abril de 1969 (eles não eram da cidade e não sabiam confeccioná-los).

Em contato recente com a D. Dalva Leão, atualmente morando em Goiânia-GO, a mesma contou com muita saudade o que viveu em Natividade na década de 1960. Completou que, quando vieram morar em Natividade, não existia padaria, mas que na comunidade tinha algumas boleiras tradicionais que produziam e presenteavam a sua família com bandejas grandes de biscoitos/bo-

los tradicionais nos finais de semana e que davam para o consumo da semana. Lembra-se das boleiras Julia Araújo, Leofácia Araújo, Maroquinha Cerqueira e Corina Cerqueira que, frequentemente, tinham o hábito de presentear com vários tipos de bolos: de arroz, pipoca, amor perfeito e outros. Dona Dalva Leão se lembra que Naninha morava na época na fazenda, que quando vinha na cidade ajudava a mãe; e, que após a mãe ter crises de hipertensão e diabetes, a substituiu e passou a fazer sob encomendas e ela era uma consumidora do amor-perfeito.

O amor-perfeito se destacou muito após a criação do Tocantins, Natividade passou a ser a referência histórica e do patrimônio cultural do Estado. Sempre que havia um evento, a cidade era representada pelas suas características mais representativas, entre elas, na culinária, o amor-perfeito e a pipoca. A prefeitura municipal mobilizava os produtores e levava produtos típicos da localidade. A partir de 1992, sob orientação da Associação Cultural Comunitária de Natividade (ASCCUNA) representada por Simone Camêlo Araújo, houve incentivo para transformar a confecção dos bolos/biscoitos tradicionais em um pequeno negócio da boleira. Orientações, como por exemplo, para definir qual preço deveria ser cobrado nas receitas (calculada em prato – 2 litros de polvilho).

Conforme Parente (2005), a vida cotidiana é marcada por microatitudes. Cenas efêmeras e pontuais, é nela que os indivíduos criam as relações baseadas nas suas experiências, desse modo as mulheres do antigo norte de Goiás, como tia Naninha mostraram e mostram sua importância e dão consistência à formação da sociedade em que estão inseridas, através das suas práticas.

A boleira tinha algumas dificuldades, no início, por falta de capital de giro, mas passou, aos poucos, a cobrar a mão-de-obra.

Quando a pessoa não tinha dinheiro em espécie, deixava parte da produção. Passou a denominar os biscoitos da tia Naninha e começou a cobrar, mas, por diversas vezes, não cobrava. Levando em consideração o parentesco e pessoas mais próximas.

No início, Naninha conta que produzia quase sempre sozinha. O esposo Dozim a ajudava com as lenhas, cortando a madeira e a deixando pronta para colocar no forno. Quando ele estava na cidade, alegrava o local de produção com seus cantos de trabalho e enquanto Naninha desenvolvia outras atividades de casa, ele acompanhava os serviços, sendo vigilante no período em que os biscoitos assavam e ficavam no ponto, quando chamava a esposa para retirar do forno. Momento em que gritava: “*Cheirou, Ninha!!!*”

O aumento da produção dos biscoitos foi muito incentivado quando o município participava de eventos, dentro e fora do Estado (principalmente, nas feiras), e acabava sempre atrelando os produtos àquela que trabalhava com mais constância – a mestre Tia Naninha.

Em 2005, nas comemorações do aniversário de 271 anos de Natividade – 1 de junho, foram criadas e confeccionadas latas de luxo para o biscoito, um dos incentivos para a apresentação do produto ao mercado, do já famoso amor-perfeito. Uma iniciativa da prefeitura de Natividade, pela empresa de publicidade Dimensão Propaganda, de Palmas-TO, que cuidou de todo *marketing* da festa.

Foi nessa embalagem que o amor-perfeito de Natividade, confeccionado por tia Naninha, foi apreciado no evento Brasil na França através do governo do estado do Tocantins, ocorrido na cidade de Paris no *Carreau du Temple* entre os dias de 2 a 7 de agosto de 2005, na categoria *Saisons Carreau* – temporadas culturais.

Figura 4 - Área de produção, casa do Amor-Perfeito da Tia Naninha



Fonte: Simone de Natividade, 2012.

Nota: seu Dozim o primeiro do lado esquerdo da foto e tia Naninha a primeira do lado direito. As três pessoas em pé no fundo são os filhos de tia Naninha e seu Dozim. Da esquerda para direita (Lívia, Zoélia e Marques), atualmente são os sócios da empresa “Amor-perfeito da Tia Naninha”³.

Com o passar dos anos, o negócio foi ficando nas mãos dos filhos, se tornou empresa com Marques, Zoélia e Lívia; atualmente, dois netos também participam da produção (Gleison e Caio). Vale destacar a importância do repasse do saber e fazer e da criação de um espaço de memória, que está sendo realizado. Do seio familiar, o conhecimento foi repassado a vários membros, com várias parcerias, e terá lugar garantido no futuro das gerações nativitanas e tocanti-nenses.

3 Razão social: Organização de Bom Gosto da Tia Naninha Limitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalte-se aqui, que o bolo amor-perfeito tem mantido ao longo dos anos sua receita original e familiar, além da estética bem peculiar (formato de uma coroa). Patrimônio imaterial dos nativitanos e tocantinenses, é referenciado em todas as épocas do ano, sobretudo nas festas religiosas, como: Divino, “Bonfim”, e de Nossa Senhora da Natividade. Assim, além de sentido afetivo, também tem sentido religioso. Além de ser um símbolo da cultura local, também representa a geração de empregos diretos e indiretos, sendo o casarão de tia Naninha, procurado por turistas brasileiros e estrangeiros que cruzam o Estado, de janeiro a dezembro, seja dia santo ou feriado.

Nos dias atuais, o biscoito amor-perfeito abriu espaço para outros produtores e outras riquezas da gastronomia nativitana, como licores, doces, beijos, etc. Iguarias que atraem, codificam, empregam e representam o lugar, dando sentido às vidas das pessoas que participam da cadeia produtiva, bem como dos apreciadores.

Portanto, espera-se com esta pesquisa contribuir para a preservação deste patrimônio imaterial que é quase sinônimo da própria cidade, pois não há como separá-los, um precisa e depende do outro para sobreviver, e sobrevivendo, torna a vida presente mais saborosa e humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Simone Camêlo de. **Genealogia da família do amor-perfeito – Teodoro Nunes da Silva e Ana Benedita de Cerqueira e Silva, em Natividade-Tocantins**. [S.l.:s.n.], 2019.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **História e geografia do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 2013.

PALACÍN, Luís. **O patrimônio histórico de Goiás**. Brasília, DF: SPHAN/Pró-memória, 1987.

PARENTE, Temis. **O avesso do silêncio**. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Natividade**. Brasília, DF: MEC-Pró-memória, 1985.

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO: ARQUEOLOGIA EM NATIVIDADE - TO

Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros¹

INTRODUÇÃO

O patrimônio arqueológico pré-histórico que se encontra no subsolo, nas várzeas, nos campos, nas serras e cavernas de Natividade só começou a ser revelado nos últimos anos. Embora quase nada ainda saibamos a respeito das comunidades indígenas e, quiçá, paleoindígenas que viveram naquela região antes da chegada do colonizador europeu, os poucos sítios arqueológicos até então identificados apontam para um cenário rico e diversificado.

O patrimônio arqueológico histórico, por outro lado, é conhecido de longa data. Vestígios de mineração do Ciclo do Ouro são abundantes no sudeste do Tocantins, antigo norte goiano, e sua monumentalidade chamou a atenção dos naturalistas e viajantes que passaram pela região ao longo dos séculos XIX e XX (GARDNER, 1975; POHL, 1976; PENA & NEIVA, 1999). As pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos últimos vinte anos levaram à identificação de um número significativo de sítios históricos em Natividade, não apenas de mineração, mas também “de contato” e relacionados à criação de gado.

Praticamente todas as pesquisas arqueológicas que foram desenvolvidas em Natividade aconteceram no âmbito de processos de licenciamento e regularização ambiental. Sendo o Instituto do Pa-

¹ Mestre em Arqueologia (UFPE). Arqueólogo da Superintendência do IPHAN no Tocantins. E-mail: romulo.negreiros@iphan.gov.br.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o primeiro, e às vezes o único destinatário dos relatórios resultantes dessas pesquisas, um levantamento no acervo documental dessa instituição é essencial para se conhecer o estado da arte da arqueologia em Natividade.

Neste artigo faremos uma recapitulação das mais profícuas pesquisas arqueológicas ocorridas em Natividade, destacando os principais resultados alcançados. Nessa exposição não seguiremos necessariamente uma ordem cronológica; onexo causal entre as pesquisas será o fio condutor. Concluiremos o artigo explorando as potencialidades científicas e sociais do patrimônio arqueológico existente em solo nativitano.

ARQUEOLOGIA EM NATIVIDADE: PESQUISAS E RESULTADOS

Os bens arqueológicos são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, reconhece os sítios de valor arqueológico como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro.

O patrimônio cultural e o meio ambiente são, do ponto de vista do Direito, indissociáveis (MIRANDA, 2006). Consequentemente, as políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente não devem abarcar apenas os bens naturais, como água, solo, rios e mares, mas igualmente os bens artificiais, constituídos pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, as construções urbanísticas, os usos e costumes de um povo, dentre outros (DAMO; OLIVEIRA, 2015).

Os sítios e monumentos arqueológicos foram incluídos no escopo dos estudos de impacto ambiental desde meados da década de 1980. Com a publicação da Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que compatibilizou as fases de obtenção de licenças

ambientais com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, o número de pesquisas no Brasil cresceu vertiginosamente. Foi dentro desse contexto e por causa dele que Natividade passou a ser regularmente alvo de estudos arqueológicos.

As pesquisas arqueológicas sobre as quais trataremos a seguir foram realizadas entre os anos de 2002 e 2020. Nenhuma destas investigações foi feita com o intuito de resolver problemas específicos da história ou da pré-história. Seus objetivos primordiais foram assegurar a proteção do patrimônio arqueológico ameaçado, conforme determina a legislação vigente. Os resultados obtidos, embora sejam promissores, carecem do aprofundamento que somente uma pesquisa de cunho acadêmico poderia proporcionar.

Com o objetivo de promover a contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência de um projeto de mineração de ouro localizado ao norte da Serra de Natividade, foi desenvolvido o *Diagnóstico Arqueológico Projeto Geominas Minerações Ltda.* (ZIMMERMANN, 2012). Esse diagnóstico levou à identificação de três sítios arqueológicos, quais sejam: Cajá, Piabanha e Histórico Piabanha, além de trinta e nove muros de pedra.

O sítio pré-colonial Cajá foi classificado como lito-cerâmico, com ocorrência de uma “lesma” – artefato de pedra lascada típico da tradição itaparica – e de fragmentos de cerâmica indígena. O sítio Piabanha foi classificado como “de contato” por apresentar fragmentos de cerâmica que combinavam elementos indígenas e europeus – cerâmica conhecida como “neobrasileira” ou “cabocla”. Finalmente, o sítio histórico Piabanha e os 39 muros de pedra seriam vestígios da exploração aurífera no período colonial.

O *Projeto de Resgate Arqueológico e Valoração do Patrimônio Cultural da Área Impactada pela Geominas* (SILVA, 2018a, 2018b,

2020) deu continuidade ao Diagnóstico Arqueológico realizado em 2012 e teve por objetivo a adoção de medidas voltadas para a salvaguarda e mitigação de impactos no patrimônio arqueológico identificado na área da mineradora. Dentre os resultados dessa pesquisa podemos destacar aqueles obtidos na escavação dos sítios arqueológicos Cajá e Piabanha.

Em razão da ocorrência de pintura vermelha nas duas faces de alguns fragmentos cerâmicos coletados no sítio Piabanha, em associação ao tipo de antiplástico e à técnica de manufatura, levantou-se a hipótese de que esse sítio estaria relacionado à tradição cerâmica Tupiguarani, o que, de certa forma, contradiz o entendimento inicial de que ele seria “de contato”. Mais pesquisas são necessárias para esclarecer essa e muitas outras questões.

A análise laboratorial do material arqueológico coletado durante a escavação do sítio Cajá revelou três momentos de ocupação. O primeiro momento, o mais recuado no tempo, estaria representado pelo material lítico lascado identificado nas camadas mais profundas do solo. O segundo momento seria marcado pela ocorrência de uma cerâmica “cabocla”. O terceiro momento seria caracterizado pela presença de cerâmica torneada e moldada (telha) e por fragmentos de louça fabricados na segunda metade do século XIX.

Uma pesquisa arqueológica realizada no Morro do Carneiro, relacionada ao licenciamento ambiental de uma mineradora de calcário, resultou no cadastro de dois sítios arqueológicos, a saber: Natividade 1 e Natividade 2 (REZENDE, 2018).

O sítio arqueológico pré-colonial Natividade 1 é caracterizado pela presença de registros rupestres pintados em um paredão rochoso. Os grafismos são poucos e se encontram bastante degradados. É possível observar a figura de uma ave de asas abertas (zoomorfo), a figura estilizada de um ser humano (antropomorfo), e linhas parale-

las e convergentes cujo significado escapa, todos pintados na cor vermelha. Intervenções pontuais no solo do sítio evidenciaram material lítico lascado, fragmentos cerâmicos e material malacológico.

O sítio arqueológico pré-colonial Natividade 2 também é caracterizado pela presença de registros rupestres, com ocorrência tanto de pinturas quanto de gravuras. Dentre as gravuras observou-se pegadas de pássaros (tridígitos), formas vegetais (fitomorfo) e círculos concêntricos. As pinturas rupestres são pequenas e estão desgastadas, sendo possível reconhecer a figura de um quadrúpede pintado na cor vermelha. Ao contrário do sítio Natividade 1, as intervenções no solo deste sítio não evidenciaram qualquer material arqueológico.

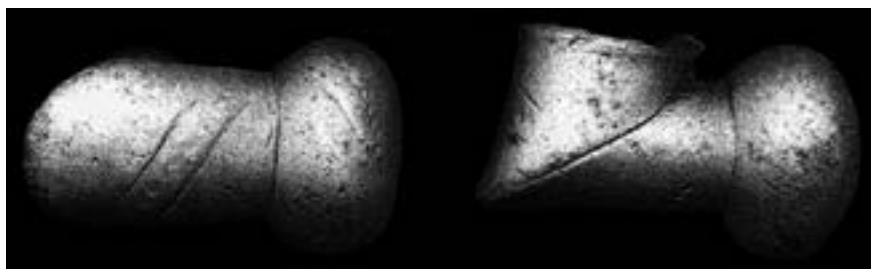
O *Projeto de Resgate Arqueológico da Obra de Implantação da Adutora da Cidade de Natividade* (LIMA; CARVALHO, 2003) lançou uma luz sobre os hábitos de consumo, o cotidiano e as relações étnicas da sociedade nativitana ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nessa pesquisa foi coletado um total de 2.346 fragmentos de objetos do período histórico no subsolo do centro histórico de Natividade, sendo 1.359 fragmentos de cerâmica, 02 fragmentos de cerâmica vidrada, 03 fragmentos de garrafa de grés, 237 fragmentos de louça, 264 fragmentos de objetos de vidro, 74 metais e 407 ossos (restos alimentares). A análise dos fragmentos cerâmicos, além de permitir a reconstituição da forma e função dos recipientes, revelou motivos decorativos semelhantes àqueles encontrados na cerâmica produzida pelos portugueses. Isso mostrou uma particularidade da cerâmica nativitana quando comparada à cerâmica coletada em outros núcleos goianos do mesmo período, como Vila Boa e Meia Ponte, a qual apresentou elementos decorativos frequentemente relacionados a culturas africanas, como a decoração incisa. A permanência desses elementos decorativos no Novo Mundo é interpretada por muitos pesquisadores como uma forma de resistência dos africanos e

afrodescendentes à escravização. Desse modo, levantou-se a hipótese de que “a baixa incidência de vasilhames com decoração afro [em Natividade] pode estar relacionada a uma forte dominação dos senhores sobre os escravos em suas mais sutis manifestações culturais” (LIMA; CARVALHO, 2003, p. 65).

Por outro lado, 03 dos 04 fragmentos de cachimbos de argila coletados em Natividade apresentaram motivos relacionados à cultura africana.

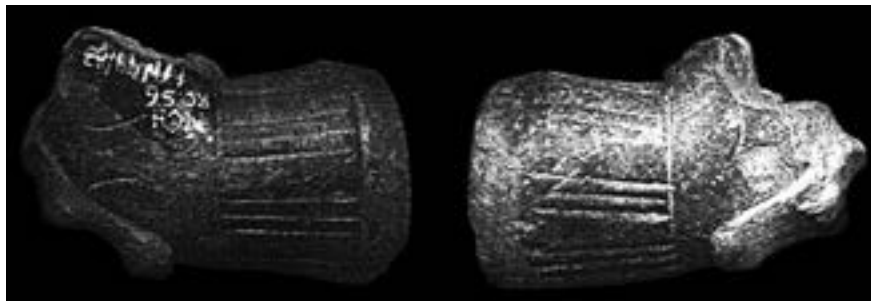
As decorações se caracterizam por apresentarem linhas diagonais paralelas ou círculos preenchidos por ponteadas [fig. 1]. Outra decoração que pode ser associada à fabricação africana é a figura zoomórfica, observado em um dos cachimbos coletados [fig. 2], que na sua parte inferior apresenta uma decoração que lembra a crista de galo. (LIMA; CARVALHO, 2003, p. 60).

Figura 1 – Cachimbo decorado com linhas paralelas preenchidas com ponteados na parte frontal, inferior e na boquilha. Vista inferior e lateral. Sem escala



Fonte: Lima e Carvalho, 2003.

Figura 2 – Cachimbo com figura zoomórfica (galo). Vista das laterais. Sem escala



Fonte: Lima e Carvalho, 2003.

Em 2010 foi realizado um levantamento arqueológico na área abrangida pelo projeto “Parque Serra de Natividade ‘Caminhos das Águas’”, localizado no entorno do centro histórico de Natividade, nas margens do Córrego Praia (TEDESCO, 2010). Nos Poções, um balneário situado no sopé da Serra de Natividade:

[...] foram identificadas estruturas relacionadas às atividades de mineração do período colonial, destacando os canais de canalizações captação de água para uso da mineração, muros de contenção e refugo de garimpo (cascalho lavado), estrutura de bica, material arqueológico de superfície (fragmentos de vidros) e estruturas de contenção de água para lavagem de cascalho para extração de ouro. (TEDESCO, 2010, p. 10).

Entre 2009 e 2012 a arqueologia finalmente subiu a Serra de Natividade com o objetivo de mapear as ruínas do afamado arraial setecentista de São Luiz (TEDESCO *et al.*, 2012). Nessa pesquisa foram identificadas 109 estruturas de mineração colonial, as quais, pelo critério de proximidade, foram agregadas em 08 conjuntos. As estruturas foram caracterizadas de acordo com

sua possível função, como, por exemplo, edilícias, canais, aqueduto, “piscina”, acessos, represa e cavas. Ademais, foram abertas 5 pequenas escavações arqueológicas (sondagens) nas imediações de estruturas de pedra que se assemelhavam a moradias e realizada a coleta de superfície em 19 pontos distintos do arraial. No geral, o sítio apresentou baixa densidade de material arqueológico móvel, sendo coletados principalmente fragmentos de utensílios cerâmicos, fragmentos de garrafas do século XVIII, e metais, como cravos.

Recentemente foi feito o acompanhamento arqueológico da obra de consolidação e reforço estrutural promovida pelo IPHAN na ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (NEGREIROS, 2020). A escavação de uma vala na sacristia situada a oeste da capela-mor revelou uma camada contínua e bem definida de fragmentos de telhas, com ocorrência de alguns cravos de metal. Essa descoberta seria mais um indicativo de que esse cômodo outra possuía um telhado, o qual veio a colapsar em algum momento ainda não determinado. Uma ilustração de 1828 feita pelo botânico William John Burchell durante sua passagem por Natividade mostra a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos com uma cobertura (fig. 3) (FERREZ, 1981).

A abertura de uma vala nos fundos da ruína da igreja levou à identificação de um bolsão contendo uma variedade de objetos descartados, como recipientes de vidro e de plástico, louça, embalagens de pasta de dente, ossos de boi e de frango, etc. Segundo comunicação oral da pesquisadora Simone Camelo Araújo, esse bolsão continha o lixo enterrado pelas freiras que habitavam uma casa vizinha à ruína entre os anos 1972 e 1990.

Figura 3 – Arraial de Nossa Senhora da Natividade



Fonte: Adaptado de Ferrez, 1981. Nota: Detalhe do esboço a lápis do arraial de N. Sra. da Natividade feito por Burchell em novembro de 1828, onde se observa a igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos. Apesar de inacabada, naquela época a igreja contava com uma cobertura. A seta indica a sacristia onde foi identificada a camada de fragmentos de telhas.

PERSPECTIVAS

A identificação de uma “lesma” no sítio arqueológico Cajá (ZIMMERMANN, 2012) abre espaço para discussões a respeito da antiguidade da ocupação humana na região de Natividade. “Lesmas” são instrumentos de pedra lascada unifaciais típicos da tradição itaparica. Essa tradição diz respeito a uma indústria lítica associada aos primeiros grupos humanos de caçadores-coletores a ocuparem o Brasil Central, aparecendo no registro arqueológico entre 12 e 8 mil anos AP (Antes do Presente) (RODET *et al.*, 2011). Embora seja cedo para falarmos em datas tão recuadas para Natividade, visto ter sido identificada apenas uma “lesma” em um único sítio arqueológico, sabemos que em regiões circunvizinhas, como no médio curso do Rio Tocantins, os mais antigos sítios datam de aproximadamente 10 mil anos AP (MORALES, 2008). Levando em conta a extraordinária mo-

bilidade dos caçadores-coletores pré-históricos, é bastante provável que grupos humanos tenham transitado pelo sudeste do Tocantins já naquela época à procura de recursos. No mais, é uma questão que permanece em aberto.

Embora questões cronológicas sejam mais fáceis de resolver em pesquisas envolvendo sítios arqueológicos históricos, pois geralmente as fontes documentais nos fornecem as datas, métodos físico-químicos de datação absoluta não devem ser negligenciados, pois podem vir a ampliar nosso conhecimento sobre determinados processos e fatos históricos. Por exemplo, uma pesquisa de arqueologia preventiva desenvolvida em Chapada da Natividade (JULIANI; LIMA, 2018), município vizinho a Natividade e cuja origem está relacionada ao mesmo processo de colonização, gerou um resultado, no mínimo, inesperado. Numa iniciativa inédita no Tocantins envolvendo sítios históricos, telhas coletadas no sítio arqueológico de mineração Zé Dionísio foram datadas pelo método de Termoluminescência (TL). A amostra resultou em uma datação de 350 ± 38 anos, ou seja, teríamos uma cronologia média de 1668 d.C., inserida em um intervalo entre 1630 e 1706. Isso significa que a exploração aurífera na região pode ter começado pelo menos 30 anos antes da data oficialmente reconhecida pela historiografia.

Dentre os sítios arqueológicos históricos do Tocantins, os sítios de mineração são, seguramente, os mais ameaçados. Os vestígios de mineração do período colonial, popularmente conhecidos como “vestígios de bandeirantes”, servem para geólogos e garimpeiros como ponto de partida para a identificação de áreas com potencial aurífero. A sobreposição entre áreas de interesse arqueológico e mineralógico leva muitas vezes à destruição dos vestígios de mineração colonial, que precisam ser removidos para que o ouro ainda existente no subsolo possa ser explorado. Essa constante ameaça que paira sobre

nosso patrimônio cultural é um dos fatores que justifica a exigência de estudos arqueológicos no âmbito de processos de licenciamento ambiental. Esses estudos de caráter, antes de tudo, preventivos levam à identificação e caracterização dos bens arqueológicos porventura existentes em uma área onde se pretende tirar algum proveito econômico, permitindo a adoção em tempo hábil de medidas voltadas para salvaguarda ou mitigação de impactos a esses bens culturais.

Apesar de poucas, as pesquisas arqueológicas realizadas em Natividade mostraram um grande potencial. Dentre os temas que poderiam ser tratados futuramente, destacam-se aqueles que se inserem nas discussões que atualmente agitam o mundo.

Durante sua estada em Natividade, entre outubro de 1839 e fevereiro de 1840, Gardner observou que o hábito de fumar era universal entre as mulheres: “de manhã à noite, raro lhes sai da boca o cachimbo, com longo canudo de pau, de cerca de três pés de comprimento”. (GARDNER, 1973, p. 158). Portanto, o aprofundamento dos estudos sobre os cachimbos numa perspectiva arqueológica poderia contribuir tanto para entendermos como se davam as relações étnicas na Natividade oitocentista – dando, assim, continuidade à pesquisa iniciada por Lima e Carvalho (2003) – quanto as relações de gênero.

O estudo arqueológico do lixo enterrado pelas freiras atrás da ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos poderia, a nível micro, revelar os hábitos de consumo, o cotidiano e o comportamento de descarte de uma pequena comunidade religiosa que existiu entre 1972 e 1990. A nível macro, tal pesquisa poderia nos ajudar a compreender as grandes transformações ocorridas na sociedade nativitana nos últimos 40 anos, principalmente aquelas decorrentes da criação do estado do Tocantins, em 1988. A melhoria das vias de comunicação terrestre após a emancipação política facilitou a distribuição de bens industrializados produzidos nos grandes centros,

provocando mudanças nos hábitos de consumo de todas as camadas sociais, algo que poderia ser facilmente percebido no registro arqueológico.

Uma pesquisa que poderia enriquecer o *corpus* das manifestações culturais nativitanas seria um levantamento das lendas, histórias, tradições e anedotas vinculadas aos sítios arqueológicos de mineração. Temos, por exemplo, a lenda do “menino de ouro”, uma estátua de ouro que se encontraria no fundo das águas de um lago artificial construído pelos bandeirantes, bem como as várias histórias sobre tesouros enterrados e botijas encantadas. O diálogo entre o material e o imaterial poderia erguer uma ponte entre o passado e o presente, adicionando uma nova dimensão e um novo significado aos bens arqueológicos e despertando na comunidade local uma maior relação de pertencimento. Talvez seja apenas isso que falta para que o patrimônio arqueológico seja, finalmente, valorizado.

REFERÊNCIAS

DAMO, D.; OLIVEIRA, Carlos H. Meio Ambiente e a Preservação do Patrimônio Cultural: uma polêmica submersa. In: **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 107-121.

FERREZ, Gilberto (org.). **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1975.

JULIANI, M. L.; LIMA, L. F. E. **Relatório Final:** Programa de resgate arqueológico e educação patrimonial na área da Engegold Mineração Ltda. Município de Chapada da Natividade/TO. São Paulo: [s.n.], 2018.

LIMA, Gislaine Valério; CARVALHO, Héllen Batista. **Relatório Final:** campo e laboratório: Projeto de Resgate Arqueológico da Obra de Implantação da Adutora da Cidade de Natividade. Goiás, GO, 2003.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MORALES, Walter Fagundes. **Brasil Central:** 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do Rio Tocantins, TO. São Paulo: Annablume; Porto Seguro, BA: Acervo, 2008.

NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros. **Relatório de Acompanhamento Arqueológico da obra de consolidação e reforço estrutural da Ruína da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Natividade, Tocantins.** IPHAN-TO. 2020.

NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás.** Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1976.

REZENDE, Juliano Fonseca da Silva. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Polígono DNPM 864.384/2007 – Morro do Carneiro.** [S.l.:s.n.] 2018.

RODET, M. J.; DUARTE-TALIM, D.; BARRI, L. F. Reflexões sobre as primeiras populações do Brasil Central: “Tradição Itaparica”. In: **Habitus.** v. 9, n. 1. Goiânia. 2011. p. 81-100.

SILVA, Flávio André Gonçalves da. **1º Relatório Mensal:** projeto de resgate arqueológico e valoração do patrimônio cultural da área impactada pela Geominas na cidade de Natividade – TO. 2018a.

SILVA, Flávio André Gonçalves da. **2º Relatório Parcial:** projeto de resgate arqueológico e valoração do patrimônio cultural da área impactada pela Geominas na cidade de Natividade – TO. 2018b.

SILVA, Flávio André Gonçalves da. **Relatório final do projeto de resgate arqueológico e valoração do patrimônio cultural da área impactada pela Geominas na cidade de Natividade – TO.** Abril de 2020.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. **Relatório Final:** projeto de levantamento arqueológico na área de intervenção para implantação do Parque Caminho das Águas da Prefeitura de Natividade – Tocantins. Goiânia: Setembro de 2010.

TEDESCO, G.; PÉCLAT, G.; REIS, E. **Relatório final:** projeto de levantamento e monitoramento arqueológico Serra de Natividade Ruínas do Antigo Arraial de São Luiz, levantamento dos Bens Culturais e Ações de Educação Patrimonial. Volume I. Agosto de 2012.

ZIMMERMANN, Marcos. **Diagnóstico Arqueológico Projeto Geominas Minerações Ltda. Município de Natividade/TO.** 2012

NATIVIDADE - TO: MEMÓRIAS DO DOSSIÊ E ATA DE TOMBAMENTO

Núbia Nogueira do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

Natividade é uma das cidades memoráveis no Estado do Tocantins, possui uma importância cultural pelos traços revestidos das ruas largas. Casas em estruturas coloniais, com ausência de muros na frente, fazem com que a fachada seja o cartão postal do imóvel. Compostas em sua maioria por várias janelas e portas em madeira extensas, tanto no comprimento quanto na largura. No sítio histórico da cidade temos vários símbolos representativos para o reavivamento da memória nativitana, como as ruínas da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Igreja São Benedito, Praça São Benedito, e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Natividade, todas do século XVIII.

Há também outros símbolos memoráveis em destaque na cidade como Praça da Bandeira², Praça Leopoldo de Bulhões, Igreja do Espírito Santo, entre outros.

Natividade conta com uma culinária peculiar e secular na região, o famoso amor-perfeito é um dos biscoitos considerados patri-

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (POSGEA/UnB). Mestra em Geografia (UFT). Bibliotecária Documentalista (UFT/Palmas). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT e do Observatório de Políticas Educacionais e Territoriais (OPTE). E-mail: nascimento.nubia@uft.edu.br.

2 A praça da Bandeira, situada em ruas de paralelepípedo. É destacada pelo pelourinho no centro da praça, constituída na maioria das vezes por uma coluna de pedra ou madeira, onde era exibido ao público as punições ou castigos realizados por revoltosos. Neste sentido torna-se um marco na paisagem de Natividade por ressignificar uma época de barbárie evidenciada pela história local.

mônio imaterial, por trazer uma história que atravessa gerações, passando a arte de criar e fazer por meio da culinária. É uma cidade com o patrimônio paisagístico cultural ainda preservado com as Serras de Natividade, um conjunto evidenciado das Serras Gerais, com um contexto histórico e cultural representado na paisagem simbolizada, lugar em que houve a formação do primeiro núcleo de povoamento de Natividade-TO.

A Serra de Natividade é descrita pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (IPHAN), como “um grupo de pequenas casas de pedras e grandes diques para lavagem de ouro, umas; e outras como mais duas grandes ruínas... talvez residências mesmo” (IPHAN, 1986, p. 172). Podemos dizer que há uma relação homem-natureza, uma vez que a Serra de Natividade foi o principal referencial da gênese para um futuro desenvolvimento urbano e econômico da cidade.

Natividade foi a primeira cidade a ser reconhecida pelo órgão de proteção do patrimônio, IPHAN, no dia 13 de janeiro de 1987. No período de tombamento, Natividade ainda pertencia ao território goiano, no ano seguinte, em 1988, aconteceu o desmembramento do estado. O antigo norte goiano passou então a se chamar Tocantins.

Neste capítulo vamos rememorar o tombamento de Natividade, como descrito na documentação do dossiê, composta também pela ata de tombamento. A proposta metodológica está alicerçada na análise de documentos digitais do IPHAN-Tocantins. Por meio das fotografias e das escrituras, trata-se de recordar este momento marcante para o reconhecimento histórico da cultura tocantinense, Serra de Natividade e o Núcleo Urbano e Paisagístico Arquitetônico de Natividade-TO.

INTERPRETANDO O TOMBAMENTO DE NATIVIDADE-TO

De acordo com os escritos presentes na ata de tombamento, a patrimonialização da cidade foi realizada em virtude da resposta em preservar o patrimônio goiano, ou seja, o norte goiano, atual Tocantins. Houve a proposta do perímetro urbano para o tombamento, argumentando o seu valor histórico e cultural. Uma vez que: “o conjunto era constituído pelas ruínas de abrigos residenciais, diques, canais e demais vestígios da atividade de mineração, localizado na Serra de Natividade” (SPHAN, 1986, p. 165). Conforme o dossiê, o perímetro urbano tombado começa na Avenida Rafael Xavier ou Rua Contagem, lote 250. Deste ponto até onde localizam-se as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, cartão postal de Natividade e termina com a Rua União ou Rua do Terço³

O documento analisado neste capítulo trata-se de um estudo realizado para análise de proposta de tombamento de Natividade, formulado no ano de 1986 para um diagnóstico e possível aprovação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. É composto por um dossiê bem completo contendo informações valiosas sobre as características materiais e imateriais da cidade, inclusive fotos evidenciando os imóveis e/ou símbolos mais representativos julgados como patrimônio local.

Neste dossiê foram detalhadas as ruas que possivelmente iriam compor o perímetro urbano a ser tombado, ou seja, eram as ruas em que havia mais características de imóveis preservados e boa conservação. Iniciou-se nas ruas Avenida Rafael Xavier ou Rua Contagem, Avenida dos Cruzeiros ou Rua do Rosário, Rua Flávio Araújo considerando o beco do colégio, Avenida 7 de Setembro, Avenida Deocleciano Nunes ou Rua Direita, Rua União ou Rua do

3 O nome desta rua é pouco usado atualmente, os nativitanos reconhecem pelo nome, trecho, ou a ligação entre as duas ruas que passa atrás da Igreja Matriz.

Terço, no encontro dessas ruas concluiu-se o perímetro tombado em Natividade.

A arquiteta Helena Mendes dos Santos e a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva, ambas servidoras do IPHAN, foram as responsáveis por esses estudos que consistem no detalhamento e na descrição do perímetro tombado de Natividade e da Serra de Natividade onde se deu o início do núcleo urbanístico da cidade, em meados do século XVIII.

Pode-se mencionar um destaque no processo de documentação da patrimonialização de Natividade, composto pela definição do valor cultural e patrimonial da cidade. Visto na citação:

A cidade é ainda bastante homogênea, as primeiras transformações começando a ocorrer; talvez seja uma das poucas nessa região a apresentar-se razoavelmente íntegra. Existem nela três igrejas tombadas a nível estadual, em cuja restauração e consolidação a SPHAN colaborou. Ela possui, inclusive, a vantagem de já ter delineada uma nova expansão urbana; este fato, aliado ao tombamento, permite a manutenção do conjunto tradicional (SPHAN, 1986, p. 171).

Esta citação revela à população a satisfação e aprovação do IPHAN para o reconhecimento da cidade de Natividade como patrimônio do Brasil. Levando em consideração as análises sobre o contexto histórico da cidade, declara parte do processo de reprodução do trabalho que a cidade passou, ao longo dos anos, com a mineração, pecuária e agricultura, como bem explica os autores Furtado (2007) e Prado Junior (2011), pelo processo de formação econômica brasileira em análise das fases econômicas manufatureiras no Brasil Colônia. A cidade de Natividade é um marco simbólico no tempo

presente, e para a posteridade, pela manutenção dos bens patrimoniais locais, materiais e imateriais.

Na citação a seguir podemos perceber um teor de dúvida quanto à manutenção futura da preservação do patrimônio a longo prazo em Natividade, que estava prestes a ser patrimonializada, conforme o dossiê enviado para análise na sede do IPHAN no Rio de Janeiro. Uma das preocupações iniciais seria de não possuir nenhuma agência do IPHAN na cidade que estava sendo proposto o tombamento, em 1986. Uma vez que Natividade ainda pertencia ao território goiano e a sede do IPHAN para fiscalização e regulamentação do patrimônio ficava na capital, Goiânia. Neste sentido:

Algumas dúvidas quanto à validade do tombamento a nível nacional e outras quanto à aceitação da comunidade, particularmente importante em local afastado da sede da DR, **o que equivale a dizer local onde a fiscalização possível será provavelmente insuficiente**, a menos que se possa contar com a colaboração de moradores locais, **levaram-nos a tomar precauções especiais antes de recomendarmos o presente tombamento** (SPHAN, 1986, p. 170, grifo nosso).

Na parte grifada, podemos notar um certo suspense quanto a uma possível negação do tombamento de Natividade. Para uma análise efetiva e conclusiva a equipe técnica do IPHAN da época visitou outras cidades no Estado de Goiás para garantir a legitimidade do arsenal composto pela arquitetura e a harmonia dos monumentos presentes, comparando-os com as cidades históricas de Goiás Velho, atual cidade de Goiás. Como afirma a citação: “tendo em vista os aludidos estudos e uma nova viagem realizada no mês de janeiro p.

p. por alguns núcleos urbanos do Estado de Goiás [...] estamos plenamente convencidos da validade deste tombamento” (SPHAN, 1986, p. 170-171). Nesta citação podemos notar que a dúvida quanto ao tombamento de Natividade ainda pairava sobre as pessoas só foi de fato resolvida quando verificou-se as semelhanças dos monumentos de Natividade com as demais cidades históricas no Estado de Goiás, em específico a cidade de Goiás.

Entre dúvidas e certeza, o tombamento foi concretizado na seguinte fala:

Julgamos da maior importância este tombamento, no sentido de tratar de acervo característico de uma arquitetura vernacular produzida em área longínqua no interior do Brasil, onde toda uma arquitetura ingênua, de gosto popular, foi produzida. Ao mesmo tempo propõe-se a preservação dos vestígios de extensas obras relacionadas às primeiras minerações, dos séculos XVIII e XIX, que ainda não foram estudadas, mas que mostram, pelos restos ainda existentes, terem sido constituídas de obras cíveis de vulto, barragem, canais, e moradas, provavelmente dos escravos. (SPHAN, 1986, p. 173).

Natividade era um lugar de vestígios singulares, um local onde houve poucas transformações e interferência da modernidade e da urbanização para aquela época. Assim, o tombamento foi concluído.

A seguir, ainda mencionaremos algumas passagens do dossiê de tombamento e também discutiremos a ata que foi escrita contendo todos os trâmites da efetivação da patrimonialização de Natividade-TO.

ANÁLISE DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE NATIVIDADE-TO

Propõe-se simplificar de forma clara e sendo mais generalista possível, pois o dossiê de tombamento de Natividade é um documento composto de trezentos e sessenta e três páginas, parte escaneadas e/ou datilografadas. Em algumas páginas apresentam-se os detalhes da cidade por meio da iconografia, citaremos algumas passagens que achamos pertinentes para esta reflexão. O dossiê nos traz um estudo minucioso realizado no ano de 1986 por algumas pessoas ligadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural. Conta com apresentações de documentações comprobatórias, como fotos de imóveis, igrejas, vestígios da Serra de Natividade, baseados no olhar dos pesquisadores do IPHAN. Este diagnóstico resultou em um documento composto por um referencial teórico destinado à história, memória e patrimônio local. Esta breve síntese não daria conta de contemplar em profundidade a magnitude do dossiê de tombamento de Natividade-TO, mas trataremos de uma pequena amostra.

Para se realizar o processo de tombamento na cidade de Natividade, um grupo de pesquisadores do IPHAN, com destaque para uma historiadora e uma arquiteta, fizeram uma análise minuciosa sobre a cidade. Abordaram as questões culturais e históricas que permeavam a localidade, além de todo processo empírico e sistemático-prático. Em virtude da época, os escritos eram representados por meio da datilografia⁴. Também conta com fotos anexadas ao dossiê para uma análise visual dos patrimônios existentes em Natividade. A qualidade dessas fotos não era tão nítida, provavelmente foram tiradas em uma máquina fotográfica que utilizava o uso de filme em rolo.

4 A datilografia era a escrita usada pela máquina de escrever, antecede ao word, usada pelo notebook e/ou computador.

Os desenhos também faziam parte do rol de apresentações dos monumentos da cidade. Mesmo com pouca nitidez dos elementos iconográficos presentes no dossiê, nota-se o comprometimento da historiadora e da arquiteta ao repassarem a informação com um olhar criterioso e detalhista por meio da representação da escrita e das imagens.

Como bem lembrado nos escritos contidos no dossiê de tombamento SPHAN (1986) grande parte dos arraiais da antiga capitania de Goiás nasceu em virtude da mineração, em meados de 1730. No século XVI e XVII, com as expedições organizadas pela colônia portuguesa conhecidas como entradas, descida e as bandeiras. Esta última prevaleceu na capitania goiana, eram expedições privadas com objetivos de exploração da terra baseada no lucro da época, o ouro. O ciclo do ouro deu origem a várias cidades goianas e uma delas era Natividade, por possuir este marco simbólico na história da colônia do Brasil.

O colonizador, bandeirante, estava em busca principalmente de mão-de-obra barata, o que tinha com muita abundância na região, contando com os índios e os escravos remanescentes, principalmente na descoberta do ouro na Serra de Natividade. Segundo o dossiê, esse processo de ocupação da cidade pelos bandeirantes aconteceu de uma forma não pacífica, pois as minas ao norte eram mais produtivas que as minas ao sul do norte goiano. Neste sentido, as terras do norte: “[...] eram muito cobiçadas pelos governos das capitanias de Grão-Pará e Maranhão que, além de disputarem a posse daquele território, cobravam ilegalmente os quintos reais [...]” (SPHAN, 1986, p. 121). A cobrança dos quintos era uma atribuição exercida pelo governo da capitania de São Vicente que ficava onde é hoje a região de São Paulo. Com a decadência da atividade mineradora no século XVIII, inicia-se a fase da agricultura de subsistência e posteriormente a pecuária.

Em sua composição física, Natividade, quando tombada, era banhada por três rios: Surubim, Manoel Alves e São Valério. Uma área plana e suave, relevo com vegetação predominante dos cerrado e campos. O solo era composto à base de cascalho com alto teor de ferro, formado pela decomposição das rochas primárias. Já a Serra de Natividade, era famosa, pois, podia-se encontrar algumas riquezas minerais como: ouro, diamante e a pedra calcária. (SPHAN, 1986).

Assim nos recorda o dossiê que o córrego que abastecia a cidade ficava na Serra de Natividade, conhecida como Praia ou Santo Antônio. Este córrego é um símbolo natural até os dias atuais, servindo de fonte de abastecimento de água para os nativitanos.

ATA DE TOMBAMENTO DE NATIVIDADE-TO: LEITURA INTERPRETATIVA

No dia 13 de janeiro de 1987, foi realizada a reunião na cidade do Rio de Janeiro, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema. Este dia foi marcante para o Estado do Tocantins, principalmente para a cidade de Natividade que foi nacionalmente reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (IPHAN). A presidência do conselho, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, abriu a reunião, primeiramente agradecendo a presença ilustre do economista Celso Furtado, que na época era o Ministro da Cultura, no Brasil. E o presidente também apresentou os membros representantes do conselho consultivo, mencionando os relatores dos processos para aquele dia. Destaca-se: Alcídio Mafra de Souza, Max Justo Guedes, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Gilberto Velho e José Mindin. Deu ênfase ao dia memorável, pois foi marcado pelo cinquentenário da Lei nº 378 de 13/01/1937.

A ata original é composta por uma fonte manuscrita com caneta esferográfica de tinta na cor azul, com uma caligrafia de fácil

leitura contendo vinte e quatro páginas. Para a disseminação, a ata atualmente está digitalizada no IPHAN (TO) e disponível para acesso em sua versão original no site do IPHAN, o endereço eletrônico consta nas referências deste capítulo.

Na manhã do dia 13/01/1987 foram apresentadas cinco propostas de tombamento para as cidades de São Francisco do Sul (Centro Histórico), São João Del Rei a Tiradentes (trem de ferro), Manaus (análise do porto), Natividade (sítio histórico) e São Carlos (Fazenda do Pinhal). As cidades seriam avaliadas naquela manhã acompanhadas dos respectivos processos de requisição para a patrimonialização. É interessante destacar que para cada uma das cidades havia um relator responsável pela análise e o voto de aprovação mediante o tombamento ou não.

Alcídio Mafra de Souza, diretor do Museu de Belas Artes no Rio de Janeiro e relator do processo nº 1.163 T – 85, direcionado ao tombamento do Centro Histórico do Município de São Francisco do Sul-SC, com a presença do prefeito José Schmidt.

O Conselheiro Max Justo Guedes, relator do processo nº 1.185 T – 85, com ênfase ao tombamento da estrada de ferro, uma das magníficas construções do século XIX e início do século XX, ligando a cidade São João Del-Rei a Tiradentes. O tombamento foi favorável para esta cidade desde que apresentasse com mais detalhes as características históricas da cidade, dentre outros elementos complementares.

Outro relator fez uso da palavra, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, processo nº 1.192 T-96 para mencionar como satisfatório o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico do Porto de Manaus, no qual foi muito elogiado o parecer apresentado pelo relator.

Gilberto Velho, foi então, o relator do processo nº 1.11-7- T-84, o qual culminou com o tombamento da cidade de Natividade. A pro-

posta foi apresentada aos conselheiros consultivos e ao presidente. O relator do parecer de Natividade elogiou a competência dos envolvidos no processo de tombamento. Gilberto Velho prosseguiu dizendo que: “Natividade teve importante papel na história da região, ligada ao ciclo da mineração e ao gado que o Conjunto Arquitetônico expressa [...] as vinculações da área urbana com o meio ambiente natural da Serra da Natividade [...]” (IPHAN, 1987, p. 73-74, Ata manuscrita).

Neste dia, todos os processos apresentados foram satisfatórios ao tombamento, foi realizada a aprovação em unanimidade, sem nenhuma contestação. Foi uma reunião tranquila e pacífica, na qual o relator apenas atribuiu algumas características a Natividade por possuir um valor histórico, econômico e cultural. Logo em seguida, Gilberto Velho deu por finalizada a leitura. Em virtude do dossiê ter sido bem elaborado e documentado, com fotos, registros pessoais de proprietários dos imóveis, nomes das ruas, tanto do perímetro a ser tombado quanto da área de entorno. Assim, o processo apresentado estava bem completo.

O último processo de tombamento foi avaliado por José Mindin, relator da Fazenda do Pinhal em São Carlos-SP.

Neste dia, discutiram também sobre o Museu Nacional do Rio e Petrópolis que foi fundamental para a história do Brasil Império. Afirmam que o Paço de Petrópolis havia sido restaurado e reaberto em 1985. Já o Paço da Quinta da Boa Vista, também conhecido como Paço de São Cristóvão, não havia sido restaurado, afirmavam que a última intervenção para a sua possível preservação foi no ano de 1967. Os conselheiros Gilberto Velho e Leda Dau, se mostraram descontentes com tamanha insensibilidade com a preservação do Museu Nacional, que foi um marco para a construção da identidade brasileira em termos de memória e história.

Além das cidades a se tornarem patrimônio, foram discutidas outras questões quanto ao patrimônio. Discutiram a situação dos museus, e uma possível comissão para sua gestão a partir daquele dia. A área de entorno do Paço Imperial era composta por vários pontos de ônibus, o que impossibilita de se realizar até eventos de obras de arte nesta área, bem como a especulação imobiliária, por isso, naquele momento solicitaram uma preservação da área do entorno para evitar possíveis danos ao patrimônio no Museu Nacional do Rio (IPHAN, 1986).

O conselheiro Eduardo Kneese lembrou de um pacote de manuscritos deixado por Mário de Andrade, que deverá ser aberto 50 anos após sua morte. É uma das documentações que fará parte do acervo proposto para o tombamento dos Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, em que consta um museu com o acervo do poeta Mário de Andrade. Foi requisitada a abertura de um processo para o possível reconhecimento nacional deste acervo.

No final da reunião, Celso Furtado, Ministro da Cultura, fez uso da palavra e nos lembrou a missão incansável do IPHAN: o reconhecimento de um patrimônio não identificado e até mesmo desconhecido. Em suas palavras:

Estabelecer essa identidade estava longe de ser tarefa fácil. Seria mesmo tarefa “trabalhosa” e “espinhosa” [...]. Tratava-se de criar um quadro de especialistas que se fizessem presentes por todo o imenso Brasil; tratava-se de defender a integridade de um patrimônio que sequer havia sido identificado. E tudo isso em um País que pouco refletira sobre o seu passado, e marcado por profundo desencontro entre elites e povo. Acrescente-se que estamos longe de ser um País de identidade fácil de estabelecer. (SPHAN, 1986, p. 79 verso-80, Ata manuscrita).

Embora as palavras de Celso Furtado estabelecessem uma relação de culto ao patrimônio, por outro lado, nos lembram quão grande são as riquezas existentes em nosso país, com grande potencial em valor histórico e cultural. Suas palavras retratam o esforço incansável do IPHAN e seus conselheiros na missão de avaliar e identificar o patrimônio desconhecido no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste pequeno escrito sobre as leituras e análises do tombamento de Natividade, de fato, não conseguimos mensurar a grandeza do trabalho realizado e do esforço contido no dossiê de tombamento como forma de representar e expressar por meio das imagens a beleza e exuberância do patrimônio nativitano. Precisaríamos de mais fôlego para representar no papel algo tão relevante e simbólico para a memória, cultura e o patrimônio do Tocantins. Levando em consideração uma época em que pouco se tinha acesso aos materiais digitais, fruto do processo de modernização e das tecnologias.

Rememorar o dossiê de tombamento de Natividade é ao mesmo tempo um exercício reflexivo, pois damos voz ao documento primário com suas minuciosidades descritas nas narrativas da cidade e das preciosidades que esquecemos ao longo tempo. Além das riquezas naturais, o Estado do Tocantins é, acima de tudo, um protagonista na história e memória brasileira, tendo seus principais atores, que neste caso, são representados pelas cidades, objetos ou modo de fazer, pelos gostos e sabores. Termino este capítulo com uma citação da ata deste dia memorável proferida pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco: “[...] cultura emerge do povo, cultura emerge da tradição... a cultura emerge das formas espontâneas, dos pensamentos, mas sem tirar as forças populares.” (SPHAN, 1986, p. 78, verso).

Para a população nativitana e tocantinense, o tombamento da cidade torna-se um processo honroso e representativo, marcado pela presença de intelectuais que fizeram parte desta trajetória, em sua grande maioria *in memoriam*, mas que foram e são considerados eternos atores até os dias atuais, por seus escritos e suas considerações.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. 351 p.

IPHAN. **Ata da 24 Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 1987. 70-82 p. (documento manuscrito). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/198701124reuniaordinaria13dejaneiro.pdf> - Acesso em: 1 jun. 2020. (Ata do Tombamento do Município de Natividade-TO).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p.

SPHAN. **Pedido de tombamento do Conjunto Urbanístico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Natividade/GO**. Rio de Janeiro, 1986. (Memorando expedido para o Setor de Tombamento no Rio de Janeiro assinado por Dora M. S. de Alcântara).

RECONSTITUIÇÃO URBANA DE NATIVIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: UM EXERCÍCIO DE ESPACIALIZAÇÃO DA DÉCIMA URBANA

Nádia Mendes de Moura¹

INTRODUÇÃO

Natividade estava situada próximo a importantes estradas do Período Colonial, ligando o Arraial a Porto Real, Carmo e Arraias, entre outras localidades. Em uma escala mais alargada, estava a uma distância de 24 léguas do *Registro do Duro* (POHL, 1976), de onde se acessava a capitania de Pernambuco e seguia-se para os currais do São Francisco, a zona do gado de *Pastos Bons* no Maranhão e a capitania da Bahia. A implantação do arraial segue a orientação norte-sul e é banhado pelo Córrego Prainha na porção leste, que está a uma pequena distância do núcleo urbano.

As casas de Natividade em 1819 eram “todas térreas” e construídas com adobe e cobertas com telha, “enfileiradas uma ao lado da outra”, “com quintais fechados com muros de pedras ou tijolo”, constituindo “ruas largas, bastantes regulares, orladas de calçadas de xisto quartzífero” (POHL, 1976, p. 271). As ruas, porém, não eram calçadas. Os quintais eram murados por uma questão de segurança, devido às investidas dos indígenas (FERNANDES, 2015). A visão

1 Doutora no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU USP). Mestre no Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU UFBA). Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE UFBA). Arquiteta Urbanista (PUC GO). E-mail: nadiammoura@yahoo.com.br.

que Cunha Mattos (1979, p. 127) tinha de Natividade em 1824 era a de um arraial extenso, aprazível, com boas casas, belas ruas, largas praças. De acordo com o militar (CUNHA MATTOS, 1979), Natividade apresentava condições de ser cabeça de Comarca, tanto que lá viveu o Ouvidor Theotônio Segurado até 1815, quando se mudou para a Vila de São João da Palma.

Este capítulo apresenta um breve panorama urbano e social de Natividade em 1817, realizado por meio da espacialização dos dados da Décima Urbana do arraial. Nesse momento, a capitania de Goiás passava pela transição de uma economia predominantemente mineradora para a agropecuária. A historiografia tradicional trata desse período ressaltando a decadência que teria assolado toda a capitania, assunto que foi debatido em nossa tese de doutorado², sem cair no lugar-comum das generalizações. Enquanto alguns arraiais deixaram de existir ou tiveram um acentuado decréscimo populacional, Natividade apresentava um pequeno aumento no número de fogos. Em 1811 o arraial contava com 189 casas, tendo aumentado para 198 seis anos depois³.

O trabalho de espacialização dos dados da Décima Urbana é sempre desafiante, a começar por não existirem mapas de Natividade do início do século XIX. Nesse exercício, foi utilizado um mapa digital atual⁴, adaptado às prováveis condições daquela época, tendo como base o cruzamento de fontes variadas como iconografia de época (como as ilustrações de William Burchell e fotos antigas), cartografia⁵, bibliografia e narrativas de viajantes que passaram por lá,

2 Caso o leitor queira se aprofundar no assunto, o mesmo foi amplamente discutido na tese “Sertões de Mar a Mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)” (MOURA, 2018).

3 Fontes: Décimas Urbanas de Natividade de 1811 e 1817, arquivadas no MUBAN (Caixa 20, Pasta 1.1.4).

4 Como base para espacializar a Décima Urbana de Natividade, foi utilizada uma planta digital disponibilizada pelo IPHAN em extensão .dwg, posteriormente trabalhada em plataforma georreferenciada QGIS.

5 Os registros mais antigos encontrados na pesquisa remontam à década de 1970. Na pesquisa, foram analisados os mapas que estão no Escritório Técnico do IPHAN em Natividade e no Processo de Tombamento de Natividade (IPHAN, 1984).

como a do austríaco Pohl (1976) de 1819 e a *Corografia Histórica* de Cunha Mattos de 1824 (1979). O ano escolhido para o estudo foi o de 1817, de modo a cotejar a Décima com essas outras fontes, que versavam sobre o arraial naquele momento. Diante dessas e outras lacunas, é importante salientar que o mapa aqui apresentado é hipotético.

A Décima Urbana era um imposto predial que incidia nos imóveis urbanos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia, os imóveis em obras, arruinados ou desocupados e as casas cujos moradores vivessem em estado de pobreza – esses imóveis estavam isentos da cobrança do imposto. A Décima Urbana foi promulgada em junho de 1808, mas passou a ser aplicada na capitania de Goiás apenas a partir de 1810.

O arquivo do Museu das Bandeiras (MUBAN), localizado na cidade de Goiás-GO, abriga as Décimas Urbanas de Natividade de 1810 a 1817, além da documentação referente a Vila Boa, Araxá, Desemboque, Arraias, Bonfim, Carmo, Cavalcante, Conceição, Crixás, Flores, Meia Ponte, Pilar, Santa Cruz, Santa Luzia, São José e Traíras, incorporando antigas localidades da capitania de Goiás, correspondente aos atuais estados de Tocantins, Goiás e Minas Gerais.

DÉCIMA URBANA

A Décima Urbana apresenta informações muito pertinentes para análise do sítio urbano, a começar por informar o número de casas por cidade. A título de comparação, de acordo com a Décima Urbana de 1809, São Paulo tinha 1.281 imóveis (BUENO, 2005) e Vila Boa em 1810 tinha 698 fogos. Alguns anos depois, Vila Boa já apresentava 725 imóveis em 1818, Meia Ponte (atual Pirenópolis) 308 casas em 1819, Pilar possuía 284 em 1817 e Traíras (atual Tupiraçaba, distrito de Niquelândia), 213 fogos em 1817⁶.

6 Todos esses dados foram levantados nas Décimas Urbanas das respectivas cidades, disponibilizados no MUBAN (caixas 18 – 23).

Os *cadernos de lançamentos* das Décimas Urbanas da capitania de Goiás, em geral, apresentam a localização dos imóveis (nome da rua/largo/prça e sua numeração); a identificação do/a proprietário/a e do/a morador/a (em alguns casos, o imóvel estava alugado ou cedido); a situação do imóvel (se estava em uso, arruinado, em obras ou fechado) e a sua ocupação (ocupado ou desocupado); o rendimento anual do bem e o valor da décima (que equivalia a aproximadamente 10% do rendimento anual).

No caso de Natividade foram encontradas informações adicionais, apresentando também o valor do imóvel, o número de quartos por casa e a existência de outros cômodos como varanda, cozinha e quintal. Natividade também se diferenciava de outros cadastros de Décima Urbana por outro motivo, a forma com que os imóveis eram identificados nos logradouros. Na capitania de Goiás, era mais comum se cadastrar as edificações a partir do *lado direito* ou *lado esquerdo* da via, o que gerava uma certa confusão, já que o fiscal inventariante não estabelecia um ponto de referência para iniciar a numeração das casas. Em Natividade, o fiscal se valia dos pontos cardeais, o que, em tese, facilitaria o trabalho de espacialização dos dados. A dificuldade está no fato do fiscal confundir *lado ocidental* com *lado oriental*, conforme aconteceu no cadastro da Décima de 1817.

O valor cobrado pelo imposto estava relacionado ao potencial rendimento de aluguel anual do imóvel. No caso de edificação alugada, o valor cobrado pela Décima era facilmente identificado; se não estivesse alugada, era realizada uma avaliação do bem com base no seu potencial locatário anual, chegando-se a um valor estimado. Não fica claro quais critérios foram utilizados pelos membros da *Junta da Décima* nessas estimativas de valor. Em Natividade, assim como em outros núcleos da capitania de Goiás, a variedade

de valores atribuídos ao rendimento anual de imóveis localizados na mesma rua ou na mesma praça era marcante. Essa conformação urbana revelou interessantes aspectos, como o da *sociotopografia urbana*, ou seja, a forma como grupos sociais distintos se espacializam no sítio urbano, formando um espaço heterogêneo (LE GOFF, 1992, p. 185).

O *Caderno de Lançamento* da Décima Urbana de Natividade de 1817 corresponde a um único volume, cujos responsáveis foram nomeados por Theotônio Segurado, então Doutor Desembargador Corregedor e Ouvidor Geral da Comarca de São João da Palma. O Juiz Ordinário e Alferes Joaquim José de Cerqueira⁷ foi nomeado Superintendente da Décima Natividade, acompanhado de seus ajudantes, o escrivão/tabelião Honório José Fernandes, os oficiais carpinteiros Francisco Gomes Ramos e Procopio Pereira da Costa, o pedreiro José de Freitas e o Juiz de Órfãos Theotônio Carlos Ramalho, representante dos nobres.

Os 198 imóveis cadastrados na Décima Urbana de Natividade em 1817 estavam distribuídos pela *Rua Nova*, *Rua de São Benedito*, [*Rua Direita*]⁸, *Rua do Cruzeiro*, *Rua dos Caxoros*, *Rua dos Fuzis*, *Largo da Viúva*, *Largo da Praça*, *Rua da Matriz*, *Largo da Matriz*, *Rua da Contage* e *Beco de São Benedito*⁹. Como o fiscal cometeu alguns equívocos como trocar o nome de ruas ou confundir os lados em que os imóveis se encontravam nas vias, a consulta das Décimas Urbanas dos anos anteriores, sobretudo a de 1810 (por ser o primeiro ano a se ca-

7 O Juiz Ordinário era proprietário da casa nº 61 na [Rua Direita], de onde despachava como juiz e como superintendente da Décima Urbana, conforme consta na folha de rosto do Caderno de Lançamentos da Décima Urbana de 1817.

8 Na Décima Urbana de 1817, o logradouro foi identificado como “Rua Nova”, mesmo já tendo sido cadastrada anteriormente. Ao analisar as Décimas Urbanas dos anos anteriores, constatou-se que essa via era na realidade a Rua Direita, por isso o nome está sendo identificado entre colchetes.

9 De modo a preservar a grafia original dos nomes dos logradouros, os mesmos estão em itálico. Os nomes dos proprietários e moradores também foram mantidos como encontram-se originalmente no documento.

dastrar os imóveis), foi essencial para o desenvolvimento do trabalho.

Diante dessas imprecisões, e pela ausência de uma planta de Natividade elaborada no Período Colonial, existe uma margem de erro ao espacializar os dados. Esse desafio é aceito por todos aqueles que se aventuram na reconstituição dos núcleos urbanos do período colonial, em prol do aprofundamento dos estudos de história social e urbana. Como diria Maurício de Abreu (2010, p. 303) ao reconstituir a geografia histórica do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XVIII, o processo de reconstrução da cidade antiga é: “muito mais pretensioso do que realizável”.

Outro desafio ao espacializar os dados das Décimas Urbanas em uma base cartográfica é relacionar os antigos nomes dos logradouros com sua identificação atual. No caso de Natividade essa tarefa foi atenuada pois, em algumas ruas e praças da cidade, são encontradas placas com os nomes atuais das vias e sua nomenclatura antiga. Outras fontes contribuíram neste trabalho como o *Processo de Tombamento de Natividade* (IPHAN, 1984), os quadros relacionando a denominação antiga e atual dos logradouros dispostos na *Lei Municipal nº 12/1900* (RODRIGUES, 1978, p. 58, 59), além de conversa com nativitanos, detentores da memória local.

A toponímia confirma a localização de algumas vias, principalmente nos casos da *Rua de São Benedito*, *Rua da Matriz*, *Largo da Matriz* e *Largo da Praça*. A toponímia também traz pistas de equipamentos extintos, caso da Contagem e da Igreja do Terço. A *Rua da Contage*, localizada na saída sul de Natividade, revela a existência de um posto fiscal na estrada que conduzia aos arraiais de Conceição e Arraiais. Na *Rua da Matriz* foi cadastrado o imóvel nº 156 de propriedade da Secretaria do Terço, na mesma quadra onde estima-se que estava implantada a Igreja do Terço. De acordo com Rodrigues (1978), a igreja estava localizada na Rua da Praça, provavelmente na

esquina com a então Rua do Terço, cadastrada na Décima Urbana de 1817 como *Rua da Matriz*.

Se a toponímia contribuiu em alguns casos, em outros não ajudou muito. A identificação do *Beco de São Benedito*, por exemplo, continua sendo uma incógnita, uma vez que não foi encontrada na documentação pesquisada qualquer referência a esse beco. Próximo à Igreja de São Benedito foram detectados dois becos que poderiam ter sido o *Beco de São Benedito* em tempos remotos: o Beco Joaquim Costa e o Beco do Cemitério. Ao espacializar os imóveis da *Rua de São Benedito*, observou-se que o Beco Joaquim Costa seria composto basicamente pelos quintais dos imóveis da *Rua de São Benedito*. Por outro lado, no caso do Beco do Cemitério, a ocupação já é mais antiga. Considerando que os cemitérios foram implantados no Brasil a partir de 1828, é provável que o beco já estivesse ocupado em 1817¹⁰ e teria guiado a instalação do cemitério anos depois. Em função dessa dúvida e por não existirem provas mais substanciais, os imóveis do *Beco de São Benedito* foram identificados no mapa com a linha tracejada.

A identificação da *Rua dos Caxoros* também não foi fácil. Como não foi encontrada nenhuma documentação que embasasse a localização da via, foi levado em conta o fluxo do fiscal inventariante, que havia percorrido, nessa ordem, a *Rua do Cruzeiro*, a *Rua dos Caxoros* e a *Rua dos Fuzis*. Mesmo que a Décima Urbana tenha identificado somente duas casas nas proximidades das ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o registro de William Burchell (FERREZ, 1981) revela uma ocupação mais consolidada em 1828, com casas dispostas parede-meia. Durante a pesquisa, chegou a informação de que antigamente esse trecho da *Rua do Cruzeiro* era conhecido pelo nome de Rua dos Cachorros, mas com o passar dos anos o nome original caiu em desuso e foi substituído por Largo do Rosário. Assim como

10 Naquele ano havia apenas uma casa habitada no beco, sendo as outras 3 desocupadas.

no caso dos imóveis do *Beco de São Benedito*, as casas da *Rua dos Caxoros* foram representadas no mapa com linha tracejada, por seu caráter conjectural.

Figura 1 – Registro de Burchell da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e possíveis casas da Rua dos Caxoros em 1828



Fonte: FERREZ, 1981.

Outro logradouro que teve seus imóveis representados em linha tracejada foi a *Rua do Cruzeiro*, sobretudo na proximidade da *Rua dos Caxoros*. Como a *Rua do Cruzeiro* foi uma das que mais passaram por alterações nas edificações, raros são os remanescentes dos séculos XVIII e XIX, o que dificulta a identificação e localização correta das casas cadastradas em 1817. De acordo com a Décima Urbana daquele ano, foi identificada a existência de apenas dois imóveis no *lado oriental*, ocupado sobretudo pelos quintais das casas das ruas do *Fuzil* e *Direita*. O *lado ocidental* da *Rua do Cruzeiro*, por sua vez, apresentava um

número mais expressivo de imóveis, composto por 20 unidades distribuídas entre as duas extremidades da via. A concentração era maior nas proximidades da Igreja de São Benedito e outro ponto de provável adensamento seria na transição com a *Rua dos Caxoros*. Como não foram encontrados registros iconográficos históricos da *Rua do Cruzeiro*, fica difícil estabelecer a ocupação dos imóveis e mesmo o desenho urbano original, que sofreu alterações principalmente no trecho de ligação do centro histórico com a parte nova da cidade.

Uma vez relacionadas as ruas, sistematizadas as informações da Décima Urbana em planilhas e organizado o mapa conjectural dos oitocentos, chegou o momento de espacializar os dados lote a lote, em base georreferenciada. O novo desafio estava lançado, já que a lógica do fiscal inventariante ao cadastrar os imóveis não era muito clara. O *Largo da Matriz* foi um desses casos difíceis de vislumbrar o trajeto feito, tanto que no meio do percurso foi incorporado o cadastro de imóveis da antiga *Rua do Meyo*¹¹, atual Rua Modestina, e depois retomada a identificação das casas do largo.

No *Largo da Praça* estava localizada a Cadeia e, anos depois, foi edificada a Câmara, mais tarde ocupada pela Prefeitura Municipal. A atual Praça Leopoldo de Bulhões também já foi chamada de Largo do Concelho, em função do equipamento urbano que comportava. O *Largo da Praça* passou por transformações em sua configuração urbana, com a construção de canteiros e a instalação de mobiliário urbano, o que alterou a sua feição mais antiga. Por conta disso, ao espacializar os imóveis do *Largo da Praça*, surgiu a dúvida de como seria a sua forma original, uma vez que estava diretamente conectado com as ruas *dos Fuzis*, *Direita*, *do Meyo* e *da Matriz*. A dificuldade em fechar o formato do largo acentuou-se na medida em que foi constatada a existência de

11 Imóveis na Rua do Meyo foram cadastrados na Décima Urbana de Natividade de 1811, o que não voltou a se repetir nos anos posteriores. Curiosamente, nos anos 1816 e 1817, esses imóveis foram cadastrados, porém incorporados ao Largo da Matriz.

um único imóvel¹² em um logradouro não-identificado¹³, cadastrado na continuação dos imóveis do *Largo da Praça*. O fiscal identificou as casas do largo nos lados *norte*, *ocidental* e *oriental* e a casa do tenente também no lado *norte*, no logradouro misterioso. Ao analisar o *Largo da Praça*, apenas o *lado sul* não havia sido cadastrado. Como a face sul é estreita, limitada a leste pela *Rua da Matriz* e a oeste pela *Rua do Meyo*, faria todo sentido a existência de poucos imóveis nessa testada. A partir daí surge uma possibilidade: o imóvel estaria no próprio *Largo da Praça*, localizado no *lado sul*¹⁴, vizinho à Igreja do Terço. Nesse cenário, o perímetro do *Largo da Praça* estaria completo, rodeado por imóveis em suas faces *norte*, *ocidental*, *oriental* e *sul*.

O terceiro largo de Natividade, cadastrado como *Largo da Viúva*, não apresentou maiores dificuldades quanto à espacialização dos imóveis. Dos 5 imóveis cadastrados na Décima Urbana de 1817, 4 deles eram pertencentes a mulheres e apenas 1 a um proprietário do sexo masculino. Verificando a Décima Urbana de Natividade de 1811, pode-se arriscar que a viúva a qual se refere o nome do largo seria Joanna Paula (casa nº 121¹⁵) ou Dona Antonia Maria Pereira¹⁶ (casas nºs 122 e 123¹⁷), uma vez que ambas continuaram vivendo no largo em 1817.

A Tabela 1 apresenta a relação dos nomes dos logradouros de acordo com a nomenclatura da Décima Urbana de 1817, nomes das

12 Um dos imóveis mais valorizados de Natividade em 1817, correspondente ao nº 144, do Tenente Joze Bernardino Senna Ferreira, com rendimento anual de 21\$000 réis. A casa possuía 7 quartos, cozinha e quintal.

13 Em alguns momentos, o fiscal inventariante se absteve de nomear os logradouros, mesmo registrando imóveis nessas vias. A charada foi resolvida ao cruzar os dados com as Décimas Urbanas de Natividade de anos anteriores.

14 O fiscal poderia ter cometido um novo engano, como fez em outros tantos logradouros de Natividade.

15 Casa com 5 quartos e quintal, com rendimento anual de 3\$600 réis.

16 Naquela época, “donas” eram mulheres brancas de origem nobre, normalmente filhas, casadas ou viúvas de homens com cargo de destaque na sociedade local.

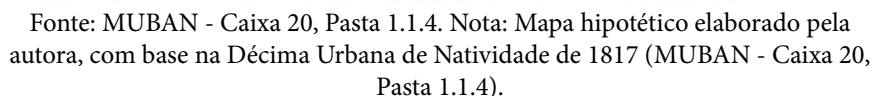
17 A casa nº 123 possuía 4 quartos e quintal, cujo rendimento anual era de 5\$400. A casa vizinha estava desocupada.

vias dos séculos XIX e XX e a identificação atual. O Mapa 1 localiza onde estariam essas ruas e largos no núcleo urbano.

Tabela 1 – Identificação dos logradouros de Natividade

NOME IDENTIFICADO NA DÉCIMA	NOMES POSTERIORES À DÉCIMA	NOME ATUAL
Rua Nova	Rua Nova	Rua 7 de Setembro
Rua de São Benedito	Largo São Benedito	Praça São Benedito Rua Major Flávio Araújo
Rua Direita	Rua Direita Rua 15 de Novembro Rua Getúlio Vargas	Rua Coronel Deocleciano Nunes
Rua do Cruzeiro	Rua do Rosário	Rua/Avenida dos Cruzeiros
Rua dos Caxoros	Praça da Ruína	Largo do Rosário
Rua dos Fuzis	Rua Formosa	Rua Major Júlio Nunes
Largo da Viúva	Praça/Rua do Pelourinho Rua 13 de Maio	Praça da Bandeira
Largo da Praça	Rua da Praça Praça do Concelho Praça do Governo Municipal	Praça Leopoldo de Bulhões
Rua da Matriz	Rua do Terço	Rua da União
Largo da Matriz	Largo da Matriz	Praça da Matriz
Rua da Contage	Rua da Contagem	Avenida Rafael Xavier
Beco de São Benedito	Beco Joaquim Costa	Beco Joaquim Costa

Fonte: Elaborada por Nádia Mendes de Moura, 2018.



Tomando como referência o “rendimento anual do imóvel”, duas das casas mais valorizadas estavam localizadas no *Largo da Praça*, duas na *Rua do Cruzeiro* e uma na *Rua Direita*, *Rua Nova* e no *Largo da Matriz* (Tabela 2). Embora o *Largo da Praça* e a *Rua do Cruzeiro* despontem como os logradouros com os imóveis mais valorizados em Natividade no ano de 1817, a sociotopografia revela que essas regiões não eram exclusividade de um determinado estrato da

população. Ao analisar os dados, o que se percebe é que pessoas de classes variadas eram vizinhas e conviviam na mesma rua ou largo.

Tabela 2 – Imóveis mais valorizados no arraial de Natividade em 1817 (valores em réis)

LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIOS	RENDIMENTO ANUAL	VALOR DO IMÓVEL	AMBIENTES
Largo da Praça, 126	Capitão Raimundo Fernandes Pereira	24\$000	192\$000	11Qs, V, C, Qtl
Rua do Cruzeiro, 83	Maria Joaquina Gomes	21\$000	180\$000	7Qs, V, C, Qtl
[Largo da Praça], 144	Tenente Joze Bernardino Senna Ferreira	21\$000	180\$000	7Qs, C, Qtl
[Rua Direita], 62	Dona Anna Raimunda de Campos	21\$000	140\$000	10Qs, C, Qtl
Rua Nova, 01	Vicente Rodriguez Ferreira de Santo Antonio	18\$000	144\$400	6Qs, V, C, Qtl
Largo da Matriz, 166	Reverendo Thome de Crasto Carneiro	18\$000	144\$000	7Qs, C, Qtl
Rua do Cruzeiro, 81	Manoel Ramalho Ortigas	18\$000	120\$000	8Qs, V, C, Qtl

Legenda: Qs – quartos; V – varanda; C – cozinha; Qtl – quintal. Fonte: Elaborada por Nádia Mendes de Moura, 2018 com base na Décima Urbana de Natividade de 1817 (MUBAN - Caixa 20, Pasta 1.1.4).

Na Tabela 2, foram sinalizados em negrito os nomes dos proprietários que possuíam mais de um imóvel em Natividade

em 1817. Desse universo, um grupo de 23 proprietários possuía 52 imóveis, o que equivale a pouco mais que 25% dos imóveis urbanos. Desse conjunto, 11 proprietários são do sexo masculino (3 deles padres e outros 3 militares), 10 do gênero feminino (sendo 3 donas) e 2 imóveis pertenciam à Confraria do Rozario. Desses 52 imóveis, 16 não estavam sendo utilizados (2 casas fechadas, 1 desmanchada e 13 sem morador) e o restante, equivalente a 36 casas, serviam para uso próprio (15 casas) ou alugadas (6 casas), além dos imóveis que estavam ocupados por pessoas que moravam “grátis” (15 casas). Essa, aliás, é uma peculiaridade própria de Natividade e gera o seguinte questionamento: que tipo de sociedade era essa, que possuía tantos agregados? Em alguns casos, os produtores de gado tinham suas fazendas como primeira residência e os imóveis do arraial ficavam fechados ou a cargo de agregados, ou seja, daqueles que “moravam grátis”. Uma outra hipótese diz respeito aos comerciantes que ficavam em trânsito com a “praça da Bahia” e passavam longos períodos fora de Natividade, deixando sua loja e a sua casa a cargo de terceiros.

Um outro fato que chama a atenção, é a quantidade de mulheres com imóveis próprios em Natividade – de donas a viúvas e miseráveis. Do total de 198 casas, elas eram proprietárias de 96, os homens possuíam 95 e as entidades religiosas, como as irmandades, tinham os 7 imóveis restantes. Isso equivale a cerca de 50% dos imóveis do arraial, sendo que a maioria estava em posse de suas proprietárias (70), enquanto alguns estavam alugados (5), outros cedidos a pessoas que moravam “grátis” (6) e o restante desocupados (15).

O concubinato era generalizado e a filiação natural acarretada por essas uniões era considerada natural, inclusive tendo como pais alguns párocos locais. Temis Parente (2005), embasada nos registros de batismos das Paróquias de Natividade e Porto Real, fez um quadro

comparativo com dados de outras regiões entre os séculos XVIII e XIX e constatou que o concubinato era mais recorrente nas regiões mineradoras, cuja permanência dos mineradores no sítio, num primeiro momento, não era o foco. Diante da realidade de uma sociedade móvel, em que as pessoas seguiam ao sabor de novas descobertas minerais e não se preocupavam em formar vínculos e formalizar o matrimônio, percebe-se que as mulheres foram importantes figuras do mercado imobiliário não só em Natividade, mas na capitania de Goiás como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio Almeida de. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro** (1502-1700). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2v.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo. Vol.13, n. 1, p. 59-97, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n1/a03v13n1.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2020.

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. **Chorographia histórica da província de Goyaz**. Goiânia: Convênio Sudeco/Governo de Goiás, 1979.

FERNANDES, Wátila Mislá. **Natividade: história, esplendor e resistência** [1734 – 1840]. Palmas: Nagô Editora, 2015.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Moreira Salles e Fundação Nacional próMemória, 1981.

IPHAN. **Processo nº 1.117 – T – 84**. Conjunto: Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Natividade - Goiás. Brasília: IPHAN, 1984.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar**: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830). 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio**: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.

RODRIGUES, J. Lopes. **Natividade**: fragmentos do passado. Natividade: Edição do autor, 1978.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

O SAGRADO E O PROFANO NAS FESTAS RELIGIOSAS: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM NATIVIDADE

Poliana Macedo de Sousa¹

INTRODUÇÃO

A festa do Divino Espírito Santo em Natividade é considerada uma festa tradicional no Tocantins, caracterizada principalmente por sua singularidade, em que alguns personagens, ritos e celebrações são distintos dos originários vindos com os colonizadores portugueses para o Brasil e, em consequência, para a região central do país.

É a partir da década de 80, do século XX, que as comemorações em torno do Divino Espírito Santo em Natividade se configuram no formato de império, seguindo assim até a atualidade.

A festa do Divino Espírito Santo segue o calendário cristão, com data móvel, celebrada cinquenta dias depois da Páscoa, precisamente no 7º domingo após a ressurreição de Jesus Cristo, em que símbolos como a pomba e a cor vermelha representam, respectivamente, o divino e o fogo, e estão presentes em toda parte, seja nas suas bandeiras, na decoração da igreja e até mesmo na vestimenta dos devotos e foliões.

Para entender a relação do sagrado e do profano com as festas populares devemos primeiro diferenciar cultura e religião. Entende-se que cultura em si, é em parte controladora do comportamento

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Mestra em Ciências do Ambiente (UFT). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFT/Palmas). E-mail: polimacedo@uft.edu.br

em sociedade, criando e recriando comportamentos, sendo algo difícil de não possuir significado. A religião seria então, um sistema de símbolos que atuam para estabelecer motivações nos homens, atuando na estruturação da percepção e do pensamento do mundo social.

Independentemente da complexidade de uma festa religiosa, o homem que vive sua religião sente a necessidade de participar do tempo sagrado, pois é um acontecimento que foi originado há muito tempo e que, por meio do rito, torna-se presente naquele momento. É o momento em que os participantes da festa saem de um tempo presente e se reúnem em torno do tempo sagrado e primordial naqueles dias. “O homem religioso sente a necessidade de mergulhar periodicamente neste tempo sagrado e indestrutível. Para ele, é o tempo sagrado que torna possível o outro tempo, ordinário, a duração profana em que se desenrola toda a humana existência” (ELIADE, 1975, p. 101-102).

Para Mircea Eliade (1979), o homem religioso sente a necessidade de reproduzir os mesmos gestos dos seus deuses, pois deseja e se esforça para viver muito perto do que considera que sejam atitudes corretas. Imitando os deuses, o homem mantém-se no sagrado e, por consequência, na realidade. E ainda, atualizando esses gestos divinos, o mundo permanece santificado.

O homem religioso quer ser diferente do que ele é no plano da sua existência profana, no mundo “real”. E, no tempo sagrado, tempo dos ritos e festas religiosas, ele quer se aproximar dos modelos divinos e ficar mais próximo de seus deuses, ele simula e recria outro indivíduo baseado nos mitos, nas histórias que foram contadas.

A relação do homem com a religião é proveniente das suas formas de falar com Deus. Dentre essas formas estão as solitárias e as coletivas, sendo que as últimas são as mais comuns de todas, pois é durante esse tipo de prece, em que todos pedem juntos, para que seus

pedidos subam aos céus e sejam atendidos pela divindade. Ainda sobre essa relação do homem com a religião, ela até pode ter outra forma diferenciada, mas a sua lógica estrutural é a mesma: “Em todos os casos, a relação existe e é pessoal, isto é, fundada na simpatia e na lealdade dos representantes deste mundo e do outro” (DAMATTA, 1986, p. 115).

Sendo assim, por religião entendemos a partir de Geertz (2008, p. 67), que seja:

Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Para Pierre Bourdieu que assume a ideia de Max Weber acerca da religião: “a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a ‘legitimação’ do poder dos ‘dominantes’ e para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 1998, p. 32). Porém, não aprofundaremos as discussões acerca da religião, mas sim no debate sobre a diferença entre o sagrado e o profano.

Sendo assim, para Eliade (1979), em sua obra “O Sagrado e o Profano: a essência das religiões”, estabeleceu-se uma primeira definição do sagrado: ele se opõe ao profano e ambos constituem duas modalidades existenciais assumidas pelo homem no mundo.

Nessa relação do homem religioso com o sagrado e o profano, temos as proibições que aparecem durante as cerimônias como: jogos, danças e músicas, o que acaba por acontecer fora dos espaços sagrados em que homens e mulheres, após cumprirem suas atividades em prol à sua divindade, vivem o tempo profano. Logo, por mais que

o homem seja orientado durante os ritos de uma festividade religiosa, a viver o modelo divino, o profano vem de encontro ao sagrado.

Com isso, o homem toma conhecimento do sagrado porque ele se manifesta e é algo totalmente diferente do profano, uma realidade que não pertence ao mundo em que se vive. E nas festas religiosas como expõe Émile Durkheim (2008), as representações coletivas passam a ser vistas como resultado de uma “consciência coletiva”, na qual pode-se observar que existe a transgressão das normas sociais, a coesão do grupo social e a produção de um estado de efervescência coletiva.

Nem sempre é fácil delimitar o espaço do sagrado e do profano quando analisamos as festas religiosas, pois ambos se misturam e se entrelaçam constantemente. O ritual da festa provoca momentos de sociabilização necessários para as pessoas. Milheiro (1996), afirma que esse ritual da festa faz com que os indivíduos saiam da rotina e vivam algo singular e diferente do seu ritmo de vida, algo que se tornou um triunfo dos valores estabelecidos. Assim, a festa foi utilizada habilmente pelos governantes como afirmação de poder e pela hierarquia da Igreja Católica como afirmação de fé.

A festa aparece como movimento que não deixa de ser igual, de repetir, sendo diferente e inovador, reciclando e integrando, qual memória que não deixa de ter um presente alicerçado em pilares estruturantes do passado, das origens. Esta dimensão faz da festa um acontecimento aglutinador e de convergência, um ponto de encontro de gerações, da comunidade, uma espécie de rotunda por onde todos passam para e tomar um sentido certo. Ela é lugar de memória, mas também porque actualiza os elementos que tornam cada comunidade diferente, com uma consistência própria (LIMA, 2000, p. 251-252).

Abordando os espaços sagrados e profanos que norteiam essas festas religiosas, Durkheim (2008) afirma que na presença do sagrado, com suas crenças, símbolos e ritos coletivos, conservam-se e reforçam-se as ideias e sentimentos coletivos da própria sociedade. E ainda, que o profano tem que existir para se relacionar com o sagrado, ou seja, justificar o significado do sagrado nessas festividades.

A coisa sagrada é, por excelência, aquela que o profano não deve, não pode impunemente tocar. Certamente, essas interdições não poderiam desenvolver-se a ponto de tornar impossível toda comunicação entre os dois mundos; porque se o profano não pudesse de nenhuma forma entrar em relação com o sagrado, este não serviria para nada (DURKHEIM, 2008, p. 72).

Portanto, já que o sagrado e o profano não podem deixar de existir sem a presença um do outro, é nas festas religiosas que essa relação se consolida. Assim, o tempo sagrado é indefinidamente recuperável e repetido, e se atualiza a cada evento sagrado, encontrando-se a cada festa, e se mantém igual, não muda e não se esgota, é eterno.

Já o tempo profano seria todo aquele que não passa por esse período sagrado e acontece nos momentos destinados para tal, ou seja, após as celebrações sagradas, nos intervalos de ritos das festas religiosas, na dança, nos encontros e rodas de conversas, nos pousos das folias, assim como acontece na festa do Divino Espírito Santo em Natividade.

A festa religiosa também se caracteriza por sua atualização de acontecimentos e por reviver momentos, passando a ser uma história sagrada com a presença de Deus. Com isso, para o homem religioso, a festa não é só a comemoração de um acontecimento mítico (e, portanto, religioso), mas sim uma atualização de compromisso, fortale-

cimento da sua fé em suas divindades, vivenciando o tempo sagrado e ainda, uma maneira do homem seguir o modelo divino.

A ORIGEM DA FESTA

Caracterizada como uma festa católica, um sinal de partilha e de compromisso na missão de reunir os fiéis em torno da mensagem de Jesus Cristo, a festa de Pentecostes dá lugar às manifestações comunitárias em que as pessoas do campo juntavam-se na cidade mais próxima, seguindo em procissão, cantando e dançando em louvor ao Divino Espírito Santo.

A festa em celebração a Pentecostes ou, como se conhece no Brasil, Festa do Divino Espírito Santo ou somente Festa do Divino, teve sua origem em Portugal com expansão do seu culto por toda a Europa Ocidental, durante o século XII, com grande influência fomentadora de ordens religiosas como os franciscanos, o patrocínio do poder real que influenciava a participação das classes sociais mais ricas, o seu caráter caritativo de dar comida aos pobres (o que tinha grande popularidade), além dos cortejos e cerimoniais ricos e suntuosos, com espetáculos impressionantes, bem como a implementação desse culto, preferencialmente em zonas de influência dos grandes centros (ABREU, 1999).

Em Alenquer, região sudoeste de Portugal e distante 50km de Lisboa, deu-se a implantação do modelo de “império” e que este teve papel de grande significância a Rainha Isabel de Aragão, que influenciou o culto por todo o país, nos séculos XIV e XV e, a partir de Portugal chegou às ilhas da Madeira e Açores, onde tem continuidade até os dias de hoje, além do Brasil (LOPES, 2004).

No entanto, tal tradição da qual a Rainha Isabel de Aragão é a precursora do culto ao Espírito Santo é contrariada pela existência de documentação mais antiga que se refere à existência de modelos

culturais desta natureza anteriores, ligados intimamente às confrarias do Espírito Santo e cujos dados, apesar de escassos, parecem (se tomados em termos globais) indiscutíveis (LOPES, 2004).

A festa chegou ao Brasil por meio da colonização dos portugueses. De um modo geral, as festas do Divino Espírito Santo tiveram um ciclo de implementação, expansão e decadência na história de Portugal. Contudo, as escassas e pouco precisas referências que possuímos acerca das origens das festas do divino em terras brasileiras, ainda hoje vivas, nos remetem principalmente ao período compreendido entre o primeiro e o terceiro quartos do século XIX, embora, por exemplo, em Pirenópolis, no Estado de Goiás, a mesma parece ter sido introduzida em meados do século XVIII, à semelhança, aliás, de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo com informações remontando a 1751 (ABREU, 1999).

Assim, as festas foram introduzidas no Brasil com as Entradas e Bandeiras como apontam alguns autores brasileiros e portugueses. As folias foram precursoras dos populares festejos do Espírito Santo pelo interior do Brasil por se ambientarem geralmente na roça.

Já no Tocantins, as festas são comemoradas de janeiro a julho, de acordo com as características de cada localidade, sendo realizadas em várias cidades, especialmente na região sudeste e central do estado. São elas: Almas, Santa Rosa, Chapada de Natividade, Peixe, Silvanópolis, Paranã, Conceição do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Araguaçema, Araguaçu, Monte do Carmo e Natividade.

NATIVIDADE E A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Em Natividade, a preparação para a festa inicia-se um ano antes com o sorteio dos festeiros na Missa de Coroação do Imperador no Dia de Pentecostes. Nesse dia, os despachantes já informam se vão ou não ‘soltar’ alguma folia, ajudando o Imperador e o Capitão do

Mastro na busca de donativos (dinheiro ou produtos) para realização da festa.

Com o passar do ano, as atividades em torno da festa continuam: reuniões para escolha dos alferes, foliões, locais e roteiros dos pousos, composição de músicas, entre outros. Até a chegada do dia das celebrações mais solenes como a saída das folias, que acontece no domingo de Páscoa da Semana Santa, os quarenta dias de Giro das Folias, a Festa do Capitão do Mastro, Coroação e Festa do Imperador do Divino Espírito Santo.

Antes, durante e depois da festa do Divino Espírito Santo em Natividade, em todo o processo de organização da mesma, confirma-se que as pessoas envolvidas, cada qual com sua habilidade, trabalham para conseguir realizá-la da melhor maneira possível, com abundância de comida e bebida.

A festa é caracterizada por ser uma festa comunitária, solene e repleta de ritos, predominando o dever e a obrigação por parte de todos, seja na preparação das comidas, nos pousos, no giro das folias e em todos os rituais que a complementam.

Para que um ritual religioso popular cumpra o que se espera dele, é preciso que tudo seja feito observando regras rigorosas de conduta. Todos os momentos são prescritos e neles, todos os gestos individuais e coletivos também. Alguns versos podem ser improvisados, mas os atos que os acompanham não. Cantos, rezas, posturas de corpo, detalhes de trocas entre pessoas – entre foliões, entre foliões e moradores, entre foliões e promesseiros, acompanhantes – necessitam ser, ao longo de cada jornada anual, rigorosamente cumpridos em cada casa, em cada momento de chegar, de pedir, de comer, de agradecer, de abençoar, de partir, para que tudo seja a repetição de um demorado mo-

mento de culto coletivo que reinventa uma tradição acreditada, porque se repete todos os anos da mesma maneira. Tudo deve ser feito como sempre foi, para que tudo seja como todos sabem que é e acreditam que deva ser (BRANDÃO, 2010, p. 71).

No início das comemorações da Semana Santa, as celebrações oficiais da festa do Divino Espírito Santo tomam corpo e é quando se inicia a preparação das folias com a saídas das tropas em busca de donativos, uma vez que em troca dessas doações, os foliões evangelizam as pessoas por onde passam.

Nesse processo todo de preparação das tropas que saem nas folias estão: conseguir animais e equipamentos para montaria e obter mantimentos que serão consumidos antes e durante a viagem, como os bolos de arroz e petas.

No Domingo de Páscoa, as folias saem para o seu giro de quarenta dias, porém a preparação e o trabalho dos despachantes e festeiros já havia iniciado meses antes. No Sábado de Aleluia, a movimentação em torno da festa do Divino Espírito Santo toma conta das ruas. As folias são compostas por, em média, 15 foliões, homens de todas as classes sociais e devotos do Divino, que percorrem junto com a folia a zona rural, os povoados e cidades circunvizinhas. Esses foliões também são os músicos que compõem e cantam catiras em rodas, tocam e dançam onde quer que cheguem com a bandeira do Divino.

A festa reproduz não somente as suas manifestações tradicionais, como também uma ordem de relações especializadas entre os atores locais, com uma hierarquia coletivamente estabelecida e legitimada, em que “a negociação constante entre os atores institucionalizados eclesiais e leigos orientavam as pautas de ação do projeto de promoção do evento, mesmo que tensionados por conflitos constantes” (LOPES, 2014, p. 137).

Figura 1 – A Festa do Divino Espírito Santo



Fonte: (A) Flávio Pereira, 2010; (B) Poliana Sousa, 2010; (C) Emerson Silva, 2010; (D) (E) Poliana Sousa, 2019; (F) (G) Poliana Sousa, 2011. Nota: (A) Encontro das Foliás do Divino; (B) Busca do Mastro reúne devotos em procissão com velas de cera; (C) Coroação do Imperador do Divino; (D) Cortejo do Imperador pelas ruas de Natividade; (E) Chegada dos Alferes à Missa Solene do Imperador; (F) Foliões entoam o Bendito no Pousa da Folia do Outro Lado; (G) Devoto se ajoelha para beijar a bandeira do Divino na Saída das Foliás.

O giro de quarenta dias termina em uma quinta-feira, dez dias antes da comemoração do Dia de Pentecostes, que é quando acontece o encontro das folias na praça da Igreja Matriz no centro histórico de Natividade, local em que os foliões assinam o termo de compromisso com o Imperador, cumprimentam os presentes com as vênias da bandeira do Divino e entoam cânticos com muita alegria.

No Encontro das Folias, a comunidade comparece em grande número para celebrar esse momento. Homens, mulheres, jovens e crianças se reúnem em torno do pátio feito especialmente para esse momento da festa. Nem o sol forte, sempre presente na época da festa, desanima os devotos.

Nos dias que antecedem as festas solenes, nesse caso a Esmola Geral, a Festa do Capitão e a Festa do Imperador, os devotos concentram-se nos locais onde as mesmas serão realizadas para ajudar na organização das ornamentações, da alimentação, entre outros tantos afazeres para os próximos dias de festas em tributo ao Divino.

No sábado acontece a Esmola Geral e a Festa do Capitão do Mastro. No período da manhã, as mulheres da comunidade (em sua maioria idosas) organizam a Igreja Matriz para a saída da Esmola Geral que acontece por volta das 15h, toda a igreja é enfeitada na cor vermelha. As bandeiras do Divino chegam de diversas localidades e são abençoadas pelo padre. Geralmente são bandeiras de devotos, ex-festeiros, promesseiros, doadores e novas bandeiras. A Bandeira da Misericórdia e demais bandeiras do Divino percorrem toda a cidade de Natividade, recebendo donativos e abençoando casas e o devoto que se ajoelha aos pés dela, beijando-a e fazendo sua prece.

A festa do Capitão do Mastro acontece no período da noite, logo após a missa. O início da festa do Capitão se dá quando ele é levado de sua casa até a porta da igreja, onde é realizada a missa em sua celebração, em cima de um mastro de aproximadamente cinco

metros de altura. A população acompanha o mastro até a Praça da Igreja, em um cortejo regado de música, iluminado por velas artesanais feitas com cera de abelha e com danças.

Em 2010, ocorreram mudanças na festa do Divino Espírito Santo, sendo o último ano em que a Coroação e Missa Solene do Dia de Pentecostes aconteceram na Igreja Matriz, no centro histórico de Natividade. Atualmente, a Coroação acontece na casa do Imperador (retorno da tradição, conforme os devotos) e a Missa Solene na Igreja do Divino Espírito Santo, que fica fora do centro histórico, na entrada da cidade. Depois da missa, o Imperador oferece comida e distribui licores, bolos, doces e biscoitos, além de uma grande festa com música ao vivo. Tudo em homenagem ao Divino Espírito Santo.

É a partir do sorteio dos festeiros que um novo ciclo se inicia, novas famílias são inseridas nesse contexto e a devoção permanece. Regidos pelas regras de um código estabelecido durante anos, os devotos e foliões do Divino Espírito Santo acompanham esses ritos do que pode ou se deve fazer em cada momento e o que e como deve ser feito. Em determinados momentos, sendo protagonistas ou apenas coadjuvantes dentro dessa relação.

Sobre o papel da religião, percebe-se que ela cumpre uma função social, bem como o espaço e o lugar das festas religiosas, que se transformam à medida em que adquirem definição e significado. Por exemplo, o rancho de uma fazenda ao receber uma folia do Divino torna-se em lugar sagrado e de evangelização. Bem como uma casa, de uma rua qualquer de Natividade, que vira espaço de festa, de bênção e a representação do Império do Divino. E, ainda, a praça da Igreja Matriz que na Saída ou no Encontro das Folias é lugar de chegada e despedida de uma missão religiosa, em que os atos de dar, receber e retribuir são uma constante na vida dos devotos e foliões do Divino Espírito Santo.

Por fim, é constante essa relação do sagrado e do profano dentro da festa do Divino Espírito Santo em Natividade, uma vez que o homem religioso sente a necessidade de participar do tempo sagrado, pois é um acontecimento que foi originado há muito tempo e que por meio do rito retoma sua importância naquele momento. Com isso, é no tempo sagrado - no tempo dos ritos e festas religiosas -, em que homem quer se aproximar dos modelos divinos e ficar mais próximo de seus deuses, simulando e recriando seus ritos, personagens e reforçando sua devoção. E, é no tempo profano que o homem demonstra seu regozijo em celebrar o tempo sagrado possibilitado pela festa em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na festa do Divino Espírito Santo em Natividade que encontramos essa manifestação de fé coletiva, em que o indivíduo deixa de ser um só e passa a compartilhar com toda uma comunidade sua religião, sua fé e fortalece seu comprometimento com o sagrado, muitas vezes em forma de promessas, ofertas ou sacrifícios. Significando assim, ser algo mais forte e representativo da fé de cada indivíduo.

E o que podemos entender dessa relação entre sagrado e profano na festa do Divino? Ora o sagrado se opõe ao profano e o profano se opõe ao sagrado. E, para o homem, tanto o sagrado como o profano existem no mesmo mundo. Porém, nem sempre é fácil delimitar o espaço do sagrado e do profano quando analisamos as festas religiosas, principalmente a festa do Divino Espírito Santo em Natividade, pois ambos espaços se misturam e se entrelaçam constantemente, uma vez que o ritual da festa provoca momentos de sociabilização necessários para os indivíduos que ali estão.

A festa surge como um movimento que não deixa de ser igual, há repetição dos ritos, mas que são diferentes e inovadores a cada

ano, pois ela recicla e integra os acontecimentos, a memória e deixa o passado e o presente mais próximos. Sendo assim, tudo que é ligado à religião oficial/igreja é visto, estudado e separado como espaço sagrado: o local de encontro do homem com o divino. Já o espaço profano é tudo que está fora ou à margem da igreja, como: o comércio, a dança e o divertimento.

Em Natividade, a festa do Divino Espírito Santo não é apenas a comemoração de um acontecimento religioso, mas sim, uma atualização de compromisso e de fé com o sagrado, uma forma do homem seguir o modelo divino. E, por mais que o homem seja orientado durante os ritos, o profano sempre vem de encontro ao sagrado, uma vez que durante as cerimônias existem proibições que poderão ser vividas no lado de fora dos espaços sagrados, local em que eles podem então vivenciar o tempo profano.

Portanto, é nos espaços das festas religiosas que o sagrado e o profano se encontram. É por meio do sagrado que o homem passa a viver outra realidade: a do tempo festivo, que é diferente do tempo que ele vive. E, é por meio da realização da festa do Divino Espírito Santo em Natividade que se repassa para a comunidade a sacralidade dos modelos de fé a serem seguidos, além dos ritos profanos vivenciados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Prece e folia: festa e romaria**. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das Religiões**. Tradução Rogério Fernandes. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1975. (Coleção Vida e Cultura)

GEERTZ, Clifford, **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LIMA, José. Festa. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

LOPES, Aurélio. **Devoção e poder nas Festas do Espírito Santo**. [S.l.]: Edições Cosmos, 2004.

LOPES, José Rogério. Coleções de fé, fluxos materiais e hibridismos nas festas religiosas. **Ciencias Sociales Y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 16, n. 20, p.134-153, jan./jun de 2014.

MILHEIRO, Maria Manuela. A arte e a festa: o sagrado, o lúdico e o efêmero. **Cadernos do Noroeste**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 83-102, 1996.

CONSTRUINDO CASAS E OFÍCIOS: MESTRES E ARTÍFICES DA CONSTRUÇÃO TRADICIONAL EM NATIVIDADE-TÔ

Francisco Phelipe Cunha Paz¹

“No fundo, aquilo que o homem do povo faz é malcriação. É malcriação com aquilo que os arquitetos de hoje fazem” (BO BARDI apud FERRAZ, M. C, 1996, p. 222).

INTRODUÇÃO

Este texto é um desdobramento da pesquisa “*Retalhos de Sabença: ofícios, saberes e modos de fazer dos mestres e artífices da construção tradicional em Natividade – Tocantins*” desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre os anos de 2010 e 2013. E possui como objetivo evidenciar as experiências e trajetórias dos mestres e artífices que guardaram e guardam os saberes da construção tradicional em Natividade, ciente que uma pesquisa de memória é, pelo menos em um primeiro momento, uma luta contra o esquecimento. Com esse fim, visa-se romper com o silenciamento que existe sobre as trajetórias dos mestres tradicionais, profissionais a quem Lúcio Costa reconhecia a missão de terem exercido sozinhos a função de guardar

¹ Historiador (UFPI), Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN), Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação internacional (UnB). Pesquisador da Associação Religiosa e Cultural Ilê Axé T’Ojú Labá, Membro do Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-brasileiras – Calundu e Núcleo de Estudos de Filosofia Africana – NEFA/UnB. E-mail: phelipecunhapaz@gmail.com.

a “boa” tradição de construir e contribuem de maneira significativa para a preservação do patrimônio cultural nativitano.

CASA, CHOÇA E CHOUPANA: OS MODOS DE CONSTRUIR E MORAR DO TERRITÓRIO DE NATIVIDADE

Seja qual for a linha interpretativa quanto à ocupação e povoamento do Goiás colonial que se escolha, não há como negar que todas as primeiras investidas sobre a região tiveram caráter efêmero. Logo que enriqueciam, os povoadores retornavam às suas regiões de origem. Tropeiros, mineiros, funcionários administrativos da coroa, poucos foram aqueles que logo efetivamente se estabeleceram em terras goianas (BARROS, 1995; PAZ, 2013).

Nesse contexto, os primeiros esforços para solucionar os problemas de habitação levaram à construção de moradias e outras obras que tinham como característica principal a rusticidade e fragilidade, reflexo do “espírito de passagem” que muitos autores afirmaram ter sido o traço definidor de quem as fazia. Uma espécie de “chegar, trabalhar e enriquecer” e depois partir (PAZ, 2013). Recupera-se essa breve passagem sobre a ocupação colonial para sustentar a ideia de que a compreensão das formas de ocupação, das atividades executadas e das principais rotas comerciais e migratórias pode ter muito a informar sobre como foi o processo de construção dos saberes e fazeres da construção tradicional em território do antigo norte goiano, hoje, Tocantins.

Muitos desses primeiros povoamentos de curta duração podem ser definidos como grandes improvisos. Outros, que se tornaram grandes arraiais, parecem ter surgido unicamente para sanar necessidades momentâneas surgidas da descoberta das minas e de sua exploração (DUBUGRAS, 1965). Próximos às beiras de rios e lavras, pequenos acampamentos eram construídos para servirem de apoio

para descanso dos negros e animais, armazenamento de mantimentos, ferramentas e do ouro já explorado. Dubugras (1965) afirma que segundo a tradição oral, a “rua”, como eram conhecidos esses lugares, foram espaços nos quais eram vendidos alimentos, vestes e outros itens básicos para os mineradores e escravos.

As primeiras construções em grande parte das lavras de mineração eram basicamente barracas feitas com armações simples de madeira fincadas no chão, prendidas entre si por uma corda de fibra vegetal ou couro criando uma estrutura mínima para suportar uma cobertura de palha, ou ainda construções em pedra e barro, também cobertas de palhas (DUBUGRAS, 1965). Esses processos construtivos foram fruto da convivência do homem com o meio, da ausência de materiais beneficiados e mão-de-obra especializada nos padrões que vigoravam em outros centros coloniais, mas principalmente do quadro de necessidades criadas pela atividade dominante na área.

Apesar de não haver documentos oficiais que informem especificamente sobre os aspectos das primeiras habitações de Natividade, pode-se, a partir de algumas evidências como as construções coloniais que ainda hoje resistem na paisagem, oralidade e memória social de seus moradores, reconstruir os processos de construção das primeiras choças, choupanas e casas nativitanas que não se diferenciam profundamente de outros exemplos da região.

As primeiras soluções de moradia foram tecnicamente simples, de baixo custo, rápida edificação e despojadas de valor estético clássico e de comodidades comuns às construções coloniais de outras regiões do Brasil como Ouro Preto e Recife. É possível observar que as preocupações se voltavam para um universo “prático-utilitário”, necessidades demandadas pela mineração e a vida simples na cidade do interior goiano, ao ponto de viajantes que pelo arraial passavam afirmarem que era impossível distinguir a casa de um senhor da de

seu escravo ou empregado. A adaptação às necessidades cotidianas, climáticas, limitações tecnológicas e geográficas irão compor a paisagem urbana do Arraial de Natividade durante quase dois séculos (VAZ, 2004). Sobre esses aspectos, Vauthier, a partir da sua estadia em Recife, nos ajuda a entender, ao afirmar que o espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América se desenvolveria, porém, de modo mais acentuado na arquitetura doméstica; e mais por obra e graça dos mestres de obras, do que por esforço e ciência dos eruditos (VAUTHIER, 1941).

São marcas das construções dos primeiros anos do povoamento, a técnica e o saber fazer do pau-a-pique (taipa e taipa de mão) e as construções em pedra, que tinham entre seus principais elementos, matérias-primas encontradas em grande quantidade na região e que não demandavam grande domínio técnico de seus construtores. Em Natividade, esses dois modos de fazer sempre apareceram como as primeiras soluções até a primeira metade do século XIX. Dentro dos principais exemplares do segundo tipo de construção – em pedra – estão as ruínas do Arraial de São Luís e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Esta última obra, iniciada ainda no século XVIII por ordem do alferes negro José Rodrigues, da companhia dos Henriques, nunca chegou a ser concluída, mas surpreende pelo porte e arrojo da construção. Cunha Mattos em viagem realizada no ano de 1874 destaca o trabalho realizado no arco da igreja como de um grande “bom gosto e entendimento”; Pohl, anos antes - 1837 - afirma que “concluída, seria a primeira das igrejas de toda a capitania” (CUNHA MATTOS, 1875, p. 39; POHL, 1937 apud CASTRO, 2003, p. 24).

Depois de pouco menos de 100 anos de sua formação, Natividade já era descrita por alguns viajantes como um arraial extenso, com um grande número de casas, ruas largas e boas casas, superando

os aspectos de rusticidade e fragilidade que marca seus primeiros anos.

O austríaco Johann Emanuel Pohl assim a descreve:

[...] Seu aspecto exterior não é nem pitoresco, nem muito convidativo. O número das casas sobe a 300, todas de andar térreo, construídas com adôbe, cobertas de telha e dispostas umas contíguas as outras. Elas formam ruas bastante largas e regulares, guarnecida de calçadas de laje. Os quintais são em sua maioria cercados com muro de pedra ou adôbe” (POHL, 1837, p. 295 apud PAZ, 2013, p. 46).

O viajante esteve na capitania goiana entre 1819 e 1820 e, aponta na sua visita a Natividade, a existência de um dos maiores números de fogos da região, o alinhamento das casas no traçado urbano construídas uma ao lado da outra, formando assim, ruas largas, regulares e com grandes quintais. Na passagem de Pohl pelo arraial, percebe-se que a técnica do adobe já aparece como o principal modo de fazer das casas, superando o uso da pedra, o pau-a-pique e a taipa de pilão, além da predominância das telhas de barro, ou seja, a terra é à época, a principal matéria-prima da construção. Burchell esteve na cidade por volta do ano de 1828 e seus desenhos comprovam as imagens narradas por Pohl e mostram que ainda existiam casas de barro cobertas por palhas. (BARROS, 1995; PAZ, 2013).

O porte das edificações, também destacado por Pohl, pode informar sobre as condições socioeconômicas do arraial, os modos de fazer e a mão-de-obra disponível na região. Segundo o viajante são todas edificações térreas, “rés-do-chão” e sem a presença de elementos plásticos na fachada que merecessem destaque, feitas basicamente com soluções simples. No século XIX as casas já são frutos de um processo construtivo mais elaborado, adaptado às condições

naturais do Brasil central no que tange às matérias-primas e à mão-de-obra.

Natividade foi construída sem ter um plano prévio de arruamento, devido ao tipo de ocupação, de transporte, as atividades exercidas, a circulação de pessoas e mercadorias, a espontânea disposição dos casarios e a existência da serra e do córrego. As posições das casas deram linhas às ruas, criaram becos e definiram a particularidade de cada edificação na paisagem. A “evolução” do núcleo urbano fica mais evidente quando o foco da análise se volta para transformações nos espaços internos das habitações urbanas, principalmente nas casas da elite, pois nas residências rurais, nas sedes das fazendas e nas casas urbanas de homens livres e pobres, a simplicidade e a objetividade estrutural, bem como a ausência de adornos, o pouco número de cômodos e o uso da técnica de pau a pique, ainda eram predominantes.

À medida que avançou o século XIX, a morada da elite nativitana se distanciou cada vez mais de uma simples construção, um abrigo com a função de moradia onde predominavam as soluções simples e rápidas com a função apenas de sanar necessidades imediatas das intempéries do clima. Novos componentes foram sendo inseridos nas construções, um sinal de melhoria e distanciamento das edificações dos primeiros colonos.

Essas transformações anunciavam tanto um novo gosto por um embelezamento estético, quanto representavam esforços de distinção social e indicação de *status* econômico. Os recursos de ornamentação servem para se pensar, para além da situação financeira do proprietário, sobre a “criatividade e engenhosidade do construtor” (VAZ, 2004). Já Carlos Lemos (1999) afirma que essas transformações não evidenciam só novos gostos, mas também novas técnicas construtivas e saberes tradicionais que seguiram as “transformações

do dia a dia familiar [...] à medida que o tempo e o dinheiro permitiam” (LEMOS, 1999, p. 6).

Os oficiais mecânicos, mestres de obras, “arquitetos práticos” passaram a conviver com essas novas demandas, a pensar uma nova distribuição, disposição e dimensão dos cômodos, uma nova estrutura de telhados e ornamentos decorativos de fachada. Esses novos agenciamentos do espaço e as alterações na fachada vieram acompanhados de uma grande transformação no perfil e na formação da mão-de-obra. Já que na região não havia tradição de trabalhadores especializados em ornamentos, foi preciso importar essa mão-de-obra.

OFÍCIOS DA MEMÓRIA E MEMÓRIA DOS OFÍCIOS

Pode-se associar diretamente a história dos oficiais mecânicos e artífices em Goiás às primeiras bandeiras paulistas e às tropas de gado que cortaram a região no século XVIII. Os relatos dos viajantes mostram que esses grupos eram compostos de inúmeros trabalhadores livres e cativos responsáveis por construir os pousos, fazer pequenos reparos nas ferramentas de montaria, abrir picadas, atravessar os rios e outros serviços que surgissem. A documentação da época, bem como as recorrentes passagens escritas por viajantes do século XIX que se referem aos artífices e oficiais, estabelecendo definições e delimitações a esses trabalhadores e suas práticas de trabalho, não pode limitar os historiadores, sob pena de deixarem escapar novas considerações e articulações sobre o universo que os envolvia.

Alguns autores, entre eles Pietro Maria Bardi (1981), construíram conceitos mais abrangentes para os oficiais mecânicos, conduzindo a um melhor entendimento sobre a realidade em que estavam inseridos os trabalhadores goianos, ao considerar ofícios e oficiais mecânicos, os trabalhos e os trabalhadores manuais, cuja habilidade

no trato com o ofício foi apreendida na experiência empírica com base em conhecimentos transmitidos e assimilados no convívio cotidiano entre mestres e aprendizes. Essas habilidades eram desenvolvidas também como a forma pela qual homens livres e cativos, pardos e negros, sanavam as suas necessidades mais urgentes, como moradia e vestimentas, além de ampliarem o seu sustento com a venda de seus serviços a terceiros (LIMA, 2003).

Esse conceito mais abrangente, que poderia parecer à primeira vista problemático, já que não considera como único ponto de partida os ofícios e oficiais organizados nas irmandades, corporações ou câmaras públicas de ofícios, permite colocar em evidência um conjunto de práticas e serviços socialmente reconhecidos, e as relações pessoais entre oficial e cliente que de fato regulamentavam as atividades dos ofícios em Goiás no século XVIII e XIX. A relação direta da contratação dos serviços entre esses oficiais que viviam fora das tradicionais irmandades e corporações com a sua clientela, foi tornando-se relativamente comum em Natividade, como atesta Silva e Souza (1849). Dados da arrecadação da Fazenda Real no ano de 1764, mostram que a arrematação de ofícios “rendeu cerca de 21:201\$614rs [réis], e que os números após o ano de 1783 eram de mais ou menos 3:600\$000rs [réis] por triênio”, o que não pode ser lido como uma necessária baixa no número de oficiais ativos. Esses números refletem mais o fato de que sem a riqueza da mineração deixou-se de arrematar legalmente a outorga para exercício de um ofício (SILVA E SOUZA, 1849, p.480).

O General Cunha Mattos (1875) destaca os belíssimos trabalhos de talha das igrejas dos arraiais de Traíras e São José, a presença de boas pratarias, altares e belíssimas imagens sacras. Apesar do pouco fausto que existia nas edificações em geral, Cunha Mattos descreve com muito afincio o arco central da capela-mor da Igreja

de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ao mencionar tratar-se de um “trabalho perfeitíssimo” e de que quem o fez teria “muito bom gosto e entendimento” (CUNHA MATTOS, 1875, p. 39). As ruínas da Igreja ainda deixam transparecer traços de uma obra realmente fascinante, constituindo-se, pelo porte e pelo modo de fazer, em um rico trabalho em pedra, com elementos suficientes para se especular sobre a presença na região de Natividade de uma mão-de-obra especializada nos ofícios de construir em pedra tapiocanga. Saint-Hilaire (1975, p. 44-52) afirmava que: “Bom gosto e habilidade dos goianos”, referindo-se, especificamente, a alguns trabalhos de marcenaria, mobiliário e prataria, os quais ele descreve como, “objetos muito bem trabalhados e que haviam sido feitos na província”, ou ainda, “são bastante hábeis e não saíram da região, nem para aprender, nem para aperfeiçoar suas habilidades”.

Grande parte desses trabalhadores eram homens que viam no aprendizado de um ofício a oportunidade de sobrevivência, de sustento da família e até mesmo de mobilidade social. Havia entre os oficiais a ausência de uma dedicação exclusiva a um único ofício, havia uma diversificação no domínio das atividades. Estratégias de sobrevivência e ascensão social em meio a uma sociedade enrijecida pela desigualdade. Muitos negros escravizados após aprenderem um ofício, fugiam, adotavam nomes diferentes dos de batismo e vendiam a terceiros as suas habilidades (MOREIRA *et al*, 2006). Com o fim da mineração a população livre e cativa que ainda restava na província de Goiás se dedicou a atividades relacionadas à feira, ourivesaria, ao comércio em casas de secos e molhados e aos ofícios relacionados à construção, como pedreiros, carpinteiros, oleiros, ferreiros, serralheiros, sapateiros, costureiros, funileiros, cozinheiros (DUBUGRAS, p. 54, 1965).

No final do século XIX, essa massa trabalhadora se ampliou com a chegada dos “Mestres baianos”, oficiais mecânicos responsá-

veis por grande transformação nas casas e nas técnicas construtivas de Natividade. Os registros mais antigos da chegada desses oficiais no norte goiano são justamente nesta cidade no ano de 1892, trazidos por um morador que, em viagem à cidade de Salvador, resolveu copiar os elementos plásticos de fachada vistos por lá. Esses mestres, influenciados pelo ecletismo dominante nas vilas do sertão baiano, passaram a inserir novos elementos, novos materiais e novas técnicas no saber fazer da construção em Natividade. Destaca-se Mestre Eduardo, pedreiro, que segundo a tradição oral, foi o primeiro a chegar e fixar moradia, trazendo consigo Arthur Rio, popularmente conhecido como “Mestre Bomba”, alcunha ganha por sua especialidade em elementos decorativos. Mestre Chaves e Mestre Joaquim Carpina, ambos carpinteiros, são apontados até hoje como membros da principal geração de mestres oficiais especializados no saber fazer da construção.

Sem negar a existência de uma permanente tensão entre continuidade e descontinuidade, entre passado e presente, tomar a memória como lugar de acontecimento da tradição é vital para o entendimento do jogo de permanências e rupturas que envolveram os oficiais e seus saberes em Natividade do século XVIII até os dias atuais.

Aquilo que se considera a “primeira geração” de oficiais da construção tradicional da região de Natividade são os trabalhadores e oficiais dos primeiros anos de ocupação do território goiano, responsáveis pela construção dos abrigos temporários para os bandeirantes e seus acompanhantes. Com a “segunda geração”, Natividade vivenciou durante todo século XIX um novo agenciamento do espaço doméstico, o que fez surgir novas casas, um novo modelo de moradia e um novo modo de morar, que resultou em alterações no processo construtivo e nas técnicas construtivas. A casa passou

a ser construída sobre baldrame de pedra tapiocanga, com paredes de adobe de caráter autoportante (elemento predominante e diferenciador dos sistemas comuns a outras regiões do país), sem o uso de esteios e, coberturas feitas com telhas artesanais de barro e montadas sobre estrutura simples de madeira roliça.

Já a “terceira geração” de mestres e artífices nativitanos é herdeira do saber construtivo com adobe e, mesmo com as alterações ocorridas, preservou os sistemas de estrutura, alicerce, vedação e cobertura. Essa geração que tem início com a chegada dos “Mestres Baianos”, homens que migraram do oeste baiano principalmente em razão do declínio econômico que vivia aquela região e que, pelo destaque e valorização recebidos socialmente, são um marco na história dos mestres e artífices da construção tradicional de Natividade.

Com a “terceira geração” preservou-se o sistema construtivo com adobe. Suas contribuições e transformações nas técnicas e no sistema construtivo tradicional foram: a introdução de elementos decorativos nas esquadrias e fachadas, inserção de platibandas e outras intervenções mais ousadas com maiores ornamentações, gerando fachadas com composições ecléticas (VAZ, 2004, p. 178 apud PAZ, p. 84, 2013).

Entre os principais nomes da “terceira geração”, que tem a predominância de pedreiros como uma das suas características principais, a tradição oral destaca os mestres: Eduardo, Arthur Bomba, Chaves, Joaquim Carpina, Cipriano, José Telles (Zeca Telles), como importantes profissionais responsáveis pela transmissão de técnicas e modos de fazer que foram incorporados ao saber-fazer construtivo tradicional de Natividade, formando inúmeros aprendizes e discípulos. Entre esses, destacam-se: Mestre Benício Araújo (pedreiro), que é apontado como peça importante para a continuidade do saber construtivo tradicional em Natividade, o senhor José Francisco (pe-

dreiro), Deja (pedreiro, morador de Arraias-TO), Elpído (pedreiro, morador de Campo Belos-GO), Genésio Braga (carpinteiro), José Paulino (Pedreiro), Adonelo (pedreiro), Sinézio (pedreiro), Dicambeche (ferreiro), Marcolino (ferreiro), Ananias (pedreiro), Diadalto (pedreiro, especialista em construção de pedra), Dijoel (pedreiro), Modestino (pedreiro), Mamede (oleiro) e Frederico (pedreiro).

Esses senhores foram responsáveis pela construção e reforma de boa parte do núcleo urbano de Natividade e de outras cidades do atual sudoeste tocantinense (antigo norte goiano). Mantiveram uma característica marcante dos mestres e artífices do século XIX, que já foi apontada aqui, a mobilidade na execução dos ofícios. Devido ao reconhecimento das suas habilidades e a sempre escassa mão-de-obra especializada, esses mestres realizavam serviços em diversas localidades da região, formando aprendizes por onde passavam (VAZ, 2004). A “quarta e atual geração”, herdeira das técnicas e saberes da geração anterior é formada pelos mestres: Toinhera (pedreiro), Biluca (pedreiro), Zé Pedro (pedreiro), Alziron (pedreiro), Belarmino (pedreiro), Tinda (pedreiro), Zé de Almeida (pedreiro), Juarez (pedreiro e neto de Arthur Bomba), João Riel (Ferreiro, pedreiro e filho de Marcolino), Getúlio (pedreiro), Pino (pedreiro), Duda (pedreiro), Filho (pedreiro) e Cobiniano (pedreiro). Foram esses mestres da “quarta geração”, iniciados no universo da construção trabalhando com técnicas, materiais e ferramentas tradicionais, que vivenciaram as mais profundas transformações no saber-fazer e nos modos de morar, advindos da industrialização e a universalização da arquitetura em alvenaria de tijolo e cimento.

Aponta-se desde já que a continuidade da tradição no uso dos materiais, técnicas e sistemas construtivos fez com que houvesse dentro da atual poligonal de tombamento delimitada pelo IPHAN, casas que foram totalmente reconstruídas na primeira metade do século

passado, mesmo sem consultoria técnica especializada, com o mesmo padrão, materiais e sistemas construtivos do século XVIII e XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até hoje, a concepção de patrimonialização das técnicas, ofícios e saberes tradicionais da construção segue a linha defendida por Lúcio Costa, que parte do pressuposto de que a preservação dos saberes e ofícios tradicionais da construção são elementos importantes para a preservação e conservação do patrimônio edificado brasileiro. O argumento aqui defendido vai além disso, principalmente porque propõe uma valorização e o reconhecimento dos saberes e conhecimentos desses mestres, passando, se possível, por uma certificação institucional e oficial dos mestres já reconhecidos socialmente e, ao defender uma ampliação do seu mercado de trabalho por meio de uma articulação dos seus saberes com as políticas públicas de habitação.

Mesmo que isso possa parecer sobreposição ou hierarquização de valores, vale lembrar que é preciso preservar parte das memórias dos oficiais, saberes e técnicas tradicionais. A sua efetiva conservação só se dará na prática, no trabalho do dia a dia, no canteiro de obras, seja numa obra de restauração de monumento histórico ou mesmo na zona rural e periferias brasileiras, onde esse saber se conservou pela demanda do contexto social. O certo é que esses homens comuns, sem estudos formais, sem grande capital cultural, estão sós, promovendo a preservação de um saber que garante a preservação e a conservação de parte do que hoje é protegido como patrimônio nacional.

Conclui-se, então, que os sistemas construtivos tradicionais, as técnicas e saberes tradicionais empregados e os ofícios gerados são uma expressão fundamental dentro do cabedal de elementos que

compõem a identidade nativitana e as suas relações com o seu território. Ao passo que, simultaneamente, expressam suas singularidades territoriais, expressam parte da diversidade cultural brasileira e, por isso, merecem ser conhecidas, divulgadas e preservadas.

Ao se propor uma valorização do conhecimento popular, da memória dos mestres tradicionais sobre os seus modos de fazer, das técnicas e saberes, não se faz simplesmente com o objetivo de livrá-los do esquecimento ou salvá-los do desaparecimento, mas também com o intuito de revelar a sua importância para a construção de uma identidade local. Para a efetiva preservação e conservação dessa prática cultural tradicional enraizada no cotidiano nativitano faz-se necessário e urgente uma ampla divulgação dos saberes, técnicas, modos de fazer e materiais tradicionais da arte de construir, bens culturais que precisam ser conhecidos e difundidos para serem preservados, pois só se guarda aquilo que se conhece.

REFERÊNCIAS

BARDI, Pietro Maria. **Mestres, artífices, oficiais e aprendizes no Brasil**. [S.l.]: Banco Sudameris, 1981.

BARROS, Otávio. **Breve história do Tocantins e sua gente**. 2.ed. Araguaína, TO: FIETO; Brasília, DF: Selo editores, 1995.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: BURKE, Peter (org.). **Variedades para a História cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Quintino Pinto de. **Natividade e seu município: dos primórdios a 1949**. 2. ed. Brasília DF: Charbel Núcleo Gráfico, 2003.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: **Revista do SPHAN**. v. 1,1, 1937.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorografia histórica da província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 38, p. 5 – 150, 1875.

FERRAZ, Marcelo Carvalho; VAINER, André; SUZUKI, Marcelo (org.). Lina Bo Bardi. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi / Fundação Vilanova Artigas, 1993.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar do Goiás**. [S.l.]: Universidade Federal de Brasília, 1965.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LEMOES, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, Nova série, n. 1, 1993.

LIMA, Carlos. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MOREIRA, Carlos Eduardo *et al.* **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravagista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Retalhos de Sabença: ofícios, saberes e modos de fazer dos mestres e artífices da construção tradicional em Natividade – Tocantins**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte, MG: Editora Itatiaia, 1975.

SILVA E SOUZA, Luís da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v12, t.5, p. 429-510, 1849.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residências no Brasil. **Revista SPHAN**, Rio de Janeiro n. 7, p. 99, 1943.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Natividade –TO**: Brasília, DF: MEC/Pró-memória,1985. (Série oito vertentes e dois momentos da arquitetura brasileira).

A IMPORTÂNCIA DE ROMANA DE NATIVIDADE PARA A SAÚDE DO MUNDO: UM RELATO SOBRE A COSMOLOGIA DE ROMANA DIANTE DO CENÁRIO DA COVID-19

Nayara Lopes Botelho¹

INTRODUÇÃO

No ano passado defendi minha dissertação de mestrado que tinha como objeto de estudo a Dona Romana de Natividade² e, quando concluí, eu tinha a certeza de que, sobre o enfoque que eu havia dado durante a pesquisa – comunicação e corporeidade, eu havia esgotado o estudo, crendo que não havia mais nada nesse sentido que pudesse ser aprofundado. Quanta inocência a minha!

Durante o mês de julho deste ano turbulento que é 2020, mesmo diante de todas as orientações das autoridades sanitárias e barreiras de monitoramento entre as cidades do Tocantins, decidi voltar à Dona Romana para satisfazer minha preocupação e dúvidas correlatas à forma como ela estava a enxergar e consequentemente compreender essa pandemia do coronavírus. Certa de que eu não estava contaminada, mas, mesmo assim, tomando todos os cuidados recomendados como usar máscara e álcool em gel, procurei ao máximo ser cautelosa com a vida de Dona Romana e sua comunidade, afinal ela já está com 79 anos e possui vários problemas relacionados à dura vida que teve e também à velhice.

1 Professora mestra em Comunicação e Sociedade pela UFT, atualmente lecionando arte na educação especial. E-mail: nayaralopesbotelho@gmail.com.

2

Dona Romana é uma mulher extremamente complexa, uma personalidade extremamente conhecida em toda a cidade de Natividade devido à sua preocupação com o mundo e, por causa dela, criou várias obras de arte que vão desde pinturas nas paredes de sua casa a esculturas de mais de 5 metros de altura que ficam em seu quintal, o sítio Bom Jesus de Nazaré, na Jacuba, uma extensa faixa de terra na área rural de Natividade que foi herdada de seu pai, e é lá que Romana construiu uma comunidade e, também seus conjuntos de obras de arte, ou peças, como ela gosta de chamar que, anunciam transformações planetárias que entram em consonância com as mais diversas religiões do mundo.

Minha visita foi no dia 17 de julho de 2020, foi quando constatei que Dona Romana é muito maior do que eu havia conhecido. Com ela, descobri que o acervo que ela mantém em sua casa para guardar livros, objetos, cadernos de estudo seus e de seus médiuns e também peças de arte que ela produz em conjunto com sua comunidade, ainda está sendo formado, e já possui novas obras. Então, este artigo é um pequeno estudo sobre as novas materialidades que Dona Romana tem construído, sobre como ela tem compreendido e atuado nesse cenário que a COVID-19 tem instaurado no mundo, assuntos esses inéditos.

A XAMÃ DO CERRADO E SUA CURA PARA OS POVOS

Romana da Silva Pereira é uma mulher negra, idosa, descendente direta de pessoas que foram escravizadas no Tocantins durante o período do ouro e, também de povos indígenas. Essa mulher representa uma grande liderança para toda a sua comunidade que, por meio da cosmologia que criou para si, conseguiu formar por intermédio de sua missão que, como ela mesmo diz, é a missão de cuidar de gente e carregar pedra.

Essa missão a que tanto ela se refere foi lhe dada por meio de uma visão no ano de 1972, quando ela viu o mundo se transformar e, a partir disso, toda sua vida mudou. Passou a se comunicar com 3 entidades que se autodenominam os “3 Curadores”. Eles lhe orientam em como servir cada pessoa que em sua casa chega a procura de alguma ajuda espiritual ou corporal. Dona Romana faz remédios com casca de árvores, ervas e ramos que os 3 Curadores sempre lhe pedem antecipadamente para recolher e colocar em um cantinho de sua casa, e quando uma pessoa lhe pede um remédio, ela me relata que por não entender de nada da medicina da natureza recebeu um dom, é esse dom que lhe mostra uma pequena luz em cada ramo, casca de pau ou erva que está em sua mesa. Ao ver, ela já sabe quais são os itens que são destinados àquela determinada pessoa.

Isso norteou sua vida desde o início, quando em 1976 largou tudo, e seguindo sua missão se mudou para uma fazenda distante de Natividade – Bizzaria. Essa foi a época em que ela mais trabalhou ajudando pessoas, sempre com intervenção corporal, utilizando-se de passes, remédios e até mesmo cuidados mais específicos quando lhe apareciam pessoas em estados graves. Foi nesse período de tempo também que passou a formar médiuns, trabalho que durou de 1980 a 1997, tendo formado centenas de médiuns.

Depois, ouviu o comunicado em 1997 de que já era hora de se mudar. Foi quando se mudou para a Jacuba. Ali construiu sua casa, montou seu centro “Bom Jesus de Nazaré” e também desenvolveu seu trabalho com o último dos Fundamentos da Terra. O Fundamento é a maior escala de todo seu trabalho quando pensamos em trabalho com a terra, pois, é no Fundamento que ela materializa toda sua cosmologia sobre as transformações que a terra irá sofrer. O Fundamento é uma grampeação que a Terra precisava, que no caso era aqui

no Tocantins, com o intuito de segurar a Terra, e não deixar ela virar mais do que o devido no “Grande Dia”.

Ao pensarmos em forma de escalas, temos a escala média, que é todo o terreno que ela chama de sítio, esse, são suas posses, toda a terra que herdou de seu pai. E por fim, temos o centro espiritual, que é a menor escala de sua cosmologia, lugar onde ocorre toda a rotina, trabalhos e segredos de Dona Romana com sua comunidade. Desde o ano de 1983 até os dias de hoje, Romana também desenvolve uma produção específica, chamada de trabalhos de risco, esses, que são materializados em papéis durante momentos de oração e trabalhos, e são guardados cautelosamente para que ninguém os fique observando. Eles são a parte mais nova e mais velha do Fundamento, porque ele nunca acabou.

Durante os anos de 1990 e 2011 ela foi incumbida da missão de construir esculturas de pedra que ela chama de peças. Essas peças são a presentificação das visões que ela teve dentro do Fundamento. Tudo o que ela via, ela procurava sempre representar construindo com pedras cangas, arames, pedaços de pau, cacos de cerâmica, espelho e cimento. Com isso, ela fez uma verdadeira exposição de arte no quintal de sua casa.

Quando estava quase terminando essas obras, ela recebeu orientações para construir com durepox, chifres de carneiro e misangas outras peças, essas, que são as peças cirúrgicas, que terão a função de intervir no corpo de pessoas enfermas durante as transformações cósmicas, visto que, durante essas transformações os utensílios médicos que hoje conhecemos não existirão mais. Então aí, as peças cirúrgicas, que foram construídas em menos de 3 anos, farão o trabalho de auxiliar o ser humano em suas doenças, intervindo cirurgicamente. Assim, essas peças que tanto ela constrói, serão corpos de transformação para corpos humanos no futuro, afinal: “os corpos

ali envolvidos fazem parte de tudo o que existe quanto do que vai existir” (BOTELHO, 2019, p. 111).

Cada uma de suas obras como podemos ver, são formadas em conjuntos, conjuntos esses que têm a função de auxiliar o homem no futuro que já está se tornando realidade conforme as previsões de Dona Romana. Cada conjunto é uma etapa de preparação do Fundamento, que se firma diante de toda a sua importância, que é servir de refúgio para todos que conseguirem escapar da grande tribulação. Por isso, ela também guarda roupas e calçados doados, água, remédios caseiros, livros, sementes e demais outros objetos.

Esses são os conjuntos de trabalhos de Dona Romana. Era o que eu pensava quando terminei meu mestrado sobre ela em março do ano passado. Mas, como a cada dia que passa, nós estamos cada vez mais perto do “Grande Dia”, o Fundamento acaba por precisar de mais conjuntos de obras para atender as multidões de pessoas que virão no futuro, como diz Dona Romana. Por isso, em novembro de 2019 ela recebeu novas ordens, ordens essas em que deveria produzir novas peças feitas de chifres de carneiro, durepox e toda a sorte de missangas. E ela fez, terminou tudo no mês de março deste ano de 2020. Um pouco antes de começarem as turbulências da pandemia causada pela COVID-19.

Ela construiu pequenos aviões que serão responsáveis por buscar e entregar pessoas sobreviventes do “Grande Dia” às zonas de proteção humanitárias que irão se formar no futuro. Ela me explica que esses aviões serão diferentes dos que hoje nós conhecemos, me explica também que eles na verdade já existem de modo invisível no cosmos que fica dentro e acima de terra, e no Grande Dia eles cumprirão a tarefa de resgate do povo aqui na Terra, até que tudo fique organizado novamente ou até que todos sejam resgatados.

Figura 1 – Dona Romana



Fonte: Botelho (2020). Nota: Fig. 1 - Dona Romana nos mostra um de seus aviões. Figura 2 - localiza-se a estante onde guarda seu mais novo conjunto de peças.

Não somente esse novo conjunto de peças Dona Romana me relatou, mas também sobre a vacina que os 3 curadores lhe pediram para fazer e distribuir para a sua comunidade e visitantes, inclusive até perguntou se eu queria tomá-la. Obviamente disse que sim, ela foi até seu quarto e voltou com um recipiente pequeno, semelhante àqueles vidrinhos de colírio reutilizável. Pediu que eu abrisse minha boca e pingou apenas uma gotinha. A cor era um branquinho quase translúcido e o gosto era como se fosse um chá, bem fraquinho.

A partir desse momento, começou a me relatar como foi o processo de feitura dessa vacina. Segundo Dona Romana, certo dia que ela não sabia ao certo qual, no mês de março, os 3 curadores lhe atribuíram a tarefa de fazer um preparo por meio de cascas de pau, ramos, ervas, raízes e folhas. Como disse anteriormente, Romana usou seu dom para reconhecer quais elementos deveria separar de modo correto. Reuniu tudo junto com suas médiuns, lavou para tirar

toda a terra e por fim, ferveu tudo quase o dia inteiro. Depois coou, e colocou dentro de um pote de vidro sem tampa. A coloração até o momento era avermelhada de tanta coisa que foi fervida.

Depois disso, recebeu a mensagem de que agora deveria enterar no centro do Fundamento, só que, com a boca para fora da terra sendo tampada apenas por um pedaço de algodão úmido, ação essa que chamou a atenção de toda a comunidade. Com isso ela obedeceu às instruções, mas afirma que não sabia para que era. Ela acreditava até o momento que era para alguém que os curadores deveriam estar mandando.

Após 3 dias de cuidado para sempre proteger o local em que estava o preparo para que ninguém pisasse ou algum bicho destampasse, Dona Romana me confessa que já estava a pensar que era algum preparo para a Terra mesmo. Foi quando recebeu a ordem de retirar da terra o pote de vidro. Ela me relata e todos os médiuns que estavam ali próximos daquela conversa confirmam, que o pote continha ainda toda a água daquela fervura que havia sido feita, entretanto, não tinha mais a coloração avermelhada, mas sim branca como eu relatei e vi.

Depois disso, as instruções eram de que cada pessoa deveria receber uma gota daquele preparo, nada mais do que isso, pois aquele preparo era uma vacina contra o coronavírus. Dona Romana sorriu ao me dizer isso, comentando também que ainda bem que a Terra havia transformado aquele chá, pois tinha certeza de que seria muito amargo devido à sua primeira coloração. E completa, dizendo que depois de tudo isso entendeu que primeiro era necessário a Terra se curar, a Terra deveria receber o tratamento, pois assim, em seguida, o povo também seria curado. Até o presente momento ninguém que foi vacinado por Dona Romana apresentou sinais de contaminação pelo coronavírus.

Algumas pessoas de fora ficaram sabendo da vacina ordenada pelos 3 curadores, e foram até o centro para se beneficiarem dela. Inclusive uma mulher que ao chegar, Dona Romana me relatou que viu uma energia que possuía uma coroa no seu topo e, se movimentava dentro de seu tórax, ela soube naquele momento que a mulher estava contaminada. A mulher, ao se aproximar pediu ajuda, pois suspeitava que pudesse estar contaminada, e Dona Romana disse:

- E tá mesmo! Mas vou tratar de ti.

Romana disse que deu a vacina a ela, almoço e, depois disso, ela pediu para se deitar. Entrou dentro da sala do altar e deitou no chão. De tarde ela se levantou, agradeceu e foi embora muito melhor. Dona Romana não recebeu mais notícias dela e, por isso, crê que ela esteja bem. Certo é que já se passaram muitos dias que saí vacinada da casa de Dona Romana em companhia da minha mãe e, nunca senti nenhum sintoma, muito menos minha mãe que, sendo servidora da saúde e tendo seus colegas de setor todos contaminados me relatou que também nunca sentiu nada.

Aqui vemos que Dona Romana não somente prepara e anuncia um futuro de transformações a toda a humanidade, mas cuida intervindo nos corpos, tanto que constrói com suas mãos (todo seu acervo de obras), quanto nos de sua comunidade e visitantes. Cada corpo é importante, cada um possui uma importância, é nisso que sua cosmologia se fundamenta, nos corpos, materiais (pessoas, terra, obras, depósito) quanto no imaterial (entidades, dons, visões). Romana torna visível aquilo que é invisível. Ela presentifica todas as relações entre cosmos e seres humanos, pois ela não só representa o imaterial, mas também o presentifica, sempre produzindo cura, qualidade de vida e alento àqueles que buscam ajuda.

O princípio da fisionomia humana está contido na cosmologia. O corpo humano é, nas tradições populares, o vetor de uma inclusão, não o motivo de uma exclusão (no sentido de que o corpo vai definir o indivíduo e o separar dos outros, mas também do mundo); ele é o vinculador do homem a todas as energias visíveis e invisíveis que percorrem o mundo. O corpo não é um universo independente, fechado em si mesmo, à imagem do modelo anatômico, dos códigos de saber-viver ou do modelo mecanicista. O homem, bem em carne (no sentido simbólico), é um campo de força em poder de ação sobre o mundo, e sempre a ponto de ser influenciado por ele. (LE BRETON, 2016, p. 40).

Romana é claramente uma grande xamã do cerrado tocantinense, pois nela conseguimos observar claramente as características de um enunciador complexo conforme o conceito de quimera que Severi (2000) pontua. Para entendermos melhor isso, vamos começar pelo conceito de enunciador complexo, que é aquele que atua prioritariamente por meio da evocação de imagens e palavras para conduzir a pessoa a um determinado ponto dentro de um ritual, aproximando o enunciador e o recebedor do ritual (LECLERC-CAFFAREL, 2010), fazendo assim a ponte entre imagem-fala-memória. Romana atua desse modo, quando por meio de todas suas obras consegue acessar memórias de esperança para um futuro de paz e segurança que todos almejam. Desse modo, ela consegue conduzir a pessoa, para que ela mesma trilhe um processo de cura e resolução de seus temores.

Um enunciador complexo também atua por meio da projeção, que é uma ação em que ela guia a pessoa ou pessoas por meio da imaginação, local em que acontecem os maiores contatos de comu-

nicação com o mundo incorpóreo. É um processo de produção de contextos onde ali se firma sua rede de relações cosmológicas. Diante disso, vemos que além de ser uma xamã, uma enunciadora complexa de realidades potentes, Dona Romana se torna uma incrível quimera. Concebemos uma “quimera como uma imagem composta de traços heterogêneos, contraditórios, provenientes de animais e espíritos diversos” (DEMARCHI, 2009, p. 595).

Ser uma quimera, em outras palavras, é conter em si diversos elementos que não lhe causam conflito além de criarem a capacidade de visualidades tanto materiais quanto imateriais. Pois, a imagem Romana sempre se divide em duas realidades paradoxais: terra/astral e visível/invisível (BOTELHO, 2019).

A CASA DISTRIBUÍDA

A Casa de Dona Romana é para ela e toda sua comunidade uma entidade a qual tem uma individualidade e necessidades muito claras enquanto ser que possui vontades. A Casa de Dona Romana, como ela mesma diz, será no futuro uma grande usina de energia cósmica que ajudará a Terra a canalizar suas redes de energia e consequentemente seu equilíbrio³.

A Casa sempre é limpa quando pede ou quando está perto de alguma celebração, em seguida, ela é ornamentada com palhas de coqueiro, ramos e, seus principais cômodos como sala do altar, sala grande, quarto de oração, entre outros. Seu chão recebe inscrições em giz. As inscrições são as mesmas que há em todos seus trabalhos de risco e estudos que são guardados na sala do arquivo, essas inscrições não são conhecidas por nenhum povo desta terra, pois são códigos linguísticos dos espíritos que estão em sintonia com os médiuns. Nem os próprios médiuns conhecem o que transcrevem.

3 Para mais informações sobre isso leia o capítulo “A Casa” da dissertação: Territórios da memória: Corpo, comunicação e performance em Romana de Natividade – TO.

Tudo bem até aí, afinal tudo isso havia me sido apresentado durante minha pesquisa, entretanto, outro dado me surpreendeu bastante durante essa rápida visita, o que me deixou bons dias pensativa tentando processar a informação obtida. Percebi que a casa além de ser repleta de desejos, é um sujeito que age sobre as pessoas, ela produz agência sobre outros objetos semelhantes a ela ou que cumprem a mesma função dela. Sim, caro leitor, isso é bem confuso! Concordo. Mas vamos com calma até tudo ficar mais claro.

A Casa de Dona Romana estava toda inscrita e ornamentada durante esse dia de minha visita, inclusive eles estavam se organizando para mais tarde começarem a lavá-la e renovarem os ornamentos e inscrições. A princípio eu pensei que haveria alguma celebração ou trabalho mais à frente, mas Dona Romana me disse que não. Então questionei mais um pouco e consegui a verdadeira fonte de informação que incrementa mais os estudos sobre nossa xamã do cerrado.

Dona Romana me disse que está esperando dias em que a Terra sofrerá com uma grande escuridão, serão cerca de 3 dias. Ela não sabe quando será, mas sabe que serão dias angustiantes, e que estão muitíssimo perto da nossa realidade. Nesses dias todos terão que ficar em suas casas porque não enxergarão nada fora delas, provavelmente nem luz elétrica haverá durante esses dias. Além disso, nesses dias, forças negativas irão percorrer cada rua, cidade e estado, isso será mais um motivo para que todos fiquem na segurança de suas casas sem abrir nem as janelas.

E as inscrições em sua Casa eram uma preparação ritualística que tinha como principal intuito proteger as casas das pessoas do mundo nesses dias que ainda acontecerão, principalmente as casas cujos donos têm o hábito de deixar suas janelas e portas abertas muito tarde da noite. Desse modo, sua Casa é um sujeito que se replica para as outras casas das inúmeras pessoas que passarão por esses dias

assustadores. Ou seja, a Casa de Romana não só representaria as demais casas diante desse ritual de proteção, mas também agiria sobre essas casas (casas de pessoas que conhecem e também das que nunca ouviram falar sobre Romana), como se ela se duplicasse às outras.

Diante disso, encontrei em Gell (2018, p. 159) essa noção de agência por nós conhecida agora: “trata-se de caso particularmente pertinente de agência mediada por índices representacionais [...]”. Essa teoria diz que as obras de arte/objetos/imagens devem ser reconhecidas como intrínsecas à pessoa, sendo assim, um ponto de agência social.

Estando intrínseco à pessoa que o criou ou possui, o objeto passa a gerar ações em outras pessoas, no caso aqui retratado, as pessoas que também moram em uma casa, ou seja, todas. O ritual na Casa de Romana se distribui às outras casas, pois a forma do sujeito-artefato (Casa de Romana), por se parecer essencialmente ou funcionalmente com as demais casas, passa a ser uma representação realística de todas as casas, “[...] não é o retrato da coisa, mas o corpo da coisa em forma-artefato.” (GELL, 2018, p. 159). Assim, a Casa é um artefato e o artefato é um sujeito.

A Casa age como se fosse um duplicado, fazendo com que a representação seja tão real (daí veio o termo realístico) que passe a obter ou integrar-se aos atributos do que é representado. Desse modo vemos claramente que há uma capacidade imitativa (mímese) como um dos atributos que o sujeito-artefato casa possui.

A mímese definida em sentido estrito envolve a produção de imagens (índices) cuja principal propriedade é o protótipo, via semelhança com o original, e, dentro dessa categoria, pode-se conceder um status separado aos artefatos, ao quais possuem semelhanças visual com os originais. (GELL, 2018, p. 161).

Dona Romana também tem feito uso de pequenas cruzeiras de taboca pregadas atrás de suas portas e janelas, junto com as letras MJM, que significa Jesus, Maria e José. Ela me diz que “os antigos”, termo que ela utiliza para mencionar as pessoas de gerações passadas, diziam que há algo de especial na taboca, eles acreditavam que essa pequena madeira tinha alguma propriedade especial que afastava espíritos maus. Desse modo, ela tem a utilizado para fazer uma espécie de blindagem contra esses dias tão incertos que ela afirma estarem se aproximando.

Portanto, Dona Romana por meio de seu desejo constante de ajudar as pessoas e de sua intenção de protegê-las, utiliza-se de seus rituais em sua casa para fazer a representação da casa dos outros, com isso, a casa agencia as outras casas para que uma proteção contra esse fenômeno que está por vir não nos alcance, e isso envolve a mim e a você. Os rituais feitos em sua casa acabam por ser feitos também na minha e na sua.

CONCLUSÃO

Vemos claramente que Romana é uma mulher de uma complexidade formidável, sua importância está atrelada às mudanças que hoje presenciamos claramente e que ela já anuncia há tempos. Quando perguntada sobre o vírus ela me diz:

- Já era esperado. Esse tempo já está acabando. A gente precisa ver que o vírus não é de todo negativo, mas sim, venenoso para nós.

Romana de Natividade é aquela mulher da qual sempre quando há um acontecimento que para os olhos humanos e científicos não há explicação, sua cosmologia vem nos dar alguma resposta. E, com ela, um alento de um tempo que, sim, irá piorar muito, que será doloroso e triste, mas é um tempo que o advento da terminalidade não será uma constante.

Ao conversar com ela sobre os estudos comparativos sobre lideranças bem sucedidas no combate do coronavírus no mundo, o dado encontrado foi de que os países cujos líderes eram mulheres, o combate foi mais incisivo e vitorioso, enquanto que, os países onde os homens continuavam a insistir em teorias conspiratórias e negacionistas, os corpos das vítimas desse vírus continuam a se amontoar nos cemitérios. Romana vem e me diz uma frase que até hoje me atravessa:

- O futuro será governado pelas mulheres, os homens não têm mais o que dar.

Um mundo em que Romana continue sendo uma líder, sem dúvida alguma será um mundo onde todos serão incluídos e vistos. E isso já me passa um sentimento de esperança. Talvez, seja por isso que, mudanças radicais e positivas têm vindo de mulheres, o que esperamos é que a condição da mulher hoje, na contemporaneidade, seja cada vez mais observada, principalmente mulheres como Romana.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Nayara Lopes. **Territórios da memória:** corpo, comunicação e performance em Romana de Natividade – TO. 2019. 226f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1298>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DEMARCHI, André. Resenha SEVERI, Carlo. 2006. *Le principe de la chimère: une anthropologie de la mémoire*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 594-598, out. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000200013>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-

d=S0104-93132009000200013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

GELL. Alfred. **Arte e agência**: uma teoria antropológica. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

LE BRETON. David, **Antropologia do Corpo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LECLERC-CAFFAREL, Stéphanie. Resenha Carlo Severi, *Le Principe de la chimère: une anthropologie de la mémoire*. **Gradhiva**, v. 11, p. 230-232. 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/gradhiva/1777>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SEVERI, Carlo. Cosmologia, crise e paradoxo: da imagem de homens e mulheres brancos na tradição Xamânica Kuna. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 121-155, abr. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132000000100005>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de ago. 2020.



Núbia Nogueira do Nascimento, natural de Paraíso, Tocantins. Bibliotecária Documentalista na Universidade Federal do Tocantins (UFT/Palmas), mestra em Geografia (UFT) e doutoranda em Geografia (UnB). É pesquisadora nos grupos de pesquisa: Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais (OPTE) e Informação, Comunicação e Memória/UFT.



Simone Camelo Araújo, nativitana, economista, pesquisadora, fotógrafa, microempresária cultural, consultora, organização de eventos, capacitações em cultura e turismo, educação patrimonial entre outros. Membro fundadora e presidente de honra da ASCCUNA. Membro em vários mandatos de Conselhos municipais e estadual de Cultura e de Turismo. Recebeu medalha e certificado do IPHAN Nacional. Eleita uma das 21 Mulheres da História do Tocantins.



Wátila Misla Fernandes Bonfim, é natural de Dianópolis, Tocantins. Possui graduação em História (UFT), e mestrado em Geografia (UFT). Atua como assessor do currículo de Ciências Humanas e como professor de História. Possui 5 livros solo publicados, além de vários artigos e capítulos de livros. É membro titular da Academia Dianopolina de Letras.

LUI
ALDOIR
BLANC



GOVERNO DO
TO

GOVERNO DO
TOCANTINS
GOVERNADOR
CARLOS AGUIAR

SECRETARIA ESPECIAL DE
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
REPÚBLICA FEDERAL



EDITORA
KELPS

ISBN 978-65-5859-268-6



9 786558 592686